

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ANALINE MAQUEA CARDEAL

**A FAZENDA DAS TRÊS CIDADES:
RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA, AFETIVIDADE E PATRIMÔNIO**

PONTA GROSSA

2025

ANALINE MAQUEA CARDEAL

**A FAZENDA DAS TRÊS CIDADES: RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA,
AFETIVIDADE E PATRIMÔNIO**

Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestre em História na Universidade
Estadual de Ponta Grossa, Área de História,
Cultura e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Robson Laverdi

Coorientador: Dr. Lucas Vinicius Erichsen
da Rocha

PONTA GROSSA

2025

Cardeal, Analine Maquea
C266 A Fazenda das três cidades: relações entre memória, afetividade e patrimônio /
Analine Maquea Cardeal. Ponta Grossa, 2025.
113 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Robson Laverdi.

Coorientador: Prof. Dr. Lucas Vinicius Erichsen da Rocha.

1. Fazenda Rio Grande. 2. Memória. 3. Capocu. 4. Patrimônio. 5. História Oral. I. Laverdi, Robson. II. Rocha, Lucas Vinicius Erichsen da. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, cultura e identidades. IV.T.

CDD: 907

TERMO DE APROVAÇÃO

ANALINE MAQUEA CARDEAL

A FAZENDA DAS TRÊS CIDADES: RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA, AFETIVIDADE E PATRIMÔNIO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História- Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 18 de março de 2025, pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ROBSON LAVERDI**
Data: 18/03/2025 14:07:25-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Robson Laverdi (Orientador/a)

Documento assinado digitalmente
 **ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA**
Data: 21/03/2025 14:02:46-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Roseli Terezinha Boschilia (UFPR)

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS VINICIUS ERICHSEN DA ROCHA**
Data: 21/03/2025 14:44:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Vinicius Erichsen da Rocha (Instituto Nacional da
Mata Atlântica)

Documento assinado digitalmente
 **ILTON CESAR MARTINS**
Data: 24/03/2025 17:37:34-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Ilton Cesar Martins (UEPG)

Dedico à minha família, em especial a meu avô e minha filha, que sempre me contaram e me contam as melhores histórias.

AGRADECIMENTOS

Todo este trabalho é fruto de anos de dedicação à minha carreira docente. Expresso minha profunda gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte dessa etapa da minha vida e contribuíram para que ela se tornasse possível.

À minha família, que foi minha base e rede de apoio incondicional, cuidando de minha filha em inúmeros momentos e me auxiliando nas idas e vindas entre cidades.

Aos amigos e companheiros dessa trajetória, que ofereceram sugestões, realizaram correções e, acima de tudo, me sustentaram com palavras de incentivo e gestos de apoio.

Às pessoas especiais que surgiram durante o processo de escrita, com quem compartilhei lágrimas, alegrias e muito carinho.

Aos colegas de trabalho, pela compreensão e colaboração, permitindo que eu conciliasse minha trajetória profissional e acadêmica.

Aos meus professores, orientador e coorientador, pelas ideias, discussões, ensinamentos e inspiração. E a toda a família UEP., especialmente aos colegas de mestrado, pelo convívio enriquecedor e pelo aprendizado compartilhado.

*Talvez as memórias sejam o combustível que as pessoas
queimam para ficarem vivas.*

Haruki Murakami

RESUMO

Esta dissertação examina como, ao longo dos séculos XIX e XX, a Fazenda Capocu, situada em Fazenda Rio Grande, Paraná, e especialmente o Casarão construído em 1906, foram centrais na construção da identidade dos habitantes. O estudo busca compreender como as memórias e os laços afetivos em torno do Casarão o consolidaram como um símbolo da identidade local, resistindo às pressões de urbanização e descaracterização do patrimônio. Utilizando uma abordagem de análise qualitativa, a pesquisa recorre à história oral, análise documental e cartográfica. Entrevistas com moradores revelaram memórias e afetos relacionados ao Casarão, enquanto documentos históricos forneceram o contexto das transformações sociais e territoriais. Os achados indicam que o Casarão é um importante lugar de memória para a comunidade local e que sua preservação enfrenta desafios contínuos devido às mudanças urbanas.

Palavras-chave: Fazenda Rio Grande, Fazenda Capocu, memória, patrimônio, identidade, história oral.

RESUMEN

Esta tesis examina cómo, a lo largo de los siglos XIX y XX, la Hacienda Capocu, ubicada en la Fazenda Rio Grande, Paraná, y en especial la casona construida en 1906, fueron fundamentales para la construcción de la identidad de sus residentes. El estudio busca comprender cómo los recuerdos y los vínculos emocionales en torno a la casona la consolidaron como símbolo de identidad local, resistiendo las presiones de la urbanización y la pérdida de su carácter patrimonial. Mediante un enfoque analítico cualitativo, la investigación se basa en la historia oral, el análisis documental y cartográfico. Las entrevistas con los residentes revelaron recuerdos y afectos relacionados con la casona, mientras que los documentos históricos contextualizaron las transformaciones sociales y territoriales. Los hallazgos indican que la casona es un importante espacio de memoria para la comunidad local y que su preservación enfrenta desafíos constantes debido al cambio urbano.

Palabras clave: Fazenda Rio Grande, Hacienda Capocu, memoria, patrimonio, identidad, historia oral.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Genealogia do Estado do Paraná.	29
Figura 2 - Censo demográfico de 1872.	31
Figura 3 - Recorte do mapa de sesmarias.	35
Figura 4 - Árvore genealógica da família Mendes/Ribas.	38
Figura 6 - Resumo dos registros de terras possuídos no município de São José dos Pinhais, 1855 parte 2.	39
Figura 5 - Resumo dos registros de terras possuídos no município de São José dos Pinhais, 1855 parte 1.	39
Figura 7 - Publicação da lei em diário oficial.	48

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Registro da Fazenda Capocu pelo grupo de pesquisadores do IPARDES, 1977.....	16
Fotografia 2 - Registro da Fazenda Capocu pelo grupo de pesquisadores do IPARDES.....	51
Fotografia 3 - Registro do Casarão em 2024.	52
Fotografia 4 - Registro da Fazenda Capocu pelo grupo de pesquisadores do IPARDES.....	83
Fotografia 5 - Registro do interior do Casarão.	85

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Casarão no município de Fazenda Rio Grande.....	15
Mapa 2 - Comparação com os limites de 1872 e o atual do município de Fazenda Rio Grande.	30
Mapa 3 - Localização geográfica das sesmarias no mapa atual do município.....	35
Mapa 4 - Mapa de 1898.	42
Mapa 5 - Mapa de 1898 com delimitação de lotes ocupados.....	43
Mapa 6 - Sobreposição dos mapas.	44

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1. “CAPOCU NO PRINCÍPIO A CHAMARAM”	27
1.1 O perdão, a doação e a sesmaria	32
1.2 Entre famílias: Sá e Mendes	36
1.3 E chegam os "pioneiros"?	41
2. DO AFETO À MEMÓRIA: AS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS NA FAZENDA	51
2.1 Velhos tempos, memórias permanentes.....	55
2.2 Relações entre a terra e urbanização	62
2.3 A afeição passa a fronteira	66
3. ENTRE O SILÊNCIO E A SALVAGUARDA: O SIMBOLISMO MNEMÔNICO DA FAZENDA CAPOCU	74
3.1 O Casarão como lugar de memória	77
3.2 Silenciamento da memória pelo poder público: a ausência de políticas de preservação.....	87
3.3 Memória coletiva de salvaguarda: comunidade como guardiã da história	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE A - FONTES	108
ORAIS	108
FOTOGRAFICAS	108
SOFTWARES.....	108
ANEXO A – CENSO 1872 DA PAROCHIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAES	110
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	111
ANEXO C - FORMULÁRIO DE DADOS E RELAÇÕES COM A FAZENDA	113

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Eu já passei por três municípios sem sair da morada em que estou, né?” relata Alcídio Ferreira Claudino, em frente ao Casarão construído em 1906. Após sua morte, sua irmã, Maria de Jesus Ferreira dos Santos, assumiu o local e cuidou de cada detalhe com carinho, amor e dedicação, como se fosse a guardiã das memórias. Seu altar ficava no meio da sala, e cada um dos 22 cômodos era preservado historicamente, exatamente como era quando abrigou os primeiros moradores, a primeira escola e a primeira professora.

Nesse cenário, identifica-se o município de Fazenda Rio Grande, com 34 anos de emancipação política e territorial, ainda sem uma identidade formada ou pelo menos reconhecida publicamente. Muitas vezes, a população se vê ligada à capital paranaense, Curitiba, em busca de serviços de saúde (hospitais), educação (universidades, institutos federais) e cultura (museus, bibliotecas, livrarias). O município serve como polo de especulações imobiliárias devido à alta taxa de terrenos ainda não ocupados ou às chácaras de antigos moradores, muitas delas em desuso pelo falecimento dos proprietários, o que tem gerado um crescimento desenfreado e causado problemas de caracterização histórico-cultural. Os espaços de memória são assim esquecidos, o que resulta em desconhecimento por parte da sociedade, que não reconhece o espaço como cidade, levando ao surgimento de problemas de preservação social.

O foco desta pesquisa é a antiga edificação da Fazenda Capocu, construída em 1906, entendida como símbolo material da memória local. Embora o território do município que ela se encontra seja abordado como contexto histórico, é o Casarão que ocupa o centro da análise enquanto lugar de memória.

Para compreender os processos de formação de Fazenda Rio Grande, é preciso analisar o início de sua história e, assim, delimitar seu território. Fontes dos sistemas de coordenadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 1872, o município pertencia ao distrito de São José dos Pinhais. Entretanto, relatos de antigos moradores e fontes documentais presentes no Arquivo Histórico Nacional mostram que a região já era ocupada desde 1690 pela Fazenda Capocu e somente a partir de 1810 pela Fazenda do Rio Grande.

A cidade está localizada na região metropolitana de Curitiba e faz divisa com São José dos Pinhais, Araucária e Mandirituba. Com uma população de 148.873 habitantes, possui uma rica história — onde se destacava a criação de cavalos de raça — que remonta a muitos processos históricos ainda não estudados. Sua principal linha temporal se passa entre duas fazendas, Capocu e Rio Grande, cujos processos de desenvolvimento se encontram.

É nesse momento que a história se divide em ramificações: por um lado, une-se aos processos históricos das cidades vizinhas, confundindo-se com seus personagens históricos e, por vezes, contradizendo narrativas que não se enquadram nas linhas temporais da história regional; por outro, escreve sua própria versão sem se atentar aos registros documentais, criando elos imaginários com fatos não ocorridos, o que dificulta a análise concreta da história. Os recortes temporais que definem o objeto de estudo abrangem o período de formação do núcleo da cidade, quando ainda pertencia ao território de São José dos Pinhais, até sua emancipação política e expansão imobiliária.

“Se você fosse definir o que é ser fazendense, o que diria?” Essa é uma pergunta muito difícil para uma sociedade com raízes antigas no território, mas que se apresenta como cidade recente. Construir uma identidade cultural em um local que não preserva sua história e dificulta seu ensinamento é um desafio. Esse foi o ponto escolhido após a análise do ensino da história local durante minha carreira como docente da educação básica e sua relação com a construção cultural da cidade. Ao buscar materiais de pesquisa para trabalhar em sala de aula, percebi a ausência e a divergência em alguns textos oficiais, conforme apresentado no início do primeiro capítulo. Além disso, meu trabalho como servidora pública e pesquisadora me fez perceber a falta de políticas públicas e de projetos que buscassem resolver as lacunas históricas.

De acordo com dados do IPARDES e do IBGE, a previsão para o crescimento demográfico de Fazenda Rio Grande é de 5,13% ao ano¹. Dividida por um território com poucas rotas de acesso e sem planejamento urbano adequado ao crescimento exorbitante, a cidade é cortada pela BR-116, o que dificulta o desenvolvimento de um

¹A cidade de Fazenda Rio Grande registrou a maior taxa de crescimento populacional na Região Metropolitana de Curitiba. Esse índice a coloca como a 18ª cidade com maior crescimento populacional em todo o Brasil. Os dados demográficos revelam um aumento significativo, com a população saltando de 81.675 habitantes em 2010 para 148.873 em 2022.

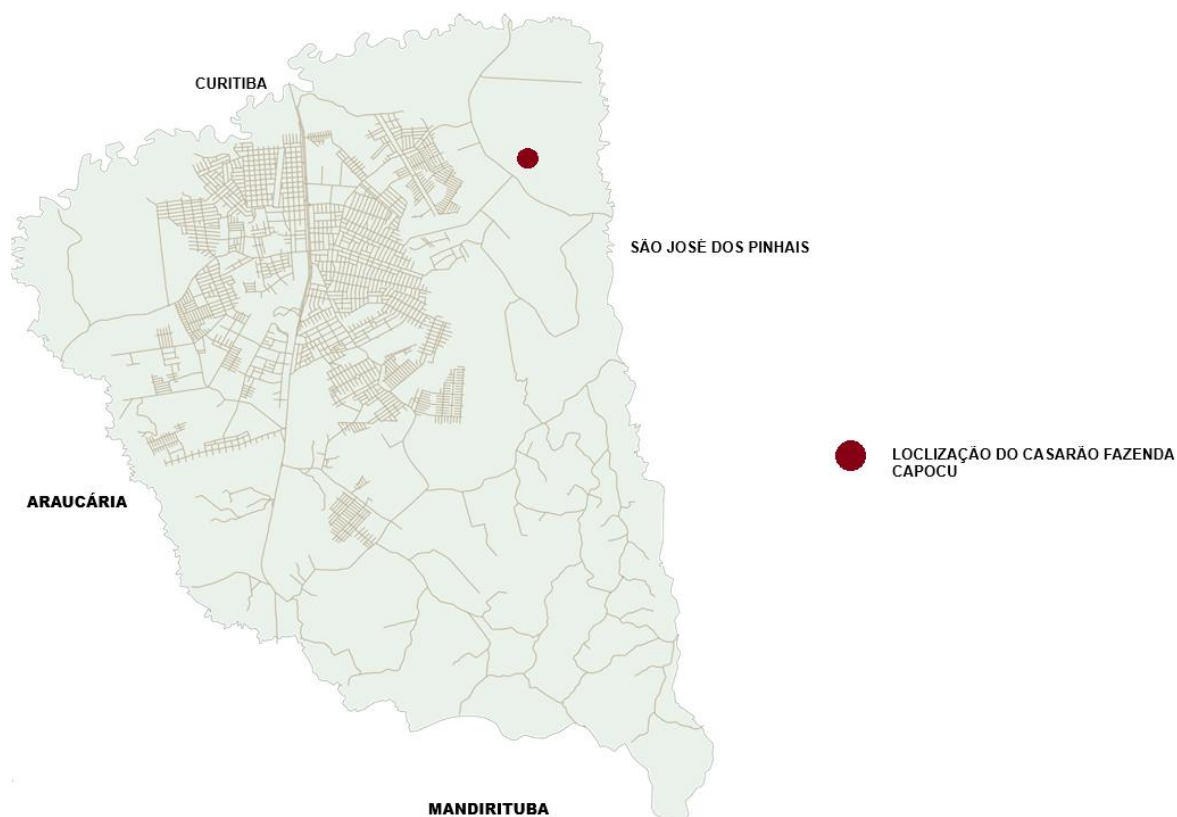
planejamento estratégico para o crescimento urbanístico. Ao analisar os dados e relacioná-los com a identidade cultural da população, observamos que a gestão pública enfrentará maiores problemas na identificação histórico-cultural das comunidades rurais.

Partindo do pressuposto de que o tema escolhido é uma preocupação atual, não há indícios de pesquisas desenvolvidas ou em andamento sobre o assunto. No entanto, há pequenos debates promovidos pelo município sobre a importância de criar um plano de ações que envolva a identificação cultural, com a proposição de um programa de valorização histórica que abrange tanto a comunidade quanto a gestão municipal; é nesse ponto que a pesquisa se torna necessária para dar início aos processos de salvaguarda da memória das comunidades locais.

Em meio a um caminho esquecido de tropas — utilizado, muitas vezes, como rota de fuga para cobranças de impostos e para economizar tempo nas viagens — que atualmente destoa das grandes indústrias que compõem a nova paisagem ao redor de um monumento arquitetônico centenário, o qual resiste aos processos do tempo e da modernidade, situa-se a antiga sede da Fazenda Capocu, em Fazenda Rio Grande. Terras que já passaram pelas mãos de Manuel Mendes Leitão e se desmembraram em pequenos polos de agricultura familiar, enfrentando disputas territoriais e, simultaneamente, os desafios da modernização urbana.

Para melhor visualização, indica-se o mapa a seguir, da região do Município de Fazenda Rio Grande, evidenciando a localização da antiga Fazenda Capocu. Este recurso visual é crucial para a contextualização espacial do estudo e para a melhor compreensão do território analisado pelo leitor.

Mapa 1 - Localização do Casarão no município de Fazenda Rio Grande.



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Das olarias às pequenas produções de erva-mate da agricultura familiar, a cidade se desenvolveu por meio das relações dos imigrantes com a terra, utilizando a única rota disponível entre a futura capital e a cidade de São José dos Pinhais para a comercialização dos produtos. Esse percurso constituiu o principal meio de sobrevivência nos primórdios da construção da cidade e nos processos que culminaram em sua emancipação tardia. Por isso, pretende-se compreender como os conceitos de memória social podem ser aplicados às relações de afetividade das famílias do campo com a figura do Casarão e às possibilidades de transformar o lugar em um espaço mnemônico, valorizando a importância do espaço para a história local.

Fotografia 1 - Registro da Fazenda Capocu pelo grupo de pesquisadores do IPARDES, 1977.



Fonte: Acervo IPARDES/COMEC.

Para Yi-Fu Tuan (2012), a topofilia (do grego *topo*: lugar; *filia*: sentimento positivo) é um elo afetivo intimamente ligado à forma como os indivíduos se relacionam com o espaço em que vivem. Ela se constrói a partir das experiências, sentimentos e emoções associados a determinados lugares, sendo responsável pela identificação e significação do espaço, transformando-o em um “lar”.

A ausência de cuidado com os elementos que compõem a memória afetiva territorial resulta na descaracterização da cidade, fragilizando o vínculo entre seus habitantes e o espaço urbano. Essa desconexão pode impactar significativamente na identidade coletiva, uma vez que a memória afetiva desempenha papel fundamental na construção do senso de pertencimento e de lugar. A presente pesquisa busca, portanto, evidenciar a importância da preservação da memória afetiva territorial como estratégia para fortalecer a identidade urbana e promover uma conexão mais intensa entre os indivíduos e o espaço que habitam.

Para tanto, a investigação concentra-se na análise das narrativas de moradores antigos, que constituem fonte primária essencial para a reconstrução da história local e para a compreensão dos processos de construção da memória e da identidade. A integração da memória afetiva aos processos de planejamento urbano é crucial para garantir que o desenvolvimento da cidade não ocorra à custa da perda de sua identidade e de seus valores culturais.

Para fundamentar a concepção dos conceitos de memória e sua relação com a identidade cultural, este estudo adota as abordagens teóricas de Aleida Assmann, Jöel Candau, Pierre Nora e Michel Pollak, cujas contribuições oferecem uma base sólida para o debate sobre a memória enquanto elemento estruturante da identidade coletiva. Importa destacar que a presente pesquisa evita o uso do termo "resgate da memória", por compreendê-lo como inadequado diante das análises de autores como Alessandro Portelli e Michel Pollak, os quais entendem a memória como um processo contínuo de reconstrução, sempre condicionado pelas questões e demandas do tempo presente.

Assmann, em sua obra, propõe uma distinção entre memória comunicativa, composta por lembranças compartilhadas em contextos familiares e intergeracionais, e memória cultural, institucionalizada em práticas, monumentos e narrativas duradouras, atuando como um recurso coletivo essencial para a preservação da identidade ao longo do tempo.

Candau, por sua vez, enfatiza a conexão intrínseca entre a memória individual e os espaços vividos, sugerindo que os vínculos afetivos com lugares significativos reforçam o senso de pertencimento e consolidam a identidade cultural. Cabe ressaltar que, conforme o próprio autor (2001), é necessário ter cautela com a ideia de "memória coletiva"² como uma categoria analítica fixa, pois, seu uso acrítico pode levar à essencialização de identidades. No entanto, neste trabalho, o termo é adotado como um recurso operacional, referindo-se às práticas sociais de rememoração compartilhadas por sujeitos em contextos específicos.

Pierre Nora introduz o conceito de "lugares de memória" (*lieux de mémoire*), compreendidos como marcos simbólicos que cristalizam as lembranças coletivas e atuam como pontos de referência para a identidade social, sobretudo em sociedades onde as tradições de memória espontânea tendem a se dissipar. A problemática dos lugares mnemônicos foi inicialmente levantada pelo historiador em 1978, durante um seminário na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris), ao analisar as transformações nas formas de relação dos grupos sociais com o passado. Para Nora,

² O termo 'memória coletiva' é adotado aqui como recurso operacional, em diálogo com Candau (2001) e Pollak, para referir-se às práticas sociais de rememoração compartilhadas em contextos específicos, sem essencializar como categoria fixa. Ambos os autores alertam para os riscos de naturalização identitária, destacando seu caráter construído e relacional.

essas relações são perpassadas por um sentimento de pertencimento ao lugar e por um respeito ao antigo.

Conforme Nora (1993, p. 13), “os lugares de memória são, antes de mais nada, restos [...] rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade.” Esses lugares podem assumir formas concretas ou abstratas, mas sempre carregam uma carga simbólica comum: a emoção e a vontade de recordar. São espaços ou objetos historicamente construídos e valorizados socialmente.

Nora sugere que um local ou objeto adquire o status de “lugar de memória” quando é investido de significado simbólico — por meio da imaginação, de um ritual ou de uma experiência compartilhada. Até mesmo um minuto de silêncio, enquanto suspensão material do tempo, pode funcionar como um lembrete concentrado de lembrança. Tais lugares são simultaneamente materiais, pois possuem uma presença concreta; funcionais, na medida em que asseguram a cristalização e a transmissão da memória; e simbólicos, por apresentarem experiências vividas por poucos, mas compartilhadas por muitos que não as experimentaram diretamente. Esses três aspectos coexistem de maneira indissociável na constituição dos *lieux de mémoire*.

Por fim, Michel Pollak acrescenta uma dimensão crítica ao campo ao considerar os contextos de repressão, trauma e resistência, destacando que as memórias traumáticas, quando mantidas e compartilhadas, exercem um papel fundamental na coesão e resiliência identitária de comunidades marcadas por marginalização ou exclusão.

Ao articular as contribuições de Aleida Assmann, Jöel Candau, Pierre Nora e Michel Pollak, o presente estudo compreende a memória como elemento estruturante da identidade coletiva, sempre atravessada por dinâmicas sociais e demandas do presente. Essa concepção é enriquecida pelas reflexões de Ulpiano Bezerra de Meneses, que adverte contra a reificação da memória e a naturalização de seus conteúdos simbólicos. Para o autor, a memória deve ser compreendida como fenômeno social e relacional, sujeita tanto à lembrança quanto ao esquecimento, e passível de gestão social. Tal perspectiva reforça a crítica ao termo “resgate da memória”, por sugerir uma essência a ser simplesmente recuperada, em vez de reconhecer o caráter contínuo e construído das lembranças, como apontado também por Pollak e Portelli. Meneses destaca ainda a importância de alinhar o trabalho com a memória aos contextos concretos das práticas culturais, evitando que o patrimônio

— material ou imaterial — se transforme em uma representação vazia, dissociada das experiências vividas por seus sujeitos. Essa abordagem dialógica e crítica aproxima-se da noção de Candau sobre os vínculos afetivos com lugares e da concepção de Nora sobre os “lugares de memória” como construções simbólicas que demandam investimento coletivo. Ao enfatizar que os valores culturais não são imanentes aos objetos ou espaços, mas atribuídos socialmente em redes de interação, Ulpiano convida a uma compreensão mais profunda e situada da memória, da identidade e do patrimônio, reafirmando seu potencial político e existencial na vida coletiva.

Construir a memória social implica, necessariamente, alinhar o trabalho com o reconhecimento da realidade social em que se insere. A cidade nasce de forma espaçosa, delimita-se com seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, pode se perder em sua identidade histórica. Quando não há preservação cultural dos espaços de memória, os laços de pertencimento não se criam nem se mantêm, levando os indivíduos a se identificarem com outros locais próximos.

Muitas cidades recém-desenvolvidas pela política urbanística promulgada pela Constituição de 1988, como é o caso de Fazenda Rio Grande, ignoram os processos envolvidos em seu crescimento e, também, as pessoas que iniciaram a cidade e suas primeiras edificações. A Constituição Federal de 1988 promoveu uma série de mudanças na estrutura político-administrativa do Brasil, incluindo a elevação dos municípios ao status de entes federativos. Essa mudança concedeu aos municípios autonomia política, administrativa e financeira, além de permitir que os Estados criassem municípios mediante lei complementar estadual. Anteriormente, a criação de municípios era regulada por lei federal, que estabelecia um requisito mínimo de população de 20.000 habitantes. Com a nova Constituição, esse requisito passou a ser definido pelos Estados, abrindo espaço para a intensa criação de novos municípios. Alguns desses novos espaços esqueceram seu início ou estão tão enraizados em suas sedes administrativas anteriores que o processo de emancipação cultural ainda se encontra em desenvolvimento. Conforme menciona Michel De Certeau, ao se referir à cidade de Nova Iorque, “nunca aprendeu a arte de envelhecer exibindo todos os seus passados. Seu presente se inventa, hora a hora, no ato de deitar fora suas realizações prévias e desafiar o futuro” (De Certeau, 1994, p. 21).

Quando se discutem as ideias de preservação do passado, leva-se em consideração toda a recuperação possível a partir das fontes que sobrevivem à modernização. Esse é um trabalho que poucas gestões municipais conseguem

realizar, visto que a falta de profissionais capacitados para tal levantamento gera a perda dos relatos e a desvalorização cultural da pouca memória existente.

Meneses e Tavares (2003) destacam que preservar e proteger a "imagem da cidade" envolve mais do que apenas aspectos construtivos, decorativos e estéticos, pois abrange também valores simbólicos, sociais e culturais. Segundo os autores, o respeito pela história urbana — que inclui passado, presente e futuro — exige uma abordagem ampla que considere essas diversas dimensões. Com isso em mente, eles buscaram integrar as perspectivas de especialistas de áreas distintas para abordar as implicações sociais, culturais e físicas no processo de conservação da imagem urbana. Nesse contexto, as cartas patrimoniais constituem importantes referenciais para a proteção do patrimônio cultural. A Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) estabeleceu as bases para uma concepção ampliada de patrimônio, incluindo não apenas monumentos isolados, mas também sítios urbanos e rurais que testemunham civilizações e transformações históricas, além de valorizar "obras modestas do passado" que adquirem significado cultural ao longo do tempo.

Posteriormente, a Carta de Cracóvia (ICOMOS, 2000) reforçou o papel das comunidades como detentoras de memória coletiva e corresponsáveis pela preservação de sua identidade e patrimônio. Essa perspectiva foi ampliada pela Carta do Zimbábue (ICOMOS, 2003) e pela Declaração de Nova Deli (ICOMOS, 2017), que destacam o protagonismo comunitário na ressignificação dos patrimônios culturais.

Esses documentos evidenciam a evolução do conceito de patrimônio como construção dinâmica, onde espaços físicos se entrelaçam com práticas sociais, memórias coletivas e valores afetivos atribuídos pelos grupos sociais. A partir do momento em que o ser humano passa a perceber que é formador do ambiente, iniciam-se os processos de construção de sua cultura. Nesse movimento a cidade assume o papel de órgão institucionalizador da cultura, convertendo a necessidade básica de abrigo e organização do espaço em manifestações simbólicas complexas, como monumentos arquitetônicos, edificações públicas e formas de ocupação urbana. Com isso, o patrimônio cultural emerge como uma das formas de salvaguardar as memórias do passado e reafirmar os vínculos de pertencimento de uma coletividade.

Em seu sentido mais amplo, o patrimônio cultural é composto pelos bens — materiais e imateriais — que remetem às origens e identidades de um grupo social. Por meio desses elementos, a comunidade se reconhece, reafirma vivências compartilhadas e dá continuidade a valores históricos e simbólicos. Contudo, como

salienta Ulpiano T. Bezerra de Meneses, é necessário ir além das classificações tradicionais e questionar as bases teóricas que sustentam tais categorias. Para o autor, pensar o patrimônio apenas em termos de sua forma (material ou imaterial) corre o risco de reduzi-lo a uma coleção de objetos ou rituais descontextualizados.

Meneses propõe uma abordagem crítica que problematize a desarticulação entre as práticas sociais e suas representações patrimoniais. Ao enfatizar que os valores culturais não são inerentes aos bens, mas atribuídos socialmente, ele desloca o foco da análise para os sujeitos e suas relações com os espaços e com a memória. A partir dessa perspectiva, o patrimônio cultural deve ser entendido não como algo estático, mas como um campo de disputa simbólica, política e identitária.

Esse olhar permite compreender os tipos de patrimônio de maneira mais fluida e contextualizada:

1. Patrimônio material: representado por edificações, objetos, documentos, paisagens e monumentos que, longe de seu valor físico, ganham significado a partir das práticas e sentidos que lhes são atribuídos por diferentes grupos sociais;
2. Patrimônio imaterial: composto por saberes, ritos, festas, expressões linguísticas e modos de fazer, que se mantêm vivos nas experiências cotidianas e intergeracionais das comunidades;
3. Patrimônio simbólico-social: que atua como espaço de afirmação de identidades, resistência cultural e memória coletiva, especialmente em contextos de exclusão ou apagamento histórico.

Sua contribuição, ao destacar que essas classificações não são fixas e devem ser interpretadas de forma relacional, reforça o caráter dinâmico e contestado do patrimônio cultural. É uma abordagem que expõe os riscos de uma visão essencialista que naturaliza hierarquias e fixa significados, ignorando os processos sociais que os constituem. Se o patrimônio é um campo de disputa — como evidenciam as tensões entre memórias hegemônicas e marginalizadas —, então sua gestão e preservação exigem um diálogo contínuo com as comunidades, reconhecendo suas narrativas como centrais na (re)construção dos valores culturais.

Municípios, bairros e vilas são territórios nos quais essas dimensões patrimoniais se entrelaçam. Suas formas urbanas refletem heranças de organização social e cultural consolidadas ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que convivem

com novas demandas e práticas da modernidade. O traçado urbano, os modos de uso dos espaços públicos e os edifícios históricos são, portanto, testemunhos vivos das transformações e permanências de uma coletividade.

Nesse sentido, a advertência de Pelegrine (2006, p. 126) é especialmente pertinente: “quando a sociedade não respeita o patrimônio cultural e natural, ela corre o risco de perder a identidade e enfraquecer seus valores, o que inviabiliza o exercício da cidadania.” Valorizar o patrimônio, portanto, é um ato político e educativo. Significa orientar a sociedade para que volte o olhar à sua própria comunidade, reconhecendo os bens culturais como elementos dinâmicos, moldados pelas práticas sociais e capazes de fortalecer os laços entre memória, território e pertencimento.

Considerando a perspectiva de Ulpiano Meneses, pensar os tipos de patrimônio exige abandonar definições rígidas e compreender que a preservação cultural só se efetiva quando enraizada nas práticas sociais que lhe dão sentido. Assim, o patrimônio cultural deixa de ser um fim em si mesmo e passa a ser um instrumento de cidadania, reconhecimento e transformação social.

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica multidisciplinar, visando uma análise aprofundada e abrangente dos processos de construção da memória e da identidade em Fazenda Rio Grande. O corpus documental é composto por fontes primárias, secundárias e terciárias, coletadas e analisadas de forma sistemática.

A pesquisa utilizou diversas fontes, como relatos orais de moradores antigos e documentos históricos – incluindo registros cartográficos e arquivos pessoais – que possibilitaram uma reconstrução detalhada das narrativas locais. As entrevistas, realizadas com cinco membros da comunidade e de famílias fundadoras, foram fundamentais para a coleta de dados qualitativos, permitindo identificar padrões de memória afetiva e compreender as transformações socioespaciais da região. A seleção dos participantes foi planejada por meio de visitas à área, priorizando indivíduos com vínculos históricos e afetivos mais profundos com o local. Apesar de desafios, como o falecimento da moradora Maria no início de 2024 e a recusa de participação por parte de sua família, destacaram-se os depoimentos de seis mulheres centrais para a pesquisa: Antonia, professora e vizinha; sua mãe Maria; sua irmã Natália, que presenciou as mudanças da região desde a infância; Luceli, cujo pai mantinha laços familiares com os moradores do Casarão; e as irmãs Rosiane e Silmara, que, embora tenham crescido no bairro Umbará, em Curitiba, mantiveram

conexões significativas com a área estudada. Esses depoimentos demonstram como a memória se constrói a partir de interações sociais, ambientais e territoriais, ressaltando sua natureza dinâmica e coletiva, e revelam as complexidades inerentes à preservação da memória histórica em contextos de transformação urbana e social.

Os participantes da comunidade da Fazenda Capocu são:

1. **Luceli Cordeiro dos Santos Castro:** Nascida em 11 de novembro de 1957, em Clevelândia, Paraná, filha de Pedro Claudino dos Santos e de Paulina Cordeiro. Seu pai nasceu na própria localidade do Capocu, o que reforça suas raízes profundas com a comunidade. Sua história de vida é entrelaçada com as memórias e vivências do lugar, representando a continuidade das famílias que ajudaram a construir a identidade da região.
2. **Rosiane de Camargo:** Natural de Curitiba, nascida em 29 de junho de 1969, filha de José Ordenir de Camargo e Reni Carolina de Camargo. Moradora do bairro vizinho, Umbará, Rosiane teve uma convivência intensa com a comunidade da Fazenda Capocu. Durante a infância e juventude, frequentou festas e quermesses na igreja local, além de participar de eventos comunitários entre as décadas de 1970 e 1980. Um dos momentos marcantes foi sua participação no coral da Igreja de São Sebastião do Umbará, em uma missa na Fazenda Capocu. Essas experiências fortaleceram os laços entre as duas comunidades, já naturalmente interligadas por relações familiares e afetivas.
3. **Maria Silmara de Camargo Bizzotto:** Também nascida em Curitiba, em 27 de março de 1959, é filha de José Ordenir de Camargo e Reni Carolina de Camargo. Assim como sua irmã Rosiane, cresceu na convivência com a Fazenda Capocu. As memórias das festas religiosas e da participação no coral da Igreja de São Sebastião do Umbará são compartilhadas com carinho. Para Silmara, esses momentos representam um tempo de integração comunitária intensa, quando o espírito de solidariedade e pertencimento unia os moradores da região.
4. **Maria Natal da Silva:** Nascida em 25 de dezembro de 1968, em Umuarama, é filha de Maria da Luz Silva. Mudou-se para a localidade ainda criança e desde então criou laços profundos com a comunidade. Maria Natal expressa com simplicidade e emoção o amor que sente pela Capocu, destacando a beleza e a tranquilidade do lugar onde cresceu e vive.

5. **Antonia Aparecida da Silva:** Nascida em 28 de fevereiro de 1970, em Iporã, também é filha de Maria da Luz Silva. Chegou à comunidade aos seis anos e, assim como sua irmã, nutre grande carinho pela região. Sua fala sobre a vida no Capocu evidencia o valor das relações afetivas e da paz vivida no cotidiano da comunidade.
6. **Maria da Luz Silva:** Nascida em 2 de junho de 1936, em Água Fria, Minas Gerais, é filha de Rita Matos. Veio para a Fazenda Capocu em 1978, acompanhada do marido e de seus dez filhos. Estabeleceu-se nas proximidades da cerâmica de tijolos do senhor João Maria Chimim. Maria da Luz rapidamente se tornou uma figura querida por todos. Sua contribuição para a comunidade foi notável, especialmente através da agricultura e da culinária artesanal, com destaque para a produção de farinha de mandioca, doces de abóbora, pamonhas, curau e bolo de fubá. Sua simplicidade, hospitalidade e cuidado afetuoso deixaram marcas profundas na memória dos moradores da Capocu.

As entrevistadas foram selecionadas com base em sua forte ligação afetiva e histórica com a região da Fazenda Capocu e arredores. São mulheres com trajetórias de vida profundamente conectadas ao território, seja por nascimento, residência duradoura ou laços familiares e comunitários.

Um ponto central é a relação direta com a localidade, seja pelo nascimento no Capocu, como Luceli Cordeiro dos Santos Castro (através de seu pai), ou pela migração e estabelecimento na região desde a infância, como Maria Natal da Silva e Antonia Aparecida da Silva. Essas vivências contínuas fortalecem os vínculos com o lugar.

Outra característica marcante é a proximidade geográfica e afetiva com a Capocu, notada especialmente nas irmãs Rosiane e Maria Silmara de Camargo, moradoras do bairro vizinho Umbará. Suas memórias de interação entre as comunidades, participando de festas religiosas e eventos, demonstram como a identidade da Capocu se estende além de seus limites físicos, sendo construída também por aqueles que compartilham sua vida cultural e religiosa.

Destaca-se também a transmissão intergeracional de experiências. A presença de três gerações da mesma família – Maria da Luz Silva, suas filhas Maria Natal e Antonia – ilustra como a memória coletiva é formada e perpetuada dentro das famílias,

especialmente pelas mulheres, que atuam como guardiãs da cultura, do trabalho comunitário e dos saberes tradicionais.

Em suma, o critério de seleção reflete o compromisso com a valorização da memória viva, representada por mulheres cujas experiências pessoais estão intrinsecamente ligadas à história, cultura e afetividade que moldam a identidade da Fazenda Capocu e seu entorno. Embora a escolha não tenha sido dirigida exclusivamente para mulheres, foram elas que se dispuseram a colaborar e oportunizou tratar de maneira ao qual elas se tornaram protagonistas.

A metodologia de história oral, combinada à análise documental e cartográfica, proporcionou uma abordagem multifacetada para a pesquisa, integrando métodos qualitativos e quantitativos na construção de um quadro complexo e abrangente da memória e identidade da comunidade. Para sistematizar e analisar fontes escritas do século XIX – inclusive a decifração de caligrafias antigas – foram utilizados os softwares Transkriptor, Transkribus e Pinpoint³.

Essa combinação de ferramentas tecnológicas não só acelerou o processamento e a análise dos dados, como também enriqueceu a pesquisa ao integrar diferentes tipos de fontes – textuais, orais e cartográficas –, reforçando a interdisciplinaridade do trabalho e a relevância da tecnologia no fazer historiográfico contemporâneo.

Dividida em três capítulos principais, a pesquisa traça uma linha do tempo que se estende desde as origens coloniais da fazenda até sua importância atual como símbolo de identidade local. Cada capítulo aprofunda uma dimensão específica da história e das dinâmicas socioculturais da Fazenda Capocu, proporcionando uma compreensão abrangente do impacto dessa trajetória na formação da comunidade.

No Capítulo 1, intitulado "Capocu no princípio a chamaram", o estudo discute as primeiras fases da ocupação da região – desde a fundação da fazenda, no final do século XVII, até os intensos conflitos fundiários do século XIX. Destaca-se, nesse percurso, o protagonismo das famílias Mendes de Sá e Ferreira, cujas trajetórias contribuíram para as transformações que culminaram na emancipação política de Fazenda Rio Grande.

³ Utilizou-se o Transkribus (v. 1.6.2) para transcrição de manuscritos e o Transkriptor para digitalização de registros históricos. As transcrições passaram por revisão manual devido às limitações das ferramentas (LAGE, 2011). Para análise espacial, empregou-se o QGIS (v. 3.22) e o OldMapsOnline. O Pinpoint (v. 2.0) foi aplicado à transcrição de entrevistas, também com revisão posterior. Recomendam-se ajustes nos parâmetros das ferramentas para maior acurácia.

No Capítulo 2, "Do Afeto à Memória: Relações Comunitárias na Fazenda", aprofundam-se as dimensões sociais e afetivas que moldaram a história da Fazenda Capocu. O Casarão, erguido em 1906, apresenta-se como o núcleo de memória e convivência comunitária, onde se forjam os laços simbólicos entre os moradores; nesta seção, examinam-se, ainda, os impactos das mudanças econômicas e urbanísticas que, ao longo do tempo, reformularam as dinâmicas locais.

No Capítulo 3, "Entre o Silêncio e a Salvaguarda: O Simbolismo Mnemônico da Fazenda Capocu", direciona-se o olhar para a preservação do patrimônio cultural. A análise enfatiza o papel do Casarão como símbolo da identidade regional e ressalta a urgência de proteger a memória coletiva – fundamento indispensável para a construção de um futuro coeso e culturalmente enraizado. Dessa forma, a pesquisa propõe-se não apenas a compreender a história da Fazenda Capocu, mas também a evidenciar a importância de conservar os elementos culturais e simbólicos que alicerçam a identidade da comunidade de Fazenda Rio Grande.

1. “CAPOCU NO PRINCÍPIO A CHAMARAM” ⁴

O contexto etimológico da palavra "Capocu" é complexo em sua análise histórica, visto que sua origem se aplica a um fator distinto de seu significado. O nome deriva da ramificação tupi-guarani "capo" (mato) e "pocu" (pouco denso, raso), referindo-se à característica da vegetação presente na cidade. No entanto, de acordo com relatos das primeiras famílias, presentes no município a partir de 1879, o nome teria pertencido a uma “aldeia”. Essa ideia é reforçada por órgãos oficiais, conforme consta no site do IBGE: "A região de Fazenda Rio Grande foi primeiramente habitada pelos índios. Eles alternavam uma temporada no litoral, em busca de sal e pesca [...]. Criou-se então um aldeamento cujo nome original era Capocu."

De acordo com pesquisas arqueológicas, os primeiros ocupantes do território foram povos da tradição Itararé-Taquara, que eram caçadores-coletores e os primeiros a deixar vestígios de cerâmica e agricultura, datando de 1.000 a 1.500 anos atrás na região. Eram populações da família Proto-Jê, ancestrais dos indígenas Kaingang e Xokleng. A presença desses povos no município foi comprovada pela existência de uma casa subterrânea e por indícios cerâmicos que estão sob a guarda da Universidade Federal do Paraná.⁵

Encontra-se, nessa discussão, um possível desentendimento dos conceitos de território indígena e aldeia por parte dos imigrantes. É necessário analisar e compreender que a referência espacial, no conceito indígena, diverge daquela aprendida por meio do olhar dominante europeu. Gersen dos Santos Luciano (2006, p. 101), da etnia Baniwa,⁶ descreve o território, na perspectiva indígena, como:

A própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam. No território uma montanha não é somente uma montanha, ela tem significado e importância cosmológica sagrada. Terra e território para os índios não significam apenas o espaço físico e geográfico, mas sim toda a

⁴ Epígrafe do Hino de Fazenda Rio Grande.

⁵ Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Relatório Final das Etapas 1 e 2 do Projeto para Constatação e Resgate do Patrimônio Arqueológico na área do Eixo Metropolitano de Transporte da Cidade de Curitiba (linha Verde). Curitiba, 2009.

⁶ Os Baniwa vivem na fronteira do Brasil com a Colômbia e Venezuela, em aldeias localizadas às margens do Rio Içana e seus afluentes Cuiari, Aiari e Cubate, além de comunidades no Alto Rio Negro/Guainia e nos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos (AM). Já os Kuripako, que falam um dialeto da língua baniwa, vivem na Colômbia e no Alto Içana (Brasil).

simbologia cosmológica que carrega como espaço primordial do mundo humano e do mundo dos deuses que povoam a natureza.⁷

Para o povo originário, não havia vila, cidade ou ocupação fixa, conforme o contexto europeu, mas sim um espaço conhecido e constantemente habitável. A terra já existia – o local, em sua concepção pura, já era ocupado, sem a necessidade de um documento que comprovasse que aquele lugar era particular: "o território é o habitat onde viveram e vivem os antepassados. O território está ligado às suas manifestações culturais e às tradições, às relações familiares e sociais" (Luciano, 2006, p. 102).

Para auxiliar nesse questionamento, é necessário analisar o censo realizado em 1872, juntamente com o primeiro registro cartográfico de divisões municipais do Estado do Paraná. Contudo, há um fator que dificulta essa análise: a descrição da "raça" no censo, que era caracterizada em apenas quatro categorias — brancos, pretos, pardos e caboclos. Estudos realizados pelo núcleo de arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte mostram que:

Podemos perceber que a categoria "índio", que anos antes tinha aparecido em relatórios e falas provinciais, misteriosamente some no censo realizado em 1872. É importante contextualizar que, no momento em que o Estado Brasileiro realiza o primeiro censo nacional, estava em curso um processo de legitimação da mestiçagem que operava também na esfera do discurso, em que categorias como "pardo" e "caboclo" cumpriam uma função na consolidação da narrativa de miscigenação da população brasileira.⁸

Segundo a publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, realizada pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHEd) da Universidade Federal de Minas Gerais, havia um documento, chamado boletim da família, que auxiliava as paróquias na categorização da população. Esse documento continha um questionário que deveria ser respondido pelo chefe da família⁹.

⁷O termo utilizado no livro é defasado, devido às discussões referentes a "índio" e "indígena" serem realizadas após a publicação do livro.

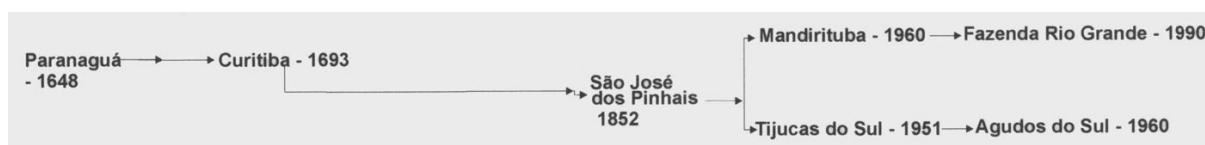
⁸ Informação de CCHLA - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes | Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

⁹ O Censo de 1872, primeiro recenseamento geral da população brasileira, estabeleceu a cor da população como um subtópico da condição social, dividindo-a entre livres e escravizados. As classificações utilizadas foram: branco, preto, pardo e caboclo. Pardos eram considerados fruto da união entre pretos e brancos; caboclos, os indígenas e seus descendentes. Os termos branco, preto e pardo remetem a cores, enquanto "caboclo" possui origem racial, o que indica a adoção de um critério misto, baseado em fenótipos e ascendência. Esse censo pertence ao período denominado "proto estatístico", conforme definição de Marcílio (1974), caracterizado por dados abundantes, mas de qualidade irregular, com critérios de coleta pouco claros. Segundo Senra, nesse início, a produção

O boletim de família utilizado no Censo de 1872 deixa claro que apenas os indígenas “puros” deveriam ser classificados na categoria “caboclo”, sendo que qualquer outra definição para além de branco e preto deveria ser incluída na categoria “pardo”.

É necessário, neste ponto, realizar um recorte espacial do território, visto que se trata de uma região que pertenceu a três localidades ao longo de seus processos históricos. Inicialmente, a região de Fazenda Rio Grande era uma localidade pertencente a São José dos Pinhais (figura 1). Assim, para o período em que foi realizado o censo demográfico, é preciso analisar os dados relativos ao município vizinho.

Figura 1 - Mapa da Genealogia do Estado do Paraná.



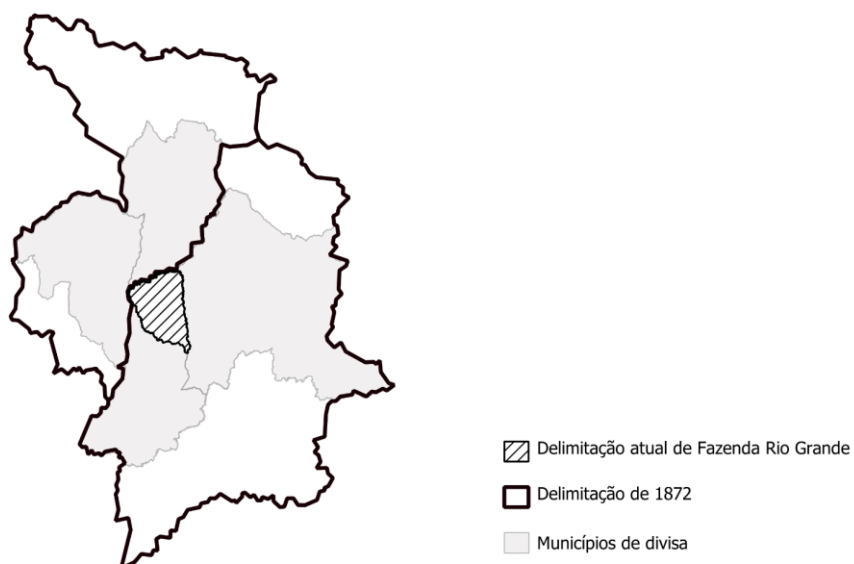
Fonte: Arquivo Gráfico Municipal Do Paraná, 2003.

Na *Parochia de São José dos Pinhais*, segundo o censo demográfico (figura 2), havia cerca de 7277 habitantes, divididos em um território que abrange 6 municípios da atual divisão (mapa 1), sendo eles: Agudos do Sul, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, que juntos somam 2.367,62 km².

estatística era ainda intuitiva, conduzida por estudiosos de diversas áreas, mas sem especialização formal em estatística.

Mapa 2 - Comparação com os limites de 1872 e o atual do município de Fazenda Rio Grande.

Mapa de comparação com os limites de 1872 e o limite atual do município de
Fazenda Rio Grande



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Ao realizar o cálculo de densidade demográfica, temos aproximadamente 3,08 hab/km². Conforme demarcado na figura 2, havia cerca de 228 caboclos na Parochia, o que daria aproximadamente 1 caboclo a cada 32 habitantes.

Figura 2 - Censo demográfico de 1872.

PAROCHIA DE S. JOSÉ DOS PINHAES.							
Sexos	Condições	Estados civis	Raças	das Raças			
				Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
HOMENS	LIVRES	SOLTEIROS	Branços.....	1486			
			Pardos.....		752		
			Pretos.....			36	
		CASADOS	Caboclos.....				76
			Branços.....	609			
			Pardos.....		255		
	ESCRAVOS	VIUVOS	Pretos.....			22	
			Caboclos.....				36
			Branços.....	41			
		SOLTEIROS	Pardos.....		19		
			Pretos.....			1	
			Caboclos.....				2
MULHERES	LIVRES	CASADAS	Pardos.....		113		
			Pretos.....			96	
			Pardos.....		3		
		VIUVAS	Pretos.....			4	
			Pardos.....				
			Pretos.....				
	ESCRAVAS	SOLTEIRAS	Branças.....	1517			
			Pardas.....		750		
			Pretas.....			39	
		CASADAS	Caboclas.....				77
			Branças.....	636			
			Pardas.....		255		
	LIVRES	VIUVAS	Pretas.....			11	
			Caboclas.....				32
			Branças.....	122			
		SOLTEIRAS	Pardas.....		66		
			Pretas.....			1	
			Caboclas.....				5
	ESCRAVAS	CASADAS	Pardas.....		126		
			Pretas.....			84	
			Pardas.....		2		
		VIUVAS	Pretas.....			2	
			Pardas.....		1		
			Pretas.....				
Somma geral.....				4411	2342	296	228
7277							

Fonte: IBGE ¹⁰

A partir dessa análise, aliada à interpretação dos vestígios arqueológicos, pode-se entender que o território onde a fazenda está localizada era frequentemente habitável por descendentes dos indígenas, mesmo antes da chegada, em 1879, de famílias de imigrantes que iniciaram o processo de colonização formal da região. As informações relativas à "tribo" são corroboradas apenas com base em relatos dos próprios moradores; no entanto, detalhes sobre quais etnias estavam presentes ou se já estavam plenamente aculturadas carecem de estudos mais aprofundados. É

¹⁰ A imagem foi recortada para melhor visualização das informações e está completa no anexo A.

passível de questionamento enquadrar a temporalidade da presença indígena às pesquisas arqueológicas e às fontes documentais da época dos pioneiros relacionadas à história do Paraná, com a análise da densidade demográfica da época, estimada em aproximadamente 3,08 habitantes por quilômetro quadrado, revela uma proporção reduzida de indivíduos identificados como caboclos — cerca de um para cada 32 habitantes. Tal dado sugere uma presença indígena numericamente pouco expressiva no contexto da formação do núcleo urbano. Além disso, as informações relativas à presença de "tribos" na região são sustentadas unicamente por relatos orais de moradores, sem respaldo em registros oficiais ou fontes documentais que permitam identificar as etnias envolvidas ou verificar a manutenção de práticas culturais originárias. Embora vestígios arqueológicos e a própria configuração do território indiquem que a área era anteriormente habitada por descendentes de indígenas, sendo vestígios datados antes das ocupações portuguesas, junto com a ausência de estudos aprofundados sobre o período posterior à colonização compromete a confirmação de sua permanência. Dessa forma, a presença indígena após 1879 permanece como uma hipótese plausível, porém carecedora de evidências conclusivas, o que reforça a necessidade de investigações interdisciplinares que combinem fontes arqueológicas, históricas e orais para o esclarecimento da questão.

Compreender essa dinâmica populacional exige também considerar a configuração territorial da época. A área que hoje corresponde ao município de Fazenda Rio Grande era formada por duas grandes propriedades rurais voltadas à criação de gado, sendo a Fazenda Capocu a maior delas, com cerca de 88 km². A partir deste ponto, passa-se à análise da trajetória histórica da Fazenda Capocu enquanto território em constante transformação.

1.1 O perdão, a doação e a sesmaria

Em 1690, temos o primeiro registro de terras na região, pertencente ao Padre João da Veiga Coutinho, natural da cidade do Rio de Janeiro, filho de Antonio da Veiga e Maria de Souza Coutinho, e irmão de Maria de Cáceres. Sua mãe ficou viúva duas vezes: primeiro após o falecimento de Manoel Fernandes Cáceres, em 1633, e, depois da morte de seu segundo marido, em 1635, casou-se pela terceira vez com Antonio Pompeu de Almeida. O casal, cujo matrimônio se deu por volta de 1641, foi

assassinado pelo Capitão Fernão de Camargo, em um evento que chocou profundamente a sociedade da época, devido à brutalidade do crime.¹¹

Moveu-se, então, a emperrada engrenagem na arcaica "justiça de el-rei, nosso senhor". Aberta a devassa, descobriu-se o autor do crime. Este foi preso, julgado e condenado à morte. Os parentes e amigos do réu, que eram muitos influentes, apelaram para a Relação da Bahia. Os ministros da Relação sentenciaram que o réu poderia ser absolvido se alcançasse o perdão dos filhos das vítimas (aliás enteados de Antonio Pompeu). A este respeito, narra Pedro Taques: "Trabalhou-se muito sobre este ponto no Rio de Janeiro com dinheiro e respeitos que tudo acabam: porém os dois ofendidos não se deixaram vender, antes insistiram que pagasse o delito quem o cometera tão barbaramente. Com este desengano ocorreu ao reverendíssimo vigário da igreja da Candelária solicitar o perdão em nome de Jesus Cristo, discorrendo assim, porque João da Veiga Coutinho (filho e enteado do casal assassinado) se habilitava para o estado sacerdotal. Para isso levou uma imagem do santo crucifixo, que se venerava na dita igreja no altar-mor, e com ela lembrou a João da Veiga aquele texto — "non parco quia non perperit"¹². Rendeu-se como católico e fez persuadir sua irmã..."E foi lavrada a escritura de perdão. (Correio Paulistano, 1935, p. 4.)

Diante desse evento, principalmente pela violência praticada, o padre e sua irmã foram persuadidos pela Igreja da Sé e pela família do assassino a conceder o perdão ao criminoso, que havia sido condenado à morte. Os irmãos perdoaram o assassino e, como resultado desse ato — visto que o padre já estava qualificado na Igreja da Sé do Rio de Janeiro — receberam a imagem de Jesus Cristo dos Perdões. João da Veiga assumiu o cargo de cônego em 1686, acabando por fundar a Capela Bom Jesus dos Perdões em São José dos Pinhais. A igreja concedeu a ele duas propriedades para administrar como parte de suas responsabilidades como cônego: a "Fazenda Águas Belas", cujo território atualmente pertence a São José dos Pinhais, e a "Fazenda do Capocu", onde se situa atualmente Fazenda Rio Grande. O reverendo acabou renunciando ao sacerdócio em 1717 e faleceu em 1724.¹³

L.3 – Fl. 32 F e V

Ano: 1882

Teve sua origem uma Capella ali edificada sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Perdões em 1690, pelo Revd. João da Veiga Coutinho, Conego da Cattedral do Rio de Janeiro qual tendo vindo talvez como visitador erigio a essa Capella. Esse Conego, em 7 de Agosto de 1696, por escriptura passada em cura pelo tabelião José do Souto, fez doação a dita Capella de todos os seus bens moveis e imóveis; consistindo estes em duas Fazendas, com criação sendo: a de **Capocu** e a das Aguas Bellas, na qual estava a Capella.

¹¹ Jornal Correio Paulistano: Pensamento e arte. Edição 050, 1953. p. 4.

¹² Tradução livre: Eu não poupo porque ele não sofreu.

¹³ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1858, tomo 21.

Consistão então esses bens em: algumas alfaias da Capella, 232 animaes na fazenda das Aguas Belas e 481 animaes na de **Capocu**, e mais algumas ferramentas.

Essas duas fazendas pertencem hoje a particulares, talvez por arrematação em hasta publica¹⁴.

Em 1707, a Fazenda do Capocu foi convertida em sesmaria, juntamente com outra área que, no século seguinte, receberia o nome de "Fazenda do Rio Grande". Ambas foram doadas a Manoel Álvares de Abreu e Sebastião Álvares de Abreu, respectivamente, conforme consta no mapa:

50 SEBASTIÃO ALVARES DE ABREU – 20/05/1707

Vigário da Igreja Nossa Senhora da Luz de Curitiba. Localizada nas proximidades do Rio Grande (Iguaçu), correndo rio abaixo até a barra de Bariguitiba. Dimensão: ½ X ½ LÉGUA. Fonte Arquivo Nacional, livro XIX, folha 20 V, código 77 (Ritter, 1980, p.229).

65 MANOEL ALVARES DE ABREU – 20/05/1707

Localizada nas proximidades do rio Grande (Iguaçu), rio abaixo até as terras de Sebastião Álvares de Abreu [...]. Dimensão: 1 X 2 léguas. Fonte: Arquivo Nacional, livro XVII, folha 17 V, código 77 (Ritter, 1980, p.231).

Vale ressaltar que, no sistema de medidas do século XVI, uma légua de sesmaria correspondia ao equivalente a 6.600 metros atualmente. A sesmaria de Manoel Álvares de Abreu, em medidas atuais, abrange o território que vai da divisa entre São José dos Pinhais e Curitiba (Umbará) até a divisa de Mandirituba, na região do Passo Amarelo. Já a sesmaria do vigário é menor, correspondendo ao atual local de divisa entre Araucária (Tindiquera), Curitiba e Fazenda Rio Grande.

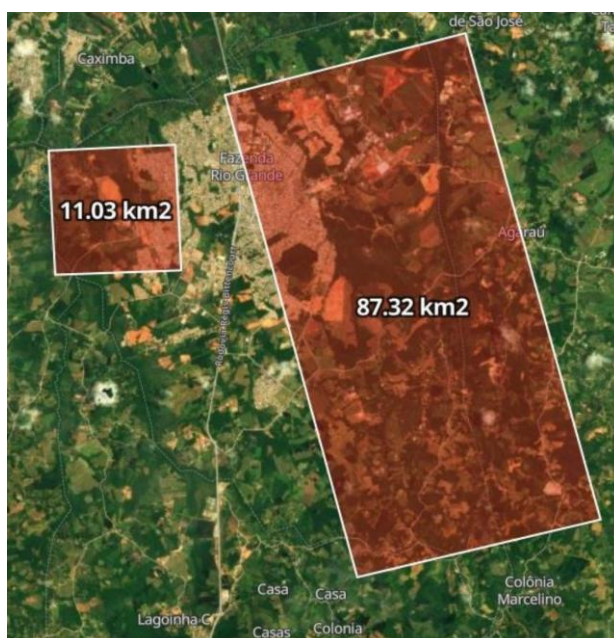
¹⁴ Ata de registro disponível na Secretaria paroquial da Catedral de São José dos Pinhais.

Figura 3 - Recorte do mapa de sesmarias.



Fonte: Ritter, 1980.

Mapa 3 - Localização geográfica das sesmarias no mapa atual do município.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)¹⁵

¹⁵ Mapa desenvolvido pelo sistema Qgis.

No entanto, a Fazenda do Capocu retornou à Capela "Bom Jesus dos Perdões", sendo administrada pelo pároco Gregório Mendes Barbuda de 1714 a 1727; por Manuel ou Antonio do Vale Porto, de 1727 a 1728; e pelo Padre Antônio Cardoso de Souza Coutinho e Antonio Andrade, de 1728 a 1737. Posteriormente, foi administrada pelo Padre Antônio Cardoso de Sousa Coutinho e Bernardo Martins, de 1756 a 1757. A propriedade permaneceu filiada à capela até 1757, quando foi transferida para a Igreja de São José dos Pinhais, sendo administrada pelo Padre José Rodrigues França, de 1757 a 1799, e pelo Vigário Teodoro José de Freitas Costa, de 1799 a 1808. Como consta no *Diccionario Histórico e Geographico do Paraná*:

Capucu. Uma das mais antigas fazendas pastoris do Paraná. Pertenceu ao Padre João da Veiga Coutinho, mais tarde Cônego da Sé do Rio de Janeiro, que a vinculou á capella do Snr. Bom Jesus do Perdão dos Pinhaes, a 7 de janeiro de 1696, instituindo o mais antigo vínculo que existiu no planalto paranaense. [...] A fazenda depois de extinctas as instituições de mão morta, foi incorporada ao domínio da coroa e vendida, mais tarde, o coronel Manoel Mendes Leitão (Leão, 1994, p. 328-330).

Até o ano de 1810, as terras integraram o patrimônio da Junta da Real Fazenda, órgão responsável pela administração dos bens das capitanias. A partir desse ano, as relações do território mudaram de cenário.

1.2 Entre famílias: Sá e Mendes

Manuel Mendes de Leitão era um português da região de Pombal, no bispado de Coimbra. Chegou ao Brasil por volta de 1800 e, segundo Leão (1994), obteve o título de alferes de forma rápida, em torno de 1805. Cabe aqui um breve histórico familiar de sua esposa, pois é uma das peças centrais da trama que envolve o futuro da Fazenda Capocu. Doutor Lourenço Ribeiro de Andrade, avô paterno de Ana Maria, foi o primeiro curitibano a se formar em direito em Coimbra, como consta na pesquisa de Stanczyk:

O Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade, provavelmente o primeiro desta região a estudar em Portugal, mais especificamente na cidade de Coimbra, recebeu o título de licenciado por volta de 1747. Volta, ao que demonstra a documentação, em 1750, quando exerce a função de juiz ordinário na Câmara de Curitiba. Em 1754 exerce novamente esse cargo. Em outros períodos aparece circulando pela Câmara, nos anos de 1756, 1780. Mas sobressai-se esta figura, principalmente, por se tornar o Capitão-mor da vila em 1765, cargo

máximo a que se poderia chegar, e nesta condição permaneceu até seu falecimento em 1799 (Stanczyk Filho, 2005, p. 115).

Já o pai de Ana Maria, João Antonio da Costa, ocupou os cargos de almotacé, guarda-mor, vereador, juiz e presidente da Câmara de Curitiba, conforme registrado nas Atas da Câmara Municipal de Curitiba¹⁶. Percebe-se que Leitão fez uma escolha estratégica ao se relacionar com uma família da elite, assim como ao escolher as terras que pertenciam ao padre para construir seu legado familiar. Conforme a pesquisa realizada por Borges (2009), pode-se perceber que as escolhas do alferes foram bem planejadas:

A opção por essa região pode ser interpretada do ponto de vista estratégico. Nos processos migratórios, regiões de fronteiras agrárias atraíam pessoas com muitos recursos, com o objetivo de se estabelecer em áreas mercantilizadas. Já em regiões onde também ocorria um processo de abertura, mas sem contar com possibilidades de vinculação à produção para o mercado externo, eram atraídos, sobretudo, camponeses pobres em busca de terras. Entretanto, de modo hipotético, pode-se apontar que os membros da elite buscavam estas terras tentando ampliar suas redes de poder e dominação. O estabelecimento em terras situadas em contextos de expansão e onde as formas de dominação estivessem ainda frágeis, possibilitava à membros da elite adentrar em redes de poder abertas ao forasteiro (Borges, 2009, p. 32).

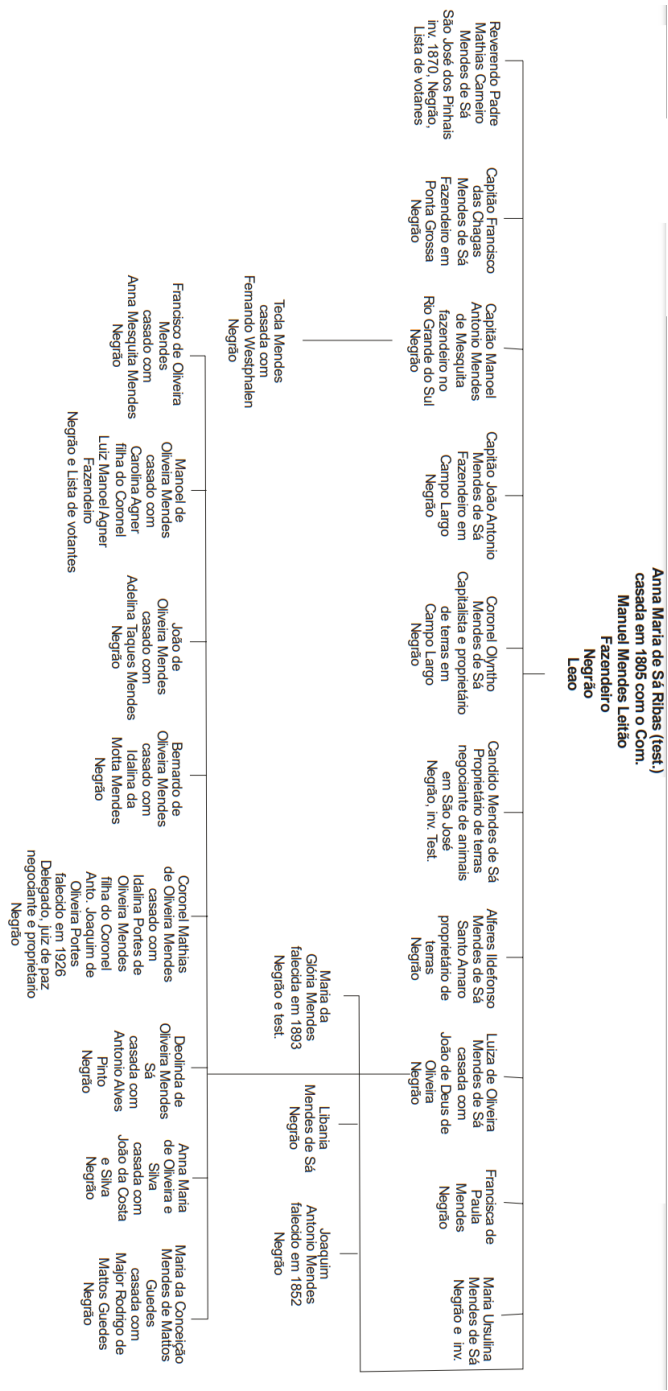
As relações familiares que Leitão adquiriu após o casamento o auxiliaram a desenvolver seu poder político. Além de ocupar cargos de confiança em Curitiba, ele também estabeleceu laços de grande contribuição econômica em São José dos Pinhais, onde ocupou posteriormente o cargo de subprefeito e, após a emancipação da capital, o cargo de vereador. Em seu matrimônio com Ana Maria de Sá Ribas, tiveram 13 filhos, dos quais dois faleceram e um se tornou padre. O poder de Leitão foi perpetuado pelos filhos, que adquiriram grandes propriedades em regiões estratégicas do Estado, fortalecendo o desenvolvimento econômico da família por meio do tropeirismo, atividade que os enriqueceu.

O quadro abaixo apresenta a árvore genealógica dos descendentes de Manuel Mendes de Leitão e Ana Maria de Sá Ribas, conforme registrado nas Atas de São José dos Pinhais (1847). Nele, é possível observar a distribuição dos herdeiros e suas respectivas relações familiares, detalhando os casamentos e as conexões que cada ramo estabeleceu ao longo das gerações. A árvore evidencia não apenas o legado de Leitão, mas também a continuidade de seu poder e influência por meio de seus filhos

¹⁶ Atas da câmara municipal de Curitiba. 1832.

e netos, que ampliaram as redes sociais e políticas, fortalecendo o desenvolvimento da família no Paraná.

Figura 4 - Árvore genealógica da família Mendes/Ribas.



Fonte: BORGES. Luiz. Particularidades familiares. A trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX.

Segundo Negrão (1927), Manuel Mendes de Leitão possuía dezenas de fazendas e terras até a sua morte, em 1857:

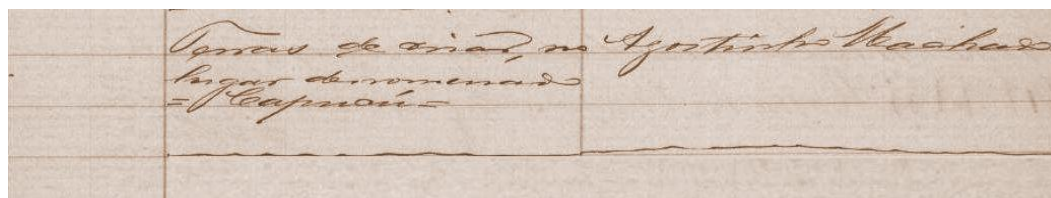
Casas em Curitiba, na rua do Fogo, terras em Rio Verde (Campo Largo [...]), Barra, casas em S. José dos Pinhais; fazendas de criação em Águas Belas, com casas, gado e benfeitorias; Fazendas: do Capocú e Santo Amaro, em Castro; Alegre e Campestre em Ponta Grossa com mais de 2000 cabeças de gado vaccum, cavallar e lanígero e 31 escravos.

Para dar continuidade ao seu legado, Leitão beneficiava cada um de seus filhos com propriedades localizadas em pontos estratégicos comerciais no Paraná, facilitando ainda mais a continuidade das relações econômicas que ele construiu. Após o falecimento de Manuel Mendes de Leitão, a Fazenda Capocu foi passada para sua esposa, que administrou a propriedade até 1862, quando veio a falecer. No Resumo dos Registros de Terras Possuídos no Município de São José dos Pinhais (1855), as terras da propriedade aparecem em posse de Dona Maria Mendes de Sá (figura 5).

Figura 6 - Resumo dos registros de terras possuídos no município de São José dos Pinhais, 1855 parte 1.



Figura 5 - Resumo dos registros de terras possuídos no município de São José dos Pinhais, 1855 parte 2.



Fonte: Arquivo Público do Paraná¹⁷

Assim, João Antônio Mendes de Sá, filho do casal, iniciou um longo processo intitulado "Auto de Petição para Inventário" sob o número 73, em 1872. Nele, os bens

¹⁷ Código de referência: BR PRAPPR PB001 RTP109.07 Título: Resumo dos registros de terras possuídas no município de São José dos Pinhais, feitos durante o ano de 1855.

pertencentes à família foram divididos entre os irmãos. Alguns, como Maria Ursulina Mendes de Sá, falecida em 1881, não tiveram filhos e acabaram doando seus bens aos sobrinhos e netos dos irmãos, sendo um deles Manoel de Oliveira Mendes.

É necessário tratar de um ponto sensível da história da fazenda. A família Mendes de Sá era considerada uma das mais ricas do Paraná e, diversas vezes, enfrentou entraves com a justiça devido aos castigos exagerados impostos aos escravizados. Conforme consta no documento "Autuamento de uma Parte Oficial do Inspetor de Quarteirão desta Vila", Clara – uma mulher solteira de 39 anos, subjugada desde o nascimento pela instituição da escravidão – empreendeu uma tentativa de visitar sua filha menor, Agostinha, que estava sob a tutela da família Mendes de Sá em uma de suas propriedades rurais. No entanto, os proprietários recusaram o acesso de Clara e impuseram-lhe uma vigilância rigorosa. Ao tentar fugir do castigo físico ordenado por Manoel e executado por outro escravizado, de nome João Soares, Clara buscou refúgio na casa do delegado de polícia Norberto Alves de Brito. Porém, além dos castigos descritos no Auto de Petição, consta também que um dos escravizados, chamado Lúcio, requereu a compra de sua liberdade pelo valor de 700 mil réis.¹⁸

Francisco Claudino Ferreira Filho adquiriu as terras do espólio em 1879, enquanto ainda acontecia o processo de inventário. Segundo relatos de alguns moradores e conforme consta no livro *Fazenda Rio Grande 300 Anos*, de Adelar José Barbosa, com a compra das terras, a família de Francisco alforriou os escravizados da fazenda, colocando um ponto final no passado dos Mendes. No entanto, essa nova fase não estaria ainda livre de desavenças com os ex-proprietários.

Iniciou-se, então, um período difícil na história da fazenda, que percorreu um longo caminho e estampou as páginas dos jornais paranaenses. Uma das sobrinhas com direito à herança, Carolina Agner Mendes, tentou em várias ocasiões reivindicar seus direitos de propriedade sobre a antiga fazenda e seus bens. Esse caso será analisado a seguir.

Francisco Claudino Ferreira casou-se em 1879 com Francisca Elidia dos Santos. Oriundos de uma família de 15 filhos, eles adquiriram algumas terras do espólio de Dona Maria. Após sua chegada, seus irmãos Gertrudes Ferreira, casada com José Custódio Santos; Ana Clara da Luz, casada com Francisco Ferreira da Cruz;

¹⁸ Jornal "O Repórter". Ano II, Edição 48. 19 a 25 de abril de 2011 e Jornal "O Repórter". Ano IV, Edição 129. 25 a 31 de janeiro de 2013.

e Thobias Claudino Ferreira, casado com Ana Maria da Conceição Calixto, também compraram terras da antiga fazenda, estabelecendo um pequeno núcleo familiar na região.

A principal atividade que garantia a sobrevivência da família era a agricultura, com o cultivo de milho, feijão, mandioca, fumo, videiras e ervais, além da criação de bovinos, suínos e ovelhas. Como as terras da região eram propícias para a agricultura, frequentemente produziam mais do que o necessário, e, com isso, realizavam festas com a comunidade vizinha, construindo laços que se estenderam por muitos anos — tema que será analisado de forma mais aprofundada no segundo capítulo.

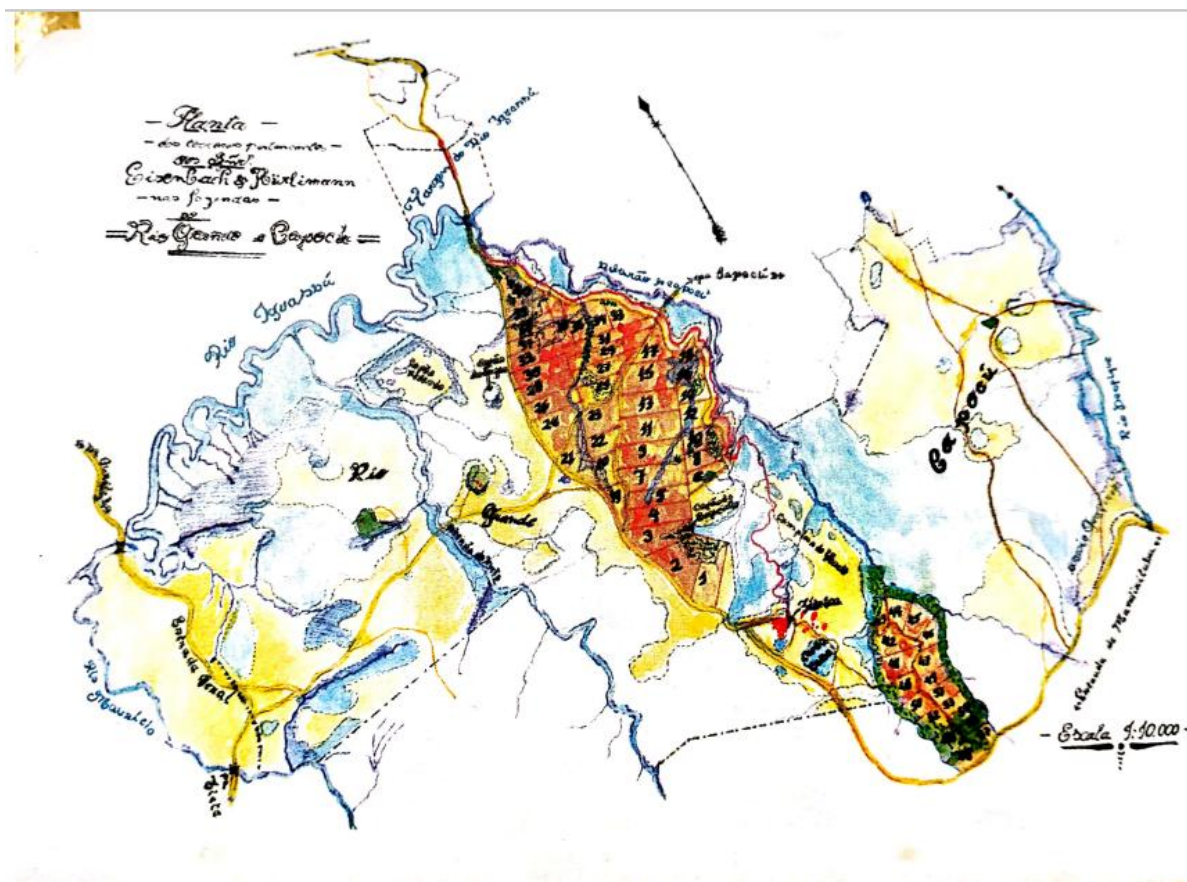
1.3 E chegam os "pioneiros"?

Consta no auto de petição, que as terras do espólio foram divididas em 3 partes, gerando a Fazenda Capocu (domínio ainda pertencente à família Mendes), a Fazenda Iguaçu/do Cruz (adquirida pela família Ferreira) e Rio Grande, que já era uma fazenda a parte, mas foi incorporada por pertencer a parentes próximos da família Sá. Com isso, a divisão das Fazendas ficou distribuída conforme demonstrado no mapa de 1898, realizado pelos empresários Eisenbach & Hurlimann.¹⁹

A análise dos mapas apresentados oferece uma perspectiva valiosa sobre a evolução histórica e urbana de Fazenda Rio Grande. O mapa 4, de caráter histórico e monocromático, reflete um período provavelmente colonial ou do século XIX, com foco na demarcação de terras e na organização territorial. Esse documento sugere uma fase em que a região era predominantemente rural, com ênfase na exploração agrícola e na delimitação de estradas e rios, elementos essenciais para a ocupação inicial da área. A ausência de cores e a tipografia antiga reforçam a função administrativa e utilitária do mapa, característica de um período em que a região ainda estava em processo de estruturação. Percebe-se que a posição do Rio Iguaçu está localizada abaixo (sudoeste), enquanto na cartografia moderna ele é geralmente apresentado acima (norte), em direção a Curitiba.

¹⁹ Eisenbach & Hurlimann eram dois comerciantes responsáveis pela fábrica de fósforos que estava localizada numa parte das terras da Fazenda Capocu. Devido a queda da ponte que ficava localizada na divisa de Fazenda Rio Grande e Curitiba (Umbará), a fábrica foi transferida para Curitiba e mais tarde foi vendida à Fiat Lux. Nota da autora.

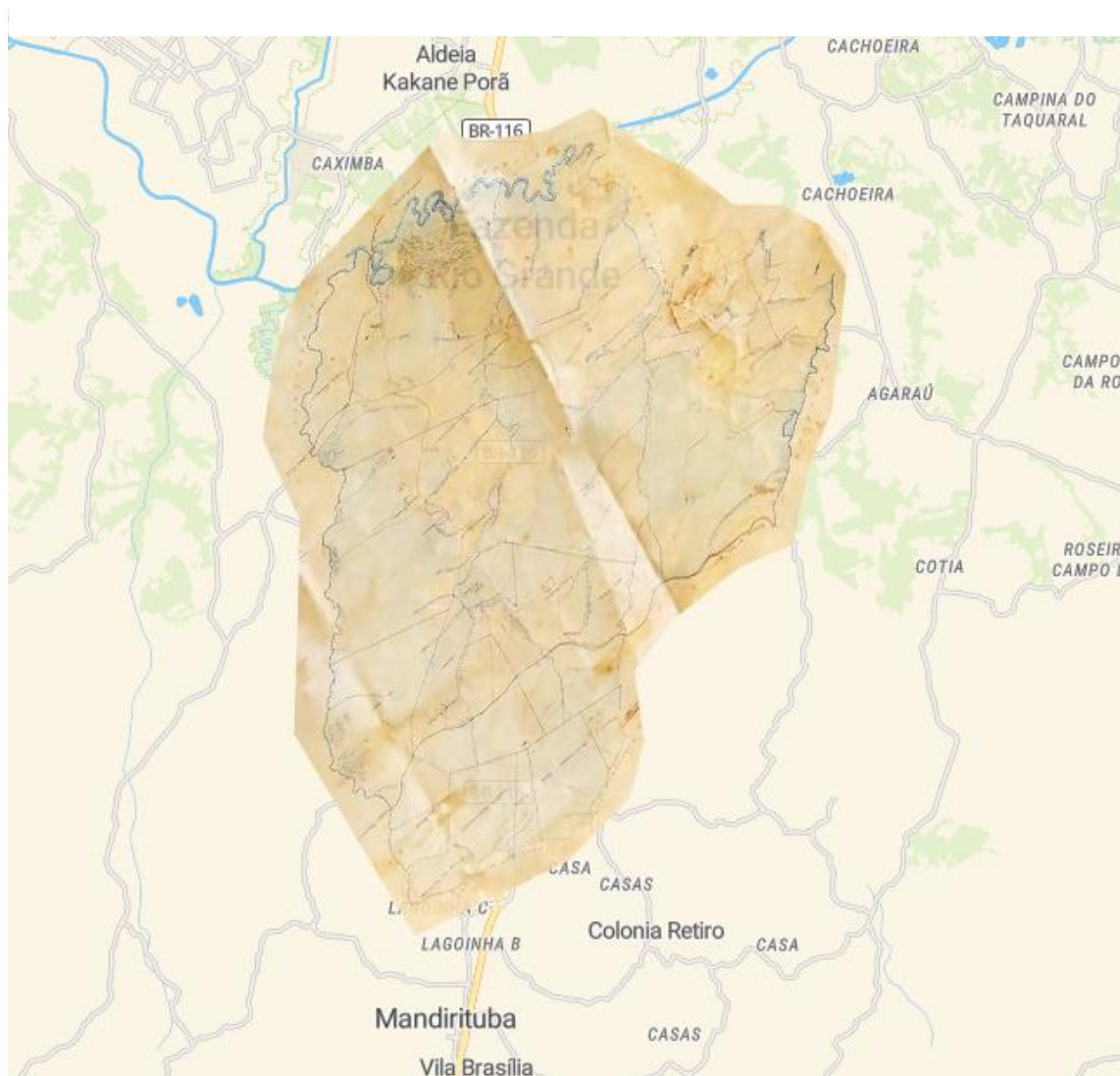
Mapa 5 - Mapa de 1898 com delimitação de lotes ocupados.



Fonte: Adelar Barbosa, 2000.

Já o mapa 6 é uma sobreposição dos mapas 4 e 5, com base nas delimitações geográficas atuais permite uma leitura comparativa das transformações espaciais ao longo do tempo. Essa técnica evidencia a permanência de elementos históricos, como estradas e rios, ao mesmo tempo em que destaca o desaparecimento de outros, substituídos por novas construções e infraestruturas. No contexto de Fazenda Rio Grande, essa sobreposição ilustra a expansão urbana acelerada, marcada pela ocupação de áreas antes rurais e pela integração da cidade à região metropolitana de Curitiba. A transparência do mapa antigo sobre o atual reforça a ideia de memória espacial, mostrando como o passado rural da região convive com o presente urbano e industrializado.

Mapa 6 - Sobreposição dos mapas.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Em conjunto, esses mapas fornecem uma narrativa visual da evolução de Fazenda Rio Grande, desde sua origem como área rural até sua consolidação como município integrado à dinâmica metropolitana. Eles destacam as continuidades e rupturas na ocupação do território, evidenciando a transformação de uma paisagem marcada pela agricultura e pela exploração de recursos naturais para uma realidade urbana e industrial. Essa análise cartográfica é fundamental para compreender a identidade local e a memória coletiva da comunidade, ressaltando a importância de preservar elementos históricos, como o Casarão, que simbolizam a transição entre o passado e o presente.

Em 1890, houve uma mudança na lei referente à demarcação de terras. O Decreto nº 720, de 5 de setembro, buscava regularizar a posse de terras e promover

o desenvolvimento agrícola no Brasil, porém resultou em diversos conflitos devido à má interpretação.

Em suma, a nova determinação autorizava os proprietários de terras a peticionarem ao Poder Público, requerendo a análise de seus títulos e estabelecendo a legalidade da posse mediante o Registro de Imóveis. Essa lei vigorou até o ano de 1923, quando foi alterada pelo Decreto nº 4.755, de 28 de novembro do mesmo ano.

Ao comprar as terras do espólio, Francisco Claudino obteve apenas o comprovante da aquisição, mas não o registro oficial. Uma das sobrinhas da Família Mendes, Carolina Agner Mendes, tentou em várias ocasiões reivindicar seus direitos de propriedade sobre a antiga fazenda e seus bens e viu na mudança legislativa uma oportunidade de entrar com o pedido de revisão dos limites das terras, aproveitando-se de seu poder financeiro e influência familiar.

Carolina não era apenas uma herdeira indireta da família, mas também uma pessoa com uma imagem forte na elite paranaense. Podemos perceber que, ao consolidar seu matrimônio com o neto do Comendador, ela adquiriu ainda mais poder financeiro. Proveniente de uma família nobre, era filha do Coronel Luiz Manoel Agner, um alemão naturalizado em Curitiba, que foi vereador, militar (participante da Guerra do Paraguai e da Revolução Federalista) e fazendeiro. Contudo, ela não esperava toda a repercussão que marcaria 40 anos nas principais páginas da imprensa paranaense.

Um dos episódios que marca o início desse processo ocorreu durante a Revolução Federalista, que aconteceu entre 1893 e 1895. A revolução envolveu os federalistas do Rio Grande do Sul, que não aceitavam Floriano Peixoto como presidente, e os republicanos, fiéis ao governo. A Fazenda Capocu estava localizada em um caminho terciário utilizado pelas tropas, que servia para diminuir o tempo de percurso entre as cidades e fugir das cobranças dos postos oficiais, além de abastecer as fazendas da região. As tropas dos maragatos utilizaram essa rota comercial para realizar saques, e, nesse contexto, Dona Carolina retirou alguns animais que não eram de sua propriedade e não os devolveu aos donos, gerando prejuízos financeiros.

Em 1838, Manoel Pinto, Mariano Pinto e António Pinto, juntamente com suas esposas, dificultaram a posse de uma propriedade do Comendador Manoel Mendes Leitão. O Comendador moveu uma ação contra os perturbadores, os quais desistiram das reclamações e foram indenizados pelas benfeitorias realizadas nos terrenos ocupados. Em 1846, a viúva de um dos moradores recebeu a indenização e se retirou

dos terrenos questionados. Após a morte do Comendador, seus descendentes dividiram a fazenda em duas partes, em 1872, sendo uma delas denominada "litigiosa" devido às hostilidades contínuas. No entanto, em 1895, Dona Carolina Agner Mendes, uma das suplicantes, obteve um mandado de manutenção de posse contra Joaquim Antonio Ferreira Pinto, um dos descendentes da família Pinto. Já em 1897, Joaquim Ferreira dos Santos e outros, incluindo um descendente de Joaquim Ferreira Pinto, tentaram legitimar uma parte da propriedade dos suplicantes, denominada "Despique". No entanto, a medida foi anulada pelo Presidente do Estado em 1904, que reconheceu que os direitos reivindicados pelos requerentes não tinham base legal.

Conforme consta no edital de 16 de outubro de 1916, Carolina foi a responsável pelo processo de demarcação das terras que pertenciam à Fazenda Capocu e que foram "vendidas" durante o espólio de Dona Ana Maria de Sá Ribas.²⁰

Faço saber aos que o present edital com o praso de trinta dia. (30) virem ou delle conheciment tiverem que por parte de dona Carolina Agner Mendes-, Vespasiano Mendès, e outros, todos residente neste Estado; requerentes, foi apresentada a este meu Juizo uma petição d cujo theor consta o seguinte: — Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal da Secção Federa do Paraná. — Dizem dona Carolina Agner Mendes, Vespasiano Mendes; João de Oliveira Mendes, sua mulher dona Adelina Mendes, dona Castorina Leal Borges, João Manoel de Sá Ribas e sua mulher dona Targina Mendes Ribas, João Gonçalves Cordeiro, e sua mulher dona Lúcia Mendes Cordeiro, todos residentes neste Estado; co-proprietários da Fazenda Capocú, sita nest Estado; e na Comarca de São José dos Pinhães, fazenda que se limit de uma parte pelo rio Iguassú, no outra com os rios Cutia o Guarú por outra com o ribeirão do Timbutuva até às suas cabeceiras, dahi a rumo sul até às capoeira que foram do Agostinho Machado que achando-se a dita fazenda pro indiviso querem reavivar-lho os marcos, medil-a e dividil-a entre o seus condomínios. Passam por isto os supplicantes na forma do Dec. número 720 a narrar as causas da communhão, como se segue : Os supplicantes são descendentes do Commendador Manoel Mendes Leitão que arrematou em mil oitocentos e dez a dita Fazenda Capocu então pertencente a Corôa Portuguesa, como se vê do doc. numero 1, — Morto o Commendador Manoel Mendes Leitão, a referida Fazenda da Capocu ficou fazendo parte da meinção de sua mulher dona Anna Maria de Sá Ribas (oc. numero 2 e 3) a dita Fazenda foi dividida pelos herdeiros legítimos filhos da dita dona Anna Maria de Sá Ribas; Francisco das Chagas, Padre Mathias Carneiro Mendes Mesquita, José Olintho Mendes de Sá, Candido Mendes de Sá, Ildeonso Mendes de Sá, Maria da Gloria Mendes de Sá e Libania Mendes de Sá (doc. numero 3). (...)Dona Ursulina Mendes de Sá morreu solteira e em testamento deixou a parte litigiosa da fazenda Capocu a Lúcia e Vespasiano, filhos de Manoel de Oliveira Mendes, (doe. numero 5) na importância de (1:904\$039), um conto novecentos o quatro mil e trinta e nove reis. —Manoel de Oliveira Mendes casou-se. com dona Carolina Agner Mendes, e, por sua morte, ficou na meiação da dita viuva dona Carolina Agner Mendes num só a Fazenda dos Tres Capoes, parte da Fazenda Capocu, como ainda na Fazenda do Agaraú (...) ²¹

²⁰ Disponível em Fundação Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

²¹ Edital completo disponível em Fundação Biblioteca Nacional.

Percebe-se que Carolina utilizou seu poder advindo da herança familiar e de seu matrimônio, para aumentar seu patrimônio, recorrendo à nova legislação para reivindicar terras já ocupadas, mas que não estavam regularizadas judicialmente, devido às disputas intermitentes promovidas pela elite política local. Esse caso específico envolve parte das terras denominadas "Despique", que pertenciam à antiga Fazenda Capocu.

Esses processos levaram anos para serem julgados, ora por dificuldades na medição adequada das terras, ora pela demora nos julgamentos dos agravos. Entretanto, as manchetes jornalísticas sobre o caso foram constantes, sempre favorecendo as famílias que adquiriram as terras, muitas vezes de forma tendenciosa ou exagerando a violência dos eventos. O processo foi arquivado em 1963, com a morte de Carolina Agner Mendes, deixando as demarcações pendentes de conclusão.

Não foi apenas a família Mendes que gerou problemas na região; os agricultores também enfrentaram dificuldades, especialmente devido às condições precárias das estradas. A situação agravou-se com a queda da ponte de zinco que ligava o distrito à capital, utilizando a rota comercial Portão – Umbará – Capocu. Com os produtos estragando e a perda da renda familiar, diversos protestos foram realizados, e somente após 1963 a ponte foi revitalizada.

A década de 1960 marcou importantes eventos históricos na região. Em 25 de julho de 1960, ocorreu o desmembramento das terras do município de São José dos Pinhais e a formação do município de Mandirituba, levando que Fazenda Rio Grande se tornasse o distrito do município recém-criado.

Com a distância do povoamento em relação à administração, surgiu um movimento de moradores para a emancipação distrital, que se concretizou em 17 de novembro de 1981, por meio da Lei nº 7.521, publicada no Órgão Oficial do Estado nº 1.171 e assinada pelo então Governador Ney Braga, que oficializou a elevação de Fazenda Rio Grande à condição de Distrito Administrativo. Essa medida representou um marco significativo no processo de organização político-administrativa da região, reconhecendo o crescimento populacional e a consolidação dos núcleos urbanos originados das antigas fazendas Capocu e Rio Grande.

A emancipação ocorreu em um contexto socioeconômico específico, relacionado ao crescimento da capital no final da década de 1970; com o início do

êxodo rural, as terras atrativas da região foram ocupadas por imigrantes e por pessoas do norte, pioneiros do estado.

A ideia de município começou a se tornar realidade através do projeto de lei nº 229/89, de autoria do deputado estadual Aníbal Khury, discutido durante a sessão do dia 19 de setembro de 1989.

Figura 7 - Publicação da lei em diário oficial.

Pág. 22 Curitiba, terça, em 19.09.89

PROJETO DE LEI N° 229/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Fazenda Rio Grande, com território desmembrado do Município de Mandirituba, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

"Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Despique, sobe este até a foz do Rio Abaixo, pelo qual sobe até sua nascente de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Liminha, seguindo por este abaixo, até sua foz no Rio Maurício, pelo qual desce até sua foz no Rio Iguaçu, e por este acima até encontrar a foz do Rio Despique, ponto de partida, numa área de 150 Km²".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) ANÍBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da medida aqui proposta é bem-vinda, já que tornou-se evidente o desenvolvimento econômico e sócio-cultural daquela localidade, o que justifica plenamente a adoção de nossa medida.

O Distrito Administrativo em questão foi criado pela Lei n. 7.521, de 16 de novembro de 1981, publicada no D.O. n. 1171, de 17 de novembro de 1981, é plenamente auto suficiente.

Fonte: Diário Oficial do Paraná, 1989.

Aníbal Khury desempenhou politicamente um papel importante na definição da geografia política do Paraná. Ele é conhecido pela criação de inúmeros municípios no Estado, sendo sua influência na política um dos fatores que permitiu que desempenhasse um papel significativo na definição das fronteiras e na organização dos municípios paranaenses. Com a criação de novos municípios, a administração tornou-se mais localizada, permitindo que as autoridades locais identificassem e atendessem melhor às necessidades específicas de suas comunidades,

possibilitando uma distribuição mais equitativa dos recursos estaduais. Cada município passou a receber uma parte do orçamento do estado, que pode ser utilizada para infraestrutura, educação, saúde e outros serviços públicos, proporcionando autonomia para atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico. Isso resultou na criação de empregos e no aumento da renda local, além de uma melhor caracterização e identificação cultural por meio dos laços comunitários, como discutido nesta pesquisa.

Levando em consideração as discussões que ocorreram nas dependências da Churrascaria 22, na presença de três mil moradores transportados pelos políticos locais, em 26 de janeiro de 1990 foi sancionada a Lei Estadual nº 9.213 pelo Governador Álvaro Dias, que determinava a emancipação política do município.

Apesar de ser um ato democrático, os moradores mais antigos das terras de Capocu não foram favoráveis à emancipação. Para o Seu Alcídio, descendente da família Claudino, a emancipação deveria ter ocorrido de outra forma:

Quando ela passou a ser município, foi... Teve uma eleição, lembra disso, né? Eu votei contra... Não de ela ser município aqui, né? Porque eu pensei em aqui ser sede do município de Mandirituba, e Mandirituba ficar como subsede, né? Então, pensei nisso, né? Mas eu vi como é... Eleição não tem unanimidade, né? E é uma coisa assim. Então, eu, errando ou acertando, votei contra, né?²²

Responsável por cuidar do Casarão, juntamente com sua irmã Maria de Jesus Ferreira dos Santos, Seu Alcídio reforçava em todas as entrevistas concedidas aos meios de comunicação da cidade seu desejo e orgulho de preservar o local. Após seu falecimento, a casa foi ocupada pela nova geração da família, que, a cada dia, reforça o retorno às origens de sua história.

Atualmente, cerca de cinco casas foram construídas pela família em torno do Casarão, cada uma ocupada por sobrinhos, netos e primos que viram a oportunidade de permanecer no mesmo território familiar. É essencial, neste momento, aprofundar a compreensão das relações afetivas e simbólicas que a comunidade – tanto familiar quanto local – construiu com o Casarão da Fazenda Capocu e seu entorno.

Este capítulo buscou evidenciar a importância do conhecimento histórico para a construção de um sentimento de pertencimento à terra. A trajetória da família Ferreira, desde a aquisição das terras até a formação do povoado, revela como a transmissão de memórias e a construção de narrativas sobre o passado moldam a

²² Entrevista gravada ao programa Nossa Cidade.

identidade local e fortalecem os laços afetivos com o lugar. Partindo dos conceitos de memória afetiva e de lugar, o próximo capítulo explora como essas relações moldaram a identidade cultural da comunidade e fortaleceram os laços sociais ao longo do tempo.

2. DO AFETO À MEMÓRIA: AS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS NA FAZENDA

O presente capítulo se dedica a investigar a complexa relação entre o Casarão da Fazenda Capocu e a comunidade local, desvelando os laços afetivos e simbólicos que se sustentam em torno desse lugar. Mais do que um mero edifício, o Casarão emerge como um núcleo de memória, onde vivências e tradições se entrelaçam, forjando um sentimento de pertencimento e identidade coletiva que transcende gerações. A partir de uma abordagem que articula história oral, memória social e estudos do patrimônio cultural, busca-se compreender como esses laços foram construídos, transformados e ressignificados ao longo do tempo, diante das dinâmicas de mudança social e urbana.

Fotografia 2 - Registro da Fazenda Capocu pelo grupo de pesquisadores do IPARDES.



Fonte: Acervo IPARDES/COMEC, 1977.

Fotografia 3 - Registro do Casarão em 2024.



Fonte: Acervo da autora (2024)

Erguido em 1906, o Casarão não se limita a ser um marco arquitetônico; ele se configura como um verdadeiro repositório de memórias e histórias. Sua presença imponente na paisagem de Fazenda Rio Grande simboliza um elo entre o passado e o presente, funcionando como um espaço onde as emoções e as lembranças da comunidade se cristalizam. As narrativas dos moradores mais antigos – como Alcídio Ferreira Claudino e Maria de Jesus Ferreira dos Santos – revelam um profundo apego ao local, que transcende o simples valor histórico. Para eles, o Casarão representa um símbolo de resistência e um testemunho vivo de um tempo em que a vida na fazenda seguia ritmos e relações sociais distintas das atuais.

Neste contexto, a memória afetiva assume um papel fundamental na compreensão dos vínculos entre a comunidade e o Casarão. As narrativas orais e os relatos familiares revelam os modos pelos quais o lugar se tornou um espaço mnemônico, onde o passado é evocado e reatualizado, promovendo conexões entre

os membros da comunidade e sugerindo uma identidade coletiva que parece se organizar em torno desse espaço.

Ao explorar a relação entre a comunidade e o Casarão da Fazenda Capocu, aprofundamos o estudo da topofilia. A partir das narrativas e práticas cotidianas dos moradores, evidenciamos como o lugar transcende sua materialidade, tornando-se um repositório de memórias e um símbolo de identidade. Ao investigar esse conceito, contribuímos para a compreensão da importância da preservação do patrimônio cultural e dos vínculos afetivos que as pessoas estabelecem com os lugares.

Conforme Tuan (2012), o lugar transcende sua materialidade, constituindo-se em um campo de experiências e memórias, onde se tecem as tramas da identidade individual e coletiva. Nesse sentido, a memória afetiva e a topofilia estabelecem uma relação dialética, na qual os indivíduos atribuem significados afetivos aos lugares, ao mesmo tempo em que são moldados por essas experiências.

O significado dos locais de gerações surge no vínculo duradouro que famílias ou grupos mantêm com um local determinado. Assim surge uma relação estreita entre as pessoas e o local geográfico: este determina as formas de vida e as experiências das pessoas, tal como impregnam o local com sua tradição e histórias." (Assmann, 2001, p. 328.)

A noção de "locais de gerações" transcende a mera espacialidade, constituindo-se como um intrincado tecido de memórias, identidades e histórias que se entrelaçam ao longo do tempo. Essa concepção encontra eco na teoria de Yi-Fu Tuan, que postula um vínculo afetivo profundo entre o indivíduo e determinados lugares. A topofilia, ao enfatizar a dimensão emocional da relação entre as pessoas e o espaço, complementa a noção de memória afetiva, estabelecendo uma ponte entre a experiência individual e o patrimônio cultural.

Mais permanentes e mais difíceis de expelir são sentimentos que temos para com um lugar, por ser lar, o *locus* de reminiscência e o meio de se ganhar a vida. A topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo. (Tuan, 2012, p. 136)

No âmbito familiar, a topofilia manifesta-se na recorrência a determinados locais, como casas de campo ou cidades, que se tornam verdadeiros marcadores da identidade familiar. Esses lugares, além de sua função utilitária, adquirem um caráter simbólico, representando tradições, valores e memórias compartilhadas. A repetição de experiências nesses locais fortalece os laços afetivos entre os membros da família,

transformando-os em espaços de recordação que perpetuam a memória cultural e individual, conforme defendido por Assmann (2001).

A Fazenda Capocu, além de ser um repositório de memórias e um locus de identidade, emerge como um símbolo forte de transformação. Ao longo de sua história, o Casarão testemunhou mudanças significativas na sociedade local, desde a época da produção agrícola até os dias atuais. As narrativas dos moradores revelam como o Casarão se tornou um refúgio e um ponto de apoio em momentos importantes, fortalecendo os laços comunitários e alimentando o espírito de resistência.

A relação entre a comunidade e o Casarão não é estática, mas dinâmica e em constante transformação. As novas gerações, embora não tenham vivenciado as mesmas experiências que as mais antigas, estabelecem suas próprias conexões com o lugar, ressignificando as memórias e adaptando-as às novas realidades. Essa capacidade de adaptação e reinvenção demonstra a vitalidade do local e sua importância para a construção de um futuro coletivo.

Ao investigar a história do Casarão, podemos compreender como os lugares moldam as pessoas e, reciprocamente, como as pessoas moldam os lugares. A memória, a identidade e o patrimônio cultural são elementos inseparáveis, que se entrelaçam para construir um tecido social rico e complexo. Assim, a preservação do Casarão não é apenas uma questão de valorizar o passado, mas também de garantir um futuro em que as novas gerações possam construir suas próprias memórias e identidades, fortalecendo os laços com a comunidade e com o lugar.

Segundo Tuan, "a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar" (2012, p. 144), uma ideia que ressoa profundamente quando aplicada à Fazenda Capocu e à sua comunidade. O estudo, ao investigar a história e relacioná-la com os depoimentos dos vizinhos, revela a existência de uma profunda relação afetiva entre os indivíduos e o lugar. No primeiro capítulo, demonstrou-se como o conhecimento sobre o passado – especialmente a história da família Ferreira e a origem do povoado – contribuiu para a construção de um imaginário coletivo que vincula as pessoas à terra. Essa conexão emocional, alimentada pela memória, evidencia a importância do patrimônio histórico como elemento aglutinador da comunidade.

2.1 Velhos tempos, memórias permanentes

A Fazenda Capocu, sob a gestão da família Ferreira, tornou-se um núcleo central para a vida social e econômica da comunidade, estabelecendo laços profundos de interdependência e afeto. A propriedade transcendia sua função produtiva, servindo como espaço de convívio e celebração, onde a comunidade se reunia para diversas atividades – desde práticas religiosas até a educação formal. A família Ferreira atuou como catalisadora desses processos, desempenhando papel crucial na manutenção das tradições locais e na construção de um senso de comunidade. A propriedade era referência para os moradores, tanto em eventos solenes quanto nas atividades cotidianas, fortalecendo os vínculos sociais e econômicos entre a família proprietária e a comunidade. As transformações socioespaciais decorrentes da industrialização e urbanização da região impactaram significativamente a dinâmica da fazenda; contudo, o Casarão, enquanto patrimônio material e imaterial, persiste como símbolo da memória coletiva, preservando as histórias e vivências que moldaram a identidade local. Por meio de sua atuação histórica, a família Ferreira contribuiu de forma decisiva para a construção de uma comunidade coesa e resiliente, organizando festividades locais e promovendo iniciativas de educação e apoio mútuo.

Antonia, que se mudou para a localidade ainda criança, valoriza o Casarão como marco histórico e descreve o Sr. Alcídio como uma figura culta e receptiva. Maria da Luz compartilha lembranças nostálgicas do lugar e das famílias que ali viveram, expressando tristeza ao ver o local atualmente. Natália, que também estudou na escolinha rural, reforça a importância da preservação, lembrando-se de sua função educacional no passado. Rosiane e Silmara, irmãs que cresceram na região, mencionam a conexão da Fazenda Capocu com tradições religiosas e familiares, além de sugerirem a criação de um museu para preservar a história local. Por fim, Luceli, residente há décadas na área, enfatiza a necessidade de tombamento do monumento como patrimônio histórico, destacando suas memórias afetivas e a transformação da região ao longo do tempo. Esses depoimentos evidenciam a importância do conjunto como símbolo identitário e histórico, reforçando a necessidade de sua preservação para as futuras gerações.

As paredes do Casarão guardam histórias de vida, amores, perdas e conquistas, transmitidas de geração em geração. Essa memória viva, presente nos

depoimentos dos vizinhos, demonstra a importância do patrimônio histórico como elemento aglutinador da comunidade, contribuindo para a construção de um sentido de pertencimento, o que também fortalece os laços comunitários.

ANTONIA: Assim... aí eu ia lá para comprar ovos, e eu ia lá para comprar leite. E nós fomos, nós íamos lá quando tinha novena de Natal, porque as novenas de Natal eram assim... não eram nas casas específicas, era... era um sorteio. Então, algumas vezes acontecia de ser lá. E então a gente foi lá, a gente ia nesses dias, a gente ia lá. Também, outra memória que eu tenho era de quando ele fez 90... o seu Alcídio fez 92 anos. Acho que era 90... 90... 92. Quando ele fez esse aniversário, ele quis convidar todos os vizinhos aqui para participar lá. Então, nós fomos convidadas, sabe? Poucas pessoas foram convidadas assim do bairro. Então, nossa... assim... éramos quase os únicos a sermos convidados. Ele... ele tinha um grande afeto pela gente, e talvez porque ele era muito simpático, e a gente também correspondia a essa simpatia. Então, ele convidou a minha família para participarmos ali e comemorarmos junto com ele. Um almoço muito bom que teve...
Aí, no ano, passou mais dois... mais dois anos. Aí, sim, com 92 anos, ele resolveu fazer outra festa, e dessa vez ele fez lá no... no 21, lá no Rodocenter. Aí ele convidou mais de 200 pessoas. Então, tinha muita gente que eu nunca vi na vida. Novamente, ele convidou a gente e, assim, eu senti, assim, bem deslocada, porque a maioria das pessoas que ele convidou não eram meus conhecidos. Só parei, e era um parente dele, por certo, e eram desconhecidos para mim.

A afetividade nos espaços cotidianos, aparentemente banais, é central na narrativa de Antonia, conferindo-lhes significados existenciais. A frequência com que menciona suas idas para comprar ovos e leite demonstra um apego que vai além da funcionalidade, um conceito próximo da topofilia de Yi-Fu Tuan (2012), que descreve a ligação emocional com lugares familiares. Esses espaços, carregados de vivências contínuas, tornam-se "lugares de memória" na perspectiva de Pierre Nora (1993), preservando fragmentos da história pessoal.

As celebrações comunitárias também desempenham um papel crucial na formação da memória afetiva. As novenas de Natal em casas sorteadas, lembradas por Antonia, ilustram como práticas sociais reiteradas valorizam simbolicamente os espaços, fortalecendo laços e inscrevendo locais na memória coletiva como pontos de identidade e pertencimento. Para Nora (1993), tais rituais são "lugares de memória" por reunirem experiências e significados compartilhados, integrando a "memória comunicativa" (Assmann, 2001) transmitida oralmente entre gerações.

A figura do vizinho Alcídio e sua casa catalisam essa memória afetiva. O lar, palco de festas e encontros, simboliza acolhimento e união, revelando uma topofilia enraizada na convivência interpessoal. O afeto mútuo entre Antonia e Alcídio reforça a ideia de que os laços emocionais com o lugar se intensificam pela qualidade das

relações estabelecidas ali, pois, como aponta Tuan (2012), a presença humana confere profundidade afetiva ao espaço, transformando-o em lugar.

No entanto, essa ligação se fragiliza com a mudança do local da festa para o Rodocenter, um ambiente impessoal e desconhecido, causando em Antonia estranhamento e deslocamento. Sua frase “eu senti, assim, bem deslocada, porque a maioria das pessoas que ele convidou não eram meus conhecidos” explicita o rompimento com o espaço familiar anterior. Essa alteração exemplifica a “deslocação dos lugares de memória” de Nora (1993), onde a memória perde sua base espacial e afetiva ao ser transferida para um contexto desprovido dos mesmos significados acumulados. O Rodocenter, portanto, não evoca a mesma carga simbólica, evidenciando a dificuldade de transpor a memória de um lugar impregnado de vivências para outro sem esse enraizamento.

Em suma, as experiências de Antonia evidenciam a profunda conexão entre a construção da memória e da identidade coletiva e a vivência dos lugares. A toponímia surge como um elemento fundamental nessa relação, pois é através do afeto que o espaço se transforma em lugar. Os lugares de memória, assim, transcendem a sua dimensão física, constituindo-se como repositórios de significados, emoções e histórias, cuja preservação depende da continuidade das práticas e dos laços afetivos que os sustentam.

A religiosidade era um elemento central nas relações entre a família Ferreira e a comunidade. As novenas de Natal, em especial, constituíam um momento de grande importância, reunindo os moradores em torno de práticas religiosas e fortalecendo os laços comunitários. A celebração dessas festas, muitas vezes realizada de forma itinerante entre as casas dos moradores, demonstrava a intensa participação da comunidade nas atividades promovidas pela família Ferreira, fortalecendo ainda mais os vínculos entre todos.

MARIA: Nossa, gente boa demais, ela e o marido dela, o Raul. Eu era muito católica naquele tempo, né? Que agora não sou católica mais... É... É bater os sinos e ficar esperando eu lá de fora, tocando até eu chegar na igreja... E eles começavam a missa. Quando eu não chegava, não começava. [...] Eu ia morar do outro lado, em frente à igreja, né? Eu tô vendo ninguém saindo lá, ele ficar esperando, ele vai estar sentado, tá esperando eu chegar, mas tá te esperando...

A narrativa de Maria revela a profunda ligação emocional estabelecida com o ambiente da igreja e seus frequentadores. A lembrança da participação nas missas,

marcada pelo toque dos sinos e a expectativa pelo início da celebração até sua chegada, demonstra o reconhecimento e a integração de Maria na dinâmica simbólica daquele lugar. Assim, a igreja transcende sua função de edificação religiosa, configurando-se como um espaço relacional imbuído de afetos, lembranças e reconhecimento mútuo.

Essa experiência pode ser interpretada à luz do conceito de topofilia, proposto por Yi-Fu Tuan (2012), que se refere ao laço emocional entre indivíduos e lugares, moldado pela vivência contínua e pela carga simbólica atribuída ao espaço físico. O fato de a missa aguardar a chegada de Maria confere a ela um papel central na dinâmica daquele ambiente, outorgando-lhe pertencimento e protagonismo simbólico. Essa dimensão afetiva consolida a igreja como um lugar de identidade e memória.

Ademais, a igreja enquanto palco de práticas repetitivas como a missa, configura-se como um autêntico lugar de memória, segundo Pierre Nora (1993). Trata-se de um espaço que concentra vivências coletivas e valores compartilhados, servindo de suporte para a memória social e religiosa. Embora Maria declare não mais se identificar com a fé católica, a recordação é permeada por ternura e reconhecimento, evidenciando a persistência da memória afetiva associada àquele espaço.

A presença de dona Maria e seu marido Raul, esperando em frente à igreja mesmo na ausência de outros fiéis, reforça a dimensão relacional da memória. Atuando como guardiões simbólicos de um tempo social compartilhado, no qual o ritual religioso dependia da presença de seus participantes habituais. De acordo com Assmann (2001), a memória comunicativa se estabelece justamente por meio dessas relações interpessoais e contextuais que mantêm vivos os significados do passado, mesmo diante de mudanças nas crenças individuais ou transformações na paisagem urbana.

Em suma, o fragmento narrado por Maria ilustra de maneira expressiva como o espaço da igreja, enquanto lugar impregnado de afetividade e práticas sociais recorrentes, se torna um lugar de memória. A construção da identidade individual e coletiva se entrelaça com os espaços vividos, e a permanência dessas lembranças, apesar da mudança de crença religiosa, demonstra a força das experiências afetivas na configuração dos vínculos espaciais.

A igreja local desempenhava um papel fundamental na vida social e religiosa dos moradores, servindo como espaço de encontro e confraternização. Além da religiosidade, a decisão da família Ferreira de transformar o sótão do Casarão em

escola demonstra seu compromisso com a educação e o desenvolvimento da comunidade. A primeira escola da Fazenda Rio Grande, instalada nesse local, marcou a vida de diversas gerações e é lembrada com carinho pelos moradores mais antigos, evidenciando o papel central da família Ferreira na construção da história e da identidade da comunidade. A memória da escola no Casarão permanece viva, conectando as gerações mais antigas às mais recentes e fortalecendo o sentimento de pertencimento.

NATALIA: O Casarão... O Casarão, a gente tinha muitas curiosidades, né? Porque eu acho linda casa antiga e tal. A gente ia visitar umas vezes lá. Eu consegui que ela me deixasse subir e conheci lá em cima, porque ali foi a primeira escola da Fazenda Rio Grande, né? A primeira escola que existiu, eu acho que na Fazenda Rio Grande, foi ali, Ana. Só que ficava no sótão essa escola, né? Então, as primeiras pessoas mais velhas que você encontra aqui estudaram ali, sabe? Aí, depois de muitos anos, eles passaram a escolinha para cá, que era mais que uma casinha de madeira. Quando a gente chegou, ainda eram as casinhas de madeira. Aí construíram aquela escolinha com duas salas, e a gente estudou ali.

LUCELI: Então, daí, o meu pai herdou esse pedacinho aqui dos meus avós, e a gente veio morar aqui, né? Eu moro aqui já tem... 36 anos. Acho que uns 33 a 36 anos, eu nem tenho bem lembrança de quanto tempo faz. Então, assim, meu pai faleceu, e daí minha mãe tinha a casinha dela aqui. Nós morávamos lá no sítio e resolvemos vir fazer uma casinha aqui perto da minha mãe, né? Para poder ficar pertinho dela e para morar num lugar mais retirado também, porque é da cidade. Então, assim, minhas filhas estudaram aqui na escolinha rural. Agora, tem uma filha minha que mora em Ponta Grossa, inclusive, ela é fonoaudióloga e mora aí agora. Então, elas estudaram aqui na escolinha rural, que agora está até desativada. Era da igreja. Quando nós viemos morar aqui, isso aqui era uma estrada de carroça. Passava carroceiro, passava um caminhão de vez em quando. A gente sabia quem era: "Olha lá, o caminhão do fulano de tal". Então, era pouco movimentado. Ali na ponte do Iguaçu fazia enchente, e quando chovia muito, a gente passava dentro da enchente. Muitas vezes, eu levando as crianças para a escola, passei dentro da enchente por vários trechos e metros. Uma loucura, né? Que isso não faria agora de jeito nenhum. E assim, a gente mora aqui já há bastante tempo, né? E é um excelente lugar, pessoas boas, nunca tive problema. Nossos vizinhos são pessoas amadas, e a gente gosta muito de morar aqui.

Os depoimentos de Natália e Luceli destacam a formação de laços afetivos com os espaços vivenciados, imbuídos de significados históricos e simbólicos tanto na memória individual quanto coletiva. A fascinação de Natália pelo Casarão antigo, que abrigou a primeira escola da região de Fazenda Rio Grande, exemplifica como construções podem transcender a estética, carregando valor histórico como marcos fundadores da educação local, transformando-se em lugares de memória (Nora, 1993).

As transformações na região, impulsionadas pela industrialização e urbanização, afetaram as relações da família Ferreira com a comunidade, intensificando os ritmos de vida e a individualização, o que contribuiu para a redução das interações sociais e a perda de tradições comunitárias. Contudo, o Casarão persiste como símbolo da memória coletiva, evocando um passado de intensa convivência e reforçando a identidade local. As narrativas e experiências compartilhadas nesse espaço são transmitidas entre gerações, preservando a memória da comunidade e fortalecendo os vínculos afetivos.

Nesse contexto, as memórias de infância, as brincadeiras com os filhos dos vizinhos e a participação em eventos comunitários ilustram o forte elo afetivo dos moradores com o Casarão, corroborando o conceito de Tuan (2012, p. 19) sobre a ligação afetiva entre pessoa e lugar como experiência pessoal vívida. As descrições das vivências e emoções relacionadas ao Casarão revelam como os lugares adquirem significado pessoal profundo, moldando a identidade e influenciando a vida. Este estudo aprofunda a compreensão da relação entre pessoas e lugares, enfatizando a importância dos laços afetivos e das memórias compartilhadas.

Luceli reforça essa perspectiva ao recordar o cotidiano familiar por mais de três décadas no mesmo local. A vivência contínua em um território específico, marcada por eventos como enchentes, deslocamentos para a escola e relações com vizinhos, demonstra o enraizamento e a familiaridade afetiva com o espaço, convergindo com a definição de topofilia de Tuan (2012): a ligação emocional entre pessoa e lugar construída pela interação constante com o ambiente e seus habitantes.

A decisão de residir próximo à mãe, a convivência com os vizinhos e a educação das filhas na escola rural consolidam um vínculo que vai além do aspecto físico do espaço, estabelecendo-se no pertencimento e na identidade. A estrada de carroça, a ponte do Iguaçu e os desafios enfrentados nas enchentes são marcas da experiência vivida que, embora transformadas, permanecem na memória como elementos estruturantes da história local, caracterizando uma memória comunicativa (Assmann, 2001) ancorada nas experiências compartilhadas e na oralidade das lembranças cotidianas.

Em suma, ambos os relatos evidenciam como os espaços vividos são ressignificados pela experiência acumulada, pelas relações interpessoais e pelos acontecimentos ao longo do tempo. A casa, a escola, a estrada e os vizinhos compõem um lugar carregado de afetos, onde a memória não só preserva o passado,

mas também influencia as formas de viver o presente. Assim, o território transcende a condição de cenário, tornando-se um espaço identitário onde a topofilia e os lugares de memória se entrelaçam na construção da história individual e coletiva.

ANTONIA: [...] uma outra coisa que... que era legal ali no Casarão, pra mim, é quando reflete o sol. Na hora que o sol se põe, parece que tá tendo fogo lá dentro daquela casa, por causa dos vidros. [...] Quando eu vou lá, é um... tem muito espaço, tem aquela árvore do lado, que é... eu esqueci o nome da árvore, mas é lindíssima, que dá uma flor muito gostosa... muito gostosa, não, né? Quis dizer muito... é um perfume muito bom. É... eu esqueci o nome da árvore, mas enfim, é um lugar que tem balanço, dá para a gente ficar debaixo das árvores, tem pé de jabuticaba. Por último, tinha um galinheiro, dava para ver as vacas, as galinhas... era isso. Tinha até um cachorro com três pernas... Tava um tempinho aqui... já morreu.

Antonia, ao enfatizar os aspectos sensoriais e visuais do Casarão, revela uma relação estética e contemplativa com o lugar, mediada pela dinâmica da memória. Suas lembranças – como a luz do sol refletida nos vidros, a árvore de flor perfumada e o cachorro de três patas – não são estáticas, mas se atualizam na relação entre o corpo, o ambiente e outras espécies. Essa rede de afetos, que inclui elementos naturais (a jabuticabeira) e não humanos (as vacas, as galinhas, o cachorro), demonstra como a memória se constitui em camadas territoriais, ecológicas e multiespécies. A persistência dessas imagens, mesmo diante das transformações físicas do Casarão, não indica imutabilidade, mas uma resignificação contínua: o lugar permanece como palco de encontros entre passado e presente, onde o perfume das flores e a sombra das árvores reativam histórias pessoais e comunitárias.

Natália, ao descrever suas brincadeiras de infância e eventos comunitários, demonstra uma relação mais direta com a função social do Casarão. Suas memórias, entretanto, também estão sujeitas a processos de reinterpretação. A nostalgia pelo "modo de vida perdido" não é mera repetição do passado, mas uma reconstrução afetiva que dialoga com as mudanças no espaço. Enquanto Antonia tece sua narrativa por meio de encontros multiespécies (o cachorro, as galinhas), Natália enfatiza os rituais coletivos (novenas, visitas), revelando duas formas complementares de inscrição da memória no território: uma vertical, ligada às transformações materiais do lugar, e outra horizontal, articulada nas relações entre humanos, animais e paisagem.

NATALIA: Nós estudamos e trabalhamos ali junto, e a gente ia, mas assim, a gente se encontrava mais na igreja, né? Mas éramos da mesma igreja na época, então a gente ia muito nas missas e encontrava esse povo todo. Então, a gente tinha bastante vivência com eles. A gente brincava com os filhos deles, né? E frequentávamos porque tinha as Novenas de Natal, a gente ia, né? Então, a gente ia em todas essas casas aí. E por causa disso..., Mas assim, a

gente também não tinha esse... eles aqui não tinham costume de visitar muito uns aos outros, né? No interior, a gente tinha muito isso de visitar. Os vizinhos aqui, a gente ia quando tinha essas programações, que eu tinha... novenas, às vezes faziam algum culto especial na casa da gente. Ir só então, mas eu gostava de ir.

Inicialmente, o Casarão servia como residência e centro da vida social da comunidade. As entrevistas mencionam festas, missas e novenas realizadas no local, destacando seu papel central no acolhimento dos vizinhos. A família Ferreira, que residia no Casarão, era profundamente envolvida com a comunidade, organizando eventos e cuidando da igreja local.

2.2 Relações entre a terra e urbanização

Os relatos evidenciam as profundas transformações sociais e ambientais sofridas pelo local e seu entorno, situado em uma região que passou por um acelerado processo de industrialização e urbanização. Segundo Antonia, a paisagem local foi significativamente alterada pela construção de novas edificações residenciais e comerciais, pela expansão da agricultura em larga escala e pela consequente reconfiguração do espaço urbano. No entanto, as transformações socioespaciais e as mudanças nas relações de produção resultaram na perda de algumas características da vida rural e na construção de novas narrativas sobre o lugar.

ANTONIA: Meus pais sempre foram de lavoura, então eles moravam... Eu tinha só seis anos, mas nós somos em 10 irmãos. Então, meus pais estavam com um problema econômico, vou trabalhar... sempre na roça. E então, um parente indicou morar aqui, indicou um emprego aqui perto, e meus irmãos vieram para cá. Minha família inteira e meus irmãos vieram trabalhar na cerâmica de tijolos, e nós morávamos na casa do lado da cerâmica de tijolos. Moramos por uns 18 anos lá, e foi por essa necessidade. Nós não conhecíamos nada aqui, tínhamos um conhecido, uma família que a minha mãe conhecia já lá de Minas. Então, a gente acabou encontrando um vizinho anterior dela, e a gente formou ali as primeiras amizades e passou a conhecer as pessoas do bairro, habitar aqui, estudar e fazer primeira catequese, essas coisas. Estudar na escolinha, porque agora também não existe no bairro. Era uma escolinha chamada Rural Municipal Padroeira do Brasil. Primeiramente, eu fui, estudei lá, depois eu fui professora lá. Acho que era isso. Você lembra? Qual que era o nome da... da cerâmica que vocês foram trabalhar no começo? Não era cerâmica Wosniak. O primeiro dono era... não tinha nome, né? Mãe? Era a cerâmica de tijolos, não tinha nome, era... era dos vizinhos ali que moravam. O terreno já era deles. Então, era o... o João Chemin era dono, junto com o Luiz Carlos Schmid, que inclusive foi prefeito de Mandirituba. Então, ele morava aqui também, e... e eles ali, eu morava aqui na fazenda, e eles foram donos dessa cerâmica de tijolos, e... e depois eles venderam para os Wosniak. E aí sim, tornou-se cerâmica Wosniak.

ANA: Que bom saber! Então, na fazenda... Vocês que são vizinhos assim... Vocês já viram se tinham plantações, empregados, gente trabalhando na

fazenda? Quando vocês vieram morar para cá, aqui na região do Casarão mesmo.

ANTONIA: Olha, então... Não, nunca teve assim plantações específicas expressivas para cá... É, mas era os gados, que eles tinham uma rocinha ou outra, né? Mãe, nada muito grande. Nunca teve. Inclusive, agora sim, temos... mais agora, nesse momento, eles alugaram aqui muitos terrenos deles mesmo, inclusive para a plantação de soja, e eles plantaram outras coisas, mas o mais forte deles é a plantação de soja. Então, mas antes não tinha isso não, não tinha plantações. Eu lembro que uma vez nós fizemos... foi feito uma ali onde que é a Copel, eu acho que é assim que fala ali, né? Aquele espaço ali... o espaço aqui do... da Copel, mas..., mas não, não foi só uma rocinha que foi feito um ano só. Entendi. Então, não, nunca foi... Tinha mais mesmo era o Haras, e a cerâmica de tijolos, que era o que dava mais trabalho para as pessoas, e essa serralheria que eu te falei. De resto, não tinha plantação. O meu pai, por exemplo, meu pai veio trabalhar, e ele veio trabalhar com meus irmãos na olaria. Só que era um trabalho ritmado, e meu pai tinha asma e bronquite, então ele não conseguia com o fôlego alcançar um movimento. Aí, ele ficou uns três meses só e disse assim pros meus irmãos: "Olha aí, eu vou... vou fazer o que eu sei fazer e quero fazer roça." Então, meu pai... meu pai fazia roça. Os vizinhos aqui não faziam. Inclusive, alguns passaram a fazer depois que o meu pai e minha mãe passaram a ter uma... na roça aqui na fazenda do Iguaçu. O resto era só mato mesmo. Implantação de bracatinga tinha... tinha plantação de bracatinga, que era... sabe que onde tem... pode falar... sabe que aqui, onde tem o ar... onde era o Haras... como é que é o sobrenome deles no Haras... era Chiquito... é, Claudino também. Então, esses seus Chiquito, ele tinha posses em outros lugares e aqui, e ele tinha o Haras. E aí, ele tinha... era o que que eu tinha falado que tinha outro... é, outro... Eles tinham a criação de... de búfalo... búfalo, tinha búfalo. Nossa, tinha... eu, quando era criança, o que eu via de búfalo! Então, todo aquele espaço ali, aquela que eles falassem que ainda é campo do lado de lá da... da igreja ali, ali era... era só cheio de búfalos e plantação de bracatinga, que era dele também. E é isso... é isso? Mas roça mesmo não tinha, só... nossa roça mesmo. Nossa, roça da minha família...

O relato de Antonia oferece uma perspectiva mais pessoal sobre as transformações ocorridas. A migração de sua família para a região, em busca de melhores condições de vida, e a inserção no trabalho em uma cerâmica de tijolos ilustram como as mudanças econômicas e industriais impactaram diretamente a vida das pessoas.

ANTONIA: Mãe, lá... lá na olaria tinha oito famílias, oito casas com famílias dentro. Mas o bairro era pequeno, na verdade. Ele não cresceu, ele não cresceu... ele cresceu pelos lados, aí onde tinha roça, onde eu trabalhei... plantação de alho, cebola. Essa área ali virou Greenfield, e agora aqui, onde já tem as casas da Rua Francisco Ferreira da Cruz, continuam as mesmas casas, a mesma quantidade de casas. Só talvez um ou outro aqui que aumentou, mas, por exemplo, aqui atrás da minha casa surgiram várias casas, e na época era só uma. E agora tem mais de 10. Mas, assim, na comunidade inteira não teve crescimento. Se cresceu... cresceu muito pouco, poucas casas, mas é só dos filhos. Filhos casaram, construíram a casa, então por isso que aumentou um pouquinho. Mas a população também não aumentou de fato, porque a escolinha fechou, não tinha mais crianças para estudar, e então fechou. Ah, então, tipo o haras também, é muito do nosso lugar, mas também fechou. Mas aí ele sempre é... era sempre as mesmas famílias que moravam aqui, né? O que alterava eram os empregados, no caso. Nós mesmos que

viemos para cá, nós éramos... nós trabalhamos para os patrões que eram daqui. Então, todas as famílias que vinham para cá era por causa do trabalho. Algumas famílias vieram para cá e, inclusive, elas moravam aqui, foram embora assim que pararam de trabalhar aqui. Então, continuam as mesmas famílias que já tinham residência e terreno aqui. É só poucas famílias que têm aqui sobrenome.

Ao conectarmos a análise da paisagem com as experiências individuais, podemos compreender a complexidade das transformações socioespaciais e suas implicações para a vida das pessoas. As mudanças na paisagem urbana e rural não são apenas fenômenos físicos, mas também processos sociais que moldam identidades, relações sociais e oportunidades de vida. A história de Antonia nos lembra que as transformações socioespaciais são vividas de maneira diferente por cada indivíduo, e que é fundamental considerar as dimensões sociais, culturais e políticas desses processos para compreendermos suas implicações a longo prazo.

A experiência de Antonia revela como a industrialização, ao criar oportunidades de trabalho, inseriu as famílias em uma nova dinâmica social e econômica, marcada pela rotina industrial e pela adaptação a um novo modo de vida. Além disso, Natália também menciona as plantações e criações de animais pela família Ferreira como uma forma de relações comerciais.

NATALIA: A gente morava no interior do Paraná... perto de Cascavel, né? E aí meu pai veio para cá com toda a família por causa de questão de trabalho, né? Ele era lavrador, e lá, assim, não tinha um trabalho fixo que trouxesse uma renda, uma renda fixa que tivesse estabilidade e tal... Então, meu pai veio para cá. Eu tinha nove anos, né? Aí chegamos aqui em 78... finalzinho de 78, e logo fomos matriculados aqui na escolinha, a Padroeira do Brasil, que era a escolinha que nós tínhamos aqui na região. Que não tem mais, né? Fecharam, infelizmente. E a gente ficou... veio os meus irmãos, todos vieram para trabalhar na mesma empresa, e meu pai também. Só que meu pai não se adaptou, porque ele não tinha essa vivência de empresa, né? Sempre foi livre trabalhando. Então, ele conseguiu umas terras em volta aqui e arrendou, e ficou continuando trabalhando na lavoura. E os meus irmãos ficaram todos nessa empresa, né? Que é a Olaria do Chimin, ali... na época era do Chimin... depois passou a ser dos Wozniak, né? Aí a gente conheceu a Fazenda Rio Grande dessa maneira, né? A gente veio morar aqui por causa do trabalho da minha família.

ANA: E assim, é... nesse Casarão ali, você sabe se tinha plantação, tinha empregado?

NATALIA: Não, ali eles criavam gado, né? Então, aqui é tudo campo com gado, gado leiteiro. Acho que eles também abatiam e... sobreviveram disso. Eu vendia e eu vendo eles também... até eles têm até hoje, né? Talvez eles aqui... ovelhas e gado também, só que não é que nem tinha antes, era cheio... aqui bastante vaca e tal. Eles não plantavam... nunca vi eles cultivando essas terras aqui. Só depois que eles começaram a alugar, as pessoas vêm, cultivam, fazem cultivos, mas não são eles que plantam. Cavalo, burro, cavalo... não... não tem... ah, búfalo! Búfalo tinha aqui embaixo, né? Que era da família do... do seu Chiquito, que a gente chamava de seu Chiquito...

O depoimento de Natália oferece um panorama sobre as transformações ocorridas nas relações entre o campo e a cidade, especialmente no contexto da industrialização. A migração de sua família para a Fazenda Rio Grande, motivada pela busca por melhores condições de trabalho, revela um processo comum em diversas regiões do Brasil, onde a industrialização atraiu um grande contingente populacional do campo para as áreas urbanas. Isso permite compreender como a industrialização e a urbanização transformaram as relações entre o campo e a cidade, gerando novas oportunidades, mas também desafios para as populações rurais. A adaptação a essas mudanças exige a capacidade de conciliar as tradições e os valores do mundo rural com as novas demandas do mercado e da sociedade.

Os espíritos dos antepassados não são móveis. A modernização, ao contrário, demanda uma consciência móvel, livre de poderes e forças ligadas a locais fixos. A força vinculativa dos locais carregados de recordações é substituída por um espaço neutro, dimensão livre da disposição humana sobre ele. (Assmann, 2016, p. 321)

A migração do campo para a cidade exemplifica o processo de urbanização industrial, caracterizado pela mobilidade espacial e pela reconfiguração das identidades. A experiência da família, marcada pela busca por melhores condições de vida e pela necessidade de adaptação a um novo contexto socioeconômico, corrobora a tese de Assmann sobre a "consciência móvel" promovida pela modernidade. Ao se deslocarem para o espaço urbano, os indivíduos rompem com os laços tradicionais estabelecidos no campo, experimentando uma ruptura com o passado e a construção de novas identidades vinculadas ao mundo urbano-industrial. A narrativa de Natália demonstra como a modernização impacta as relações espaciais e simbólicas, exigindo dos indivíduos a conciliação entre as tradições rurais e as demandas da vida urbana. Para Tuan, o apego do pequeno produtor à terra é profundo, pois seu conhecimento sobre a natureza deriva de sua subsistência através dela. A natureza faz parte de sua vida, assim como seus músculos e cicatrizes reforçam esse testemunho.

A topofilia do agricultor está formada dessa intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressada. (Tuan, 2012, p. 141)

Mas, o que acontece com esse sentimento, essa intimidade, diante de uma urbanização desenfreada? *"A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar."* A reflexão sobre a topofilia, iniciada anteriormente, encontra eco nas

experiências de Antonia e Natália. A construção de vínculos afetivos profundos com o lugar está intrinsecamente ligada à memória e à história compartilhadas; a consciência do passado, ao evocar narrativas e experiências coletivas, fortalece o sentimento de pertencimento e identidade. Como argumenta Tuan (2012), a valorização de elementos que remetem à memória é crucial para a construção da toponímia. A preservação da história associada à Fazenda Capocu, por exemplo, demonstra como a memória pode atuar como contraponto à desterritorialização promovida pela urbanização, oferecendo um sentido de continuidade e pertencimento em um contexto de constantes transformações.

2.3 A afeição passa a fronteira

Durante as entrevistas, percebe-se a extrema proximidade da Fazenda com o bairro Umbará, em Curitiba, fato que gerou uma fronteira cultural específica entre as comunidades. Essa proximidade é destacada nos relatos de alguns moradores da região:

ROSIANE: Bom, eu moro nesta casa há 55 anos. Minha família sempre morou aqui. Este terreno... o meu avô... o meu avô nasceu em 1906. Aqui, a família da minha mãe também é daqui, mas mais lá perto do Campo de Santana. Mas a família do meu avô paterno é todinha daqui. A minha avó, a minha bisavó paterna... eu acabei de encontrar registros dela que... aliás, ela não tem certidão de nascimento, é de 1878. Então, a minha família mora aqui há muito tempo. Meu pai, já teria 90 anos, e sempre... aqui, meu pai nasceu nesse lugar onde eu moro hoje. Então, o meu pai já nasceu aqui. Meu avô não nasceu exatamente onde eu moro hoje. Deixa eu ver... aqui do lado, assim, tipo 200 m, 300 m... tá aqui, meu avô, né? Já teria uns 110, 115 anos por aí, né? E então, a minha família tá aqui há muito tempo... não... não tenho precisão assim, mas eu até encontrei a... a minha família Calixto de Camargo. O próprio nome do final do bairro tem a ver com os meus antigos. Mas, com certeza, mais de 200, 300 anos, porque tem até um atestado aqui de alguns... não lembro aqui de quais as datas deles, mas tem atestados aqui de uns... de uns aqui... ó, de uns bisavós de 1800, alguns da família Calixto de Camargo, que são meus antepassados, de 1800... 1804.

SILMARA: Então... meu pai, a descendência dele era daqui já, né? É porque a gente é português, mas a mãe é dos dois lados, né? Então, a relação que a gente teve foi através dos meus avós paternos, como as famílias eram nascidas no Calisto, né? Que a gente chama da divisa com a Fazenda... né? Então, eles tinham os antigos, eles tinham muito essa relação com as pessoas mais antigas. Eu visitava muito junto com a minha avó esses lugares, sabe? Então, ali no Casarão... eu não tenho lembrança... ontem ainda falamos com uma tia, né? A última da vó, né? Ela falou que ela... ela ia no Casarão com a vó, né? A mãe dela. Mas, assim, eu no Casarão... eu nunca entrei. Eu sei que ele é da descendência ali dos Claudino, né? Dos Cruz, que era as famílias que predominavam ali... ali na fazenda, na casa do... do seu João Claudino. E nessa que era mais... né? É recente assim, mas da minha idade, eu ia muito com a minha avó, conheço assim muito... muito a família, né? Que já faleceu o seu João e tudo. Ainda tem descendente lá, né? É, mas lá do Casarão, eu

não lembro assim se o... seu João era filho de alguém do Casarão, que eu acho que sim, né? Que daí eles fizeram a casa. Você já foi ali na fazenda? Já, eles fizeram a casa, né? Quando a gente sobe, indo para lá, do lado direito, e o Casarão é lá no fundo, né? Então, é da descendência deles.

O bairro Umbará encontra suas raízes nas antigas rotas tropeiras que ligavam os Campos Gerais a São José dos Pinhais, estabelecendo um importante corredor de comércio entre o interior e o litoral paranaense. A denominação "barral", atribuída ao trajeto em razão de suas características geográficas – especialmente a presença de áreas alagadiças – teve papel determinante na origem do nome do bairro. Segundo os moradores, a pronúncia italiana dos colonizadores contribuiu para a fixação do termo "Umbará" na toponímia local. Essa rota comercial fica evidente nas entrevistas:

ROSIANE: [...] porque é muito próximo, né? Para nós era muito fácil ir até ali. Sempre teve uma... um... antigamente, uma ponte, um pouquinho mais complicada para fazer a divisa, mas sempre teve como ir e voltar de lá.

ANA: Então, é... eu consegui encontrar algumas entrevistas que foram de um projeto que fizeram do Umbará, que o pessoal fala dessas coisas assim: "Ah, tinha o Casarão lá no final da Nicola, que era... só que era de fazenda, não era Fazenda Rio Grande, em São José." Aí, é interessante você saber, né? Que o pessoal reconhecia que tinha Casarão, né? Mas eles não tinham tanta... tanto essa convivência assim, né? E até, apesar de ser uma rota meio que comercial, pelo menos... tipo o que eu... o que eu consegui levantar, né? Que era uma rota... dizem que era a rota de tropeiro, alguma coisa assim...

ROSIANE: E era uma rota de... de movimento, principalmente do pessoal do Umbará, porque veja ali... uma opção de saída para a BR que vai para Santa Catarina. Então, você tem uma opção de sair dali por dentro. Então, isso era muito comum. Eu lembro que teve uma... ainda há alguns anos atrás, já... já depois de adulta, quando eu trabalhava numa imobiliária, eu ia por esse caminho. Eu ia lá para o Hotel Paraná Golf. Então, eu entrava por ali, por aquele caminho, passava por lá, e tinha uns caminhos alternativos que saíam lá na região próxima da Audi. E aí eu saía para a BR e voltava para o Hotel Paraná Golf, que é ali, né, na saída para... para Santa Catarina. Então, se isso eu já fazia agora depois de adulta, imagine os meus pais, os meus avós... que daí eu via carroça por ali. Tinha uma senhora também que ele... que ele atendia com massagens, e também era ali naquela região. Então, quando precisava... tá machucado, alguma coisa assim, nós íamos também para aqueles lados ali. Então, isso era muito comum, além de tudo. Tem que se pensar numa questão que é a... a minha infância e a infância da maioria das pessoas aqui do Umbará era muito ligada a menos médicos e mais benzimentos. E quando você vai para uma região mais interior, você vai encontrar mais benzedores. A própria... parteira da região aqui morava no início ali da... de São José, na divisa do Umbará, início de São José. Então, passando a ponte do Rio Iguaçu... então, quer dizer... para nós, toda essa parte... que era São José, que hoje é a Fazenda... é tudo isso era muito... muito caminho da roça mesmo. É interessante saber, né?

SILMARA: A gente passava muito na rua... A rua Casarão, acho que é aquela no fundo lá, né? Então, assim... passagem na rua era muito horrível, né? Aquelas estradas ali eram muito ruins. Então, a gente ia muito... eu e a minha irmã que faleceu, a Rosiane não, que ela era a última, né? Que daí ficou indo menos para lá, né? Mas a gente era assim... a gente ia muito junto com o pai

carregar lenha. Mas ele tinha cerâmica, né, e construção de tijolos, né? O meu tio ainda tem. Então, a gente ia muito com ele para lá, e o pai e a avó, vovô ali... ele tinha muita ligação com aquele pessoal. Muito mesmo. Então, a gente ia... à igreja, né? Eu frequentei muito a missa naquela igreja ali. A gente tinha um coral de canto, que a Rosiane já deve ter te contado, né? Que a gente levava para cantar. É... a ligação com eles era bem... bem grande ali, com os Claudino e os Cruzes. Ali, a gente tem... tem uma ligação assim, bem forte.

O laço topofílico de Rosiane e Silmara com o bairro Umbará transcende a mera apreensão do espaço físico. Envolve uma profunda ligação afetiva que influencia sua interação com o território e a maneira como este se incorpora à formação de suas identidades. Esse sentimento de pertencimento é construído por diversos fatores interligados: as narrativas familiares compartilhadas, as vivências cotidianas no bairro e o constante envolvimento com a comunidade. Cada um desses elementos contribui significativamente para que o Umbará seja para elas mais que uma moradia, tornando-se parte essencial de suas histórias de vida e da elaboração de seus sentidos de pertencimento.

O engajamento com as tradições e eventos reforça ainda mais seus laços com o Umbará. A participação em festas populares, a preservação de costumes e a valorização do patrimônio cultural local demonstram um profundo respeito pela história e pela identidade do bairro. Ao se conectarem com as raízes comunitárias, as irmãs contribuem para a preservação da memória coletiva e para a perpetuação de um legado transmitido de geração em geração, expressando uma relação duradoura de pertencimento com o bairro.

ROSIANE: Porque isso é o pertencimento. Porque veja: se eu pertenço, eu vou cuidar; se eu pertenço, eu... eu me interesso. [...], Mas é a noção de pertencimento, e esse é o maior medo da humanidade: não pertencer. A gente faz qualquer coisa para pertencer. Então, por que nós não fazemos isso quando se refere ao nosso lugar? Fazemos isso pela nossa família, fazemos isso com o nosso grupo de amigos. Por que não pelo nosso lugar, né? Lugar é onde você habita, lugar onde você está e, principalmente na geografia, lugar é aquilo onde você tem uma relação afetiva. Esse conceito de lugar na geografia... Então, se você não tem uma relação afetiva, como é que você vai defender aquilo, né?

Rosiane estabelece uma relação intrínseca entre o sentimento de pertencimento e a prática do cuidado. Para ela, a percepção de ser parte integrante do lugar impulsiona o indivíduo a atuar como agente ativo na preservação do entorno,

promovendo a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. A ausência desse vínculo, por outro lado, pode gerar atitudes de indiferença em relação ao lugar.

Ela também destaca a importância de cultivar o sentimento de pertencimento desde a primeira infância, valorizando a história e as tradições locais. O uso de adjetivos pátrios, como "umbaraense", fortalece a identidade local e promove o orgulho comunitário. Ao conhecer e valorizar a história do lugar, os indivíduos desenvolvem um senso de responsabilidade e engajam-se ativamente na defesa de seu patrimônio cultural.

ROSIANE: [...] E aí, a maioria veio de fora, de Umbará. Assim, também com um grande crescimento de pessoas que estão vindo morar em busca de um lugar mais calmo, mais tranquilo, de... da fuga da cidade, né? Ainda de um pulmão, né? Porque aqui nós ainda temos uma área verde preservada muito grande. Então, as pessoas estão em busca disso. Na Fazenda, com o crescimento, com o boom do crescimento que ela teve, você vai ter menos ainda pessoas. Então, se você não fizer um resgate, como é que essas pessoas vão se entender pertencentes? E, se ela não pertence, ela não protege. Ela não se importa. Porque, como é que você protege quando você mora numa casa alugada? Você vai ter um... um olhar totalmente diferente de quando você é dono da casa, né? Então, essa é a ideia. Pertencimento: quando eu pertença, eu vou fazer. Se eu não me sinto pertencente, se eu não sinto parte daquele lugar, eu não tenho interesse. Eu não me importo se eu vou sair dali ou... ou eu vou ficar, e eu nunca vou me organizar e me sentir próximo a tudo aquilo que é. Então, realmente não é fácil, né? Essa ideia do pertencimento, ela precisava ser passada desde a mais tenra infância para todos, para que eles realmente pudessem fazer diferente. Mas sem ser uma pessoa... [...] Você fala "adjetivo pátrio" para uma pessoa, e ela não sabe do que você tá falando... Esses dias, eu ainda falei com o povo, né, com pessoas, né, de um patamar, digamos, não acima, né? Que poderia... Eu falei assim: "Não, porque aqui nós usamos adjetivo pátrio do bairro". E a pessoa me olhou e disse: "O que que é um adjetivo pátrio?". Eu falei: "Aqui, nós somos umbaraenses antes de ser curitibanos". O que isso representa, eu dizer que eu sou umbaraense? O orgulho de eu pertencer a este bairro. Claro que não existe nenhum outro bairro de Curitiba desse jeito, né? Uma coisa interessante... Porque veja: é o que você... Qual que é o adjetivo pátrio da Fazenda? Quantos sabem esse adjetivo pátrio e dizem "eu sou"? É bem difícil assim.

Aqui, retornamos ao ponto discutido nas considerações iniciais: o que significa ser fazendense e quem reconhece esse adjetivo pátrio? Ao abordar a história da cidade nas séries iniciais, encontramos a dificuldade de localizar materiais apropriados. Como, então, trabalhar o pertencimento à cidade?

Na educação básica, busca-se reconhecer o aluno como sujeito histórico, valorizando suas vivências e sua relação com a realidade local. Esse processo contribui para a construção de uma conexão de pertencimento e identificação com a cidade. Um dos objetivos do ensino de história é justamente fomentar essa identidade,

proporcionando aos estudantes um senso de continuidade e enraizamento na história do lugar onde vivem.

A constituição de identidades associa-se à formação da cidadania, problema essencial da atualidade [...]. A contribuição da História tem-se dado na formação da cidadania, associada mais explicitamente à do cidadão político. Neste sentido é que se encontra, em inúmeras propostas curriculares, a afirmação de que a História deve contribuir para a formação do "cidadão crítico", termo vago, mas indicativo da importância política da disciplina. (Bittencourt, 2004, p. 121)

O estudo da memória social é fundamental para o desenvolvimento dos processos históricos de cidades mais jovens, pois permite compreender como o passado é ressignificado por diferentes gerações e como o patrimônio cultural se constitui em um registro material dessa memória.

Ao analisarmos o Casarão sob essa perspectiva, identificamos elementos que moldam a identidade do grupo social ao qual as entrevistadas pertencem. A casa, com suas histórias e objetos, transmite memórias e valores, fortalecendo os laços comunitários. Ao mesmo tempo, as vivências individuais de cada uma, bem como as emoções e os afetos ligados ao lugar, constroem narrativas pessoais que se entrelaçam com a história mais ampla da comunidade.

Os depoimentos revelam uma ambivalência em relação ao futuro do Casarão. Por um lado, há a esperança de que a família consiga preservá-lo como um legado histórico, o que representa um desafio para a comunidade local, que busca conciliar a memória coletiva associada ao edifício com as pressões do mercado imobiliário. Por outro lado, a ausência de políticas públicas de proteção ao patrimônio histórico na região fragiliza a capacidade da comunidade de construir um futuro que valorize tanto a dimensão material quanto a simbólica de seu passado.

LUCELI: É bom ter memórias, né? Quem não tem passado não tem futuro também. Mas são memórias muito gostosas, tempos bons, tempos saudáveis, sabe? [...] Parece que a gente entra dentro de uma história infantil, assim, sabe? Minha filha sempre fala: "Mãe, esse caminho aqui parece que a gente entra dentro de uma história infantil, de um conto de fadas". É uma sensação muito boa, né? Mas, por outro lado, as indústrias estão chegando. E aqui, da minha porta, eu posso ver o Casarão ainda, mas está sendo construída uma empresa na frente dele, ali, que, com certeza, daqui a uns tempos, a gente não vai mais enxergar o Casarão de casa. Mas sempre brincávamos: quando o sol tá se pondo, os raios do sol vão todos na janela do Casarão, ela fica toda dourada, e nós falamos: "Lá está a casa de ouro". O Casarão virou uma casa de ouro, né? E, logo, a gente não vai mais ter essa visão, infelizmente. Estamos vendo a empresa crescendo ali na frente; ela vai tirar essa memória também, né? Mas são memórias boas, gostosas e boas

de relembrar. E é um tempo bom, que as minhas filhas gostem de lembrar também, sabe? E não é só nós, mais velhos, que gostamos de lembrar desse tempo. Minhas filhas... A mais nova tem 37 anos, e ela também gosta de lembrar desse tempo, gosta de lembrar quando pescava ali no riacho, com os vizinhos, né?

A imagem do Casarão como uma "casa de ouro" ao entardecer, com os raios do sol refletindo em suas janelas, constrói uma representação simbólica que ultrapassa o cotidiano, elevando o local a um cenário quase mítico, semelhante a uma história infantil, um conto de fadas. Essa percepção estética e sensorial ressalta o valor simbólico do Casarão, que vai além de sua função social, inserindo-se no imaginário coletivo como um espaço de encantamento e beleza.

A possível perda dessa visão, devido à obstrução causada pelas indústrias, simboliza não apenas uma mudança física na paisagem, mas também uma interrupção das narrativas afetivas e simbólicas sustentadas pelo local, impactando a continuidade das memórias compartilhadas pela comunidade.

A ambiência do Casarão, conforme descrita por Luceli, é construída por meio de uma experiência sensorial que envolve tanto o corpo quanto os sentidos. A luz dourada do sol refletindo nas janelas, a estética do ambiente e a conexão com elementos naturais, como o riacho onde as crianças pescavam, criam uma vivência holística que transcende o visual, abrangendo também dimensões táteis, emocionais e imaginárias. Essa percepção multissensorial reforça a noção de que o patrimônio não se limita ao tangível, mas inclui também aspectos intangíveis, como memórias, afetos e significados simbólicos.

Dessa forma, o Casarão não é apenas uma estrutura física, mas um repositório de histórias e emoções que conectam passado, presente e futuro, destacando a importância de sua preservação como um legado cultural e afetivo para a comunidade. A preservação do patrimônio cultural envolve a construção de um discurso sobre o passado, no qual determinados elementos são selecionados e valorizados em detrimento de outros.

Ao transformar objetos cotidianos em símbolos de uma identidade coletiva, o processo de patrimonialização contribui para a construção de narrativas históricas que, embora nem sempre refletem toda a complexidade da realidade, desempenham um papel fundamental na formação da memória coletiva.

O passo que vai do local memorativo e da recordação, que vai do *milieu de mémoire* ao *lieu de mémoire*, dá-se com a interrupção, com a ruptura em

relação a parâmetros de significação cultural e a contextos sociológicos definidos. Assim como os objetos utilitários que, ao se tornarem peças de museus, perdem as funções originais e seu nexo com a vida prática, também as formas de vida, atitudes, ações e experiências estão sujeitas a uma metamorfose parecida, quando saem do contexto de uma atualidade viva e se tornam recordações. (Assmann, 2011. p. 360.)

O Casarão da Fazenda Capocu pode ser interpretado tanto como um *lieu de mémoire* (lugar de memória), conforme a definição de Pierre Nora, quanto como um *milieu de mémoire* (ambiente de memória). Enquanto *milieu de mémoire*, o Casarão reflete a ligação íntima entre o espaço físico e o cotidiano de Natália e Antonia, representando um ambiente de memória pessoal e subjetiva — em contraste com os *lieux de mémoire*, que são locais institucionalizados, como museus ou monumentos. Como *lieu de mémoire*, o Casarão assume o papel de marco histórico e símbolo da identidade local, preservando traços do passado e servindo como referência para narrativas coletivas. Simultaneamente, como *milieu de mémoire*, o espaço se configura como um lugar onde memórias são vividas, compartilhadas e transmitidas entre gerações.

Enquanto o *lieu de mémoire* representa uma memória histórica mais ampla, o Casarão, para Natália e Antonia, é um “local de recordação” que evoca memórias afetivas e pessoais. Essa distinção é fundamental para compreendermos como a memória se manifesta em diferentes níveis e como molda nossas identidades e relações com o espaço. Os depoimentos corroboram a teoria de Tuan sobre o vínculo afetivo entre pessoas e lugares. O Casarão, além de ser um espaço físico, torna-se um elemento constitutivo da identidade das entrevistadas, moldando suas memórias e percepções de mundo.

A consciência do passado, cuidadosamente preservada e transmitida através das gerações, não é apenas um exercício intelectual, mas um processo profundamente pessoal e emocional que nutre o apego ao lugar. Os muros do Casarão guardam mais do que tijolos e madeira: abrigam um acervo riquíssimo de memórias, sensações e emoções construídas ao longo do tempo. Cada cômodo, objeto e canto carrega em si uma história, um fragmento de vida. A memória, nesse sentido, não se restringe a uma função cognitiva, mas se apresenta como uma experiência sensível e emocional, entrelaçada ao espaço físico.

Ao reviverem suas memórias, as entrevistadas não apenas relembram fatos passados, mas também reconstroem suas identidades. O Casarão, nesse processo, funciona como um espelho, refletindo suas trajetórias e transformando-as em

narrativas coerentes e significativas. É como se a casa fosse uma extensão de si mesma, um lugar onde suas histórias encontram eco e ressonância.

Possuir consciência do passado não é um mero exercício intelectual, mas um elemento essencial para compreender a força vital que alimenta o vínculo com o lugar. Ao se conectarem com suas raízes, as entrevistadas encontram um sentido de pertencimento e continuidade que as transcende. O Casarão, nesse contexto, não é apenas um espaço físico, mas um símbolo de tradição e de uma história que as antecede, convidando-as a serem protagonistas de um futuro que se constrói a partir do passado.

A relação entre as pessoas e o espaço afetivo não é estática, mas dinâmica. Ao longo do tempo, o Casarão se transforma junto com seus habitantes, adaptando-se a novas necessidades e contextos. No entanto, essa transformação não implica ruptura, mas continuidade. Novas memórias se sobrepõem às antigas, enriquecendo a história do lugar e fortalecendo os laços afetivos que o unem às pessoas.

O estudo do espaço afetivo nos convida a repensar nossa relação com os lugares que habitamos. Ao reconhecer o valor de nossas memórias e histórias, podemos construir um futuro mais humano e conectado com nossas raízes. O Casarão, nesse contexto, é mais do que um simples edifício: é um símbolo de nossa capacidade de criar laços profundos e duradouros com o mundo que nos cerca. É sobre essa reflexão que trataremos no capítulo a seguir.

3. ENTRE O SILÊNCIO E A SALVAGUARDA: O SIMBOLISMO MNEMÔNICO DA FAZENDA CAPOCU

Diante da modernidade e da intensificação da vida urbana, o Casarão da Fazenda Capocu surge como um contraponto simbólico, evocando memórias, identidades e pertencimentos em um mundo em constante transformação. Seu valor transcende a materialidade da estrutura e se inscreve no imaginário coletivo, reafirmando seu papel na preservação da história local. Essa dinâmica dialoga com as reflexões de Pierre Nora sobre os *lieux de mémoire*, espaços que, mais do que meros vestígios do passado, tornam-se ancoradouros da memória coletiva. Em meio às mudanças sociais e urbanas, esses lugares cristalizam experiências, fortalecem laços identitários e resistem ao esquecimento, servindo como marcos fundamentais na construção da memória de uma comunidade.

Nesse contexto, o imóvel funciona como uma cristalização das memórias compartilhadas pelos moradores. Ao longo do tempo, consolidou-se como um elo essencial entre passado e presente, fortalecendo o senso de pertencimento e a coesão social. As histórias e vivências associadas a esse espaço são continuamente revisitadas e reinterpretadas por novas gerações, contribuindo para a preservação e a renovação da identidade cultural da comunidade.

É fundamental compreender que os locais de memória não são apenas repositórios de informações históricas, mas também espaços de produção de sentido. Ao se apropriarem desses lugares, indivíduos e grupos sociais constroem narrativas sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca. No caso da Fazenda Capocu, as memórias individuais e coletivas se entrelaçam, formando uma teia de significados que transcendem o âmbito pessoal e se inscrevem na história coletiva.

Ao alcançar o status descrito por Nora, o monumento assume um papel crucial na resistência identitária. Em meio às forças de transformação e à homogeneização cultural, ele permanece como um ponto de referência vital, preservando tradições e valores locais.

A relação entre os conceitos de *lieux de mémoire* e topofilia oferece uma perspectiva enriquecedora sobre a conexão entre memória coletiva, afeto e espaço. Ambos convergem na ideia de que um lugar pode transcender sua materialidade, transformando-se em uma âncora de identidades e emoções.

Os espaços que moldam nossas memórias desempenham um papel fundamental na construção de identidades e na afirmação do pertencimento. Ao preservar narrativas e rituais, eles oferecem um ancoradouro em um mundo em constante mudança, fortalecendo os laços entre as comunidades e seu passado.

Nesse sentido, Yi-Fu Tuan, ao apresentar o conceito de topofilia, destaca o vínculo emocional que os indivíduos estabelecem com determinados lugares, fundamentado em experiências sensoriais, culturais e afetivas (2012, p. 136).

A topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo.

Esses conceitos encontram na Fazenda Capocu uma interseção exemplar. Como *lieu de mémoire*, o Casarão resguarda as histórias da comunidade local, resistindo ao esquecimento e às transformações urbanas. Simultaneamente, como espaço de topofilia, cultiva laços emocionais profundos entre os moradores, ancorando práticas e significados compartilhados. Esse vínculo afetivo intensifica o valor simbólico do lugar, fortalecendo a conexão entre memória e identidade.

Como explica Tuan, "a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar" (2012, p. 144), enquanto Nora defende que os *lieux de mémoire* são "ilusões de eternidade", cristalizando relações com o tempo e o espaço (1993, p. 13). Essa dualidade transforma o espaço em um elemento dinâmico, unindo gerações em torno de valores e identidades comuns.

A contribuição de Aleida Assmann é fundamental para compreender as diferentes camadas da memória coletiva, especialmente ao distinguir entre memória comunicativa — aquela construída a partir de experiências vividas e compartilhadas em círculos sociais íntimos — e memória cultural, que se configura por meio da institucionalização dessas lembranças, garantindo sua preservação ao longo do tempo. No contexto do Casarão da Fazenda Capocu, as práticas cotidianas e os relatos orais constituem manifestações da memória comunicativa. Já sua permanência como símbolo de relevância histórica e cultural representa a memória cultural, consolidada em sua materialidade e no imaginário local.

Assmann (2021, p. 25) destaca que "lugares podem atestar e preservar uma memória, mesmo para além de fases do esquecimento", o que reforça o papel do Casarão como um espaço que transcende o presente, conservando marcas do passado e oferecendo continuidade à identidade local. Além disso, ao considerar que

"os espaços de recordação surgem por meio de uma iluminação parcial do passado, do modo como um indivíduo ou um grupo precisam dele para a construção de sentido, para a fundação de sua identidade, para a orientação de sua vida, para a motivação de suas ações" (2021, p. 437), compreende-se que o Casarão não apenas remete a memórias antigas, mas também é constantemente ressignificado, tornando-se um ponto de ancoragem para novas gerações.

A autora ainda enfatiza o poder simbólico dos lugares de memória ao afirmar que "quem fala de 'memórias de locais' serve-se de uma formulação que é tão confortável quanto sugestiva [...] porque aponta para a possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos, portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos" (2021, p. 317). Nesse sentido, o Casarão assume um papel ativo na preservação e transmissão da identidade coletiva, funcionando como uma ferramenta de resistência frente às transformações aceleradas da contemporaneidade.

Podemos examinar essas interseções por meio da obra *Cidades Invisíveis*, de Italo Calvino, compreendendo a Fazenda como um espaço simbólico que ressalta a memória e a identidade coletiva. A obra, composta por descrições metafóricas de cidades imaginárias, oferece uma perspectiva enriquecedora para compreender o Casarão como um *lieu de mémoire* que transcende sua materialidade e se fundamenta em narrativas, afetos e experiências coletivas. Em seu livro, Calvino retrata as cidades como entidades simbólicas, formadas por memórias, desejos e relações humanas. Cada cidade descrita por Marco Polo revela camadas ocultas de significados que vão além das estruturas físicas, assemelhando-se à Fazenda Capocu, que também se constitui como um espaço onde memórias e afetos comunitários se entrelaçam. Assim como os *lieux de mémoire*, o Casarão funciona como um repositório de memórias compartilhadas, afirmando-se como um símbolo da identidade local.

Calvino sugere que a essência das cidades está nas histórias que as habitam. De maneira análoga, a Fazenda Capocu é palco de narrativas orais que atravessam gerações, reforçando o senso de pertencimento comunitário. Esse processo dialoga diretamente com a perspectiva de Aleida Assmann sobre a memória cultural, que se institucionaliza em símbolos e práticas capazes de garantir a preservação e a continuidade das lembranças ao longo do tempo.

O Casarão, nesse contexto, não apenas resguarda o passado, mas reatualiza as memórias, ressignificando e tornando-as relevantes para o presente. Ao conectar diferentes gerações por meio de histórias, rituais e tradições, fortalece os laços entre o passado e o presente, consolidando-se como um espaço vivo de produção e continuidade das narrativas culturais.

3.1 O Casarão como lugar de memória

Assim como as cidades descritas por Calvino, a Fazenda Capocu transcende sua função material e se estabelece como um espaço impregnado de significados afetivos profundos. Os laços emocionais dos moradores com o Casarão, registrados na materialidade das memórias e nas práticas cotidianas, transformam-no em um símbolo de resistência cultural diante das transformações urbanas.

Dessa maneira, a Fazenda Capocu, enquanto *lieu de mémoire* e espaço de resistência identitária, exemplifica de forma clara a reflexão sobre as camadas invisíveis que habitam os lugares. O diálogo entre as narrativas ali presentes e as proposições teóricas discutidas demonstra que sua preservação vai além da arquitetura: trata-se de manter vivas as histórias e os afetos que sustentam a identidade cultural de Fazenda Rio Grande.

A realização de entrevistas com os moradores reforça a relação entre memórias individuais e a construção da identidade do lugar. Os relatos, permeados por lembranças e experiências passadas, evidenciam a centralidade do Casarão no sistema simbólico que organiza a comunidade. A fala de Antonia, que descreve o Casarão como um "marco histórico", ilustra a tese de que "a cidade não conta seu passado, ela o concebe" (CALVINO, 2003, p. 16). Suas lembranças das visitas ao Casarão, seja para comprar ovos e leite, seja para participar das novenas de Natal, expressam como o espaço físico se entrelaça com vivências e acontecimentos, criando uma ponte entre gerações.

ANTONIA: É um marco histórico e, na minha opinião, não deve ser derrubado... deve ser tombado, mas não derrubado. Um patrimônio histórico para mim, e eu acho que assim... eu, quantas vezes eu já levei... eu... quando vêm amigos meus aqui, como eu tenho amizade com a família, eu... cada vez digo: "Vocês querem conhecer o Casarão?".

Alguns símbolos recorrentes da memória afetiva desempenham um papel central na construção da identidade local. Luceli, ao recordar os tempos em que a Fazenda era apenas um caminho de carroça, ressalta a importância do passado na

formação do presente: "*Quem não tem passado, não tem futuro também.*" Suas lembranças das brincadeiras com filhos e netos no quintal, tendo o Casarão como cenário, evocam a ideia de Calvino de que "a memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir" (2003, p. 25).

Ao observar o Casarão com tristeza e recordar os antigos moradores, Maria evidencia a relevância daqueles que ajudaram a construir a história do lugar. A transformação da dinâmica social, marcada pelo desaparecimento de antigos habitantes e pela chegada de novas gerações, dialoga com a reflexão de Calvino sobre a sucessão de "cidades" em um mesmo território: "Às vezes, cidades diferentes sucedem-se sobre o mesmo solo e sob o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecerem" (2003, p. 33).

MARIA: Ah... Traz bastante memória, mas é muita gente ali, né? Esse parente dele morava em São José dos Pinhais, e vieram tudo aí... Chegando cá direto... Lá, a gente era boa e gostoso, quieto lá, né? Acabou aquela animação que tinha, mas era muito bom ir lá. É muito bom com a gente, né? Gente boa, tá... Tá junto. Bem, eu sempre ia lá. Antônio gostava, e lá você achava de morar sozinho com seu Arcídio. E aí ia para lá os dois velhos. Ai, meu Deus, eu ia também... Eu ia visitar eles também, né? Porque ele era muito bom; a gente tinha aquele carinho por ele, né? Sempre tava perguntando... Se ele chegava a passar ali, chegava e perguntava como é que a gente tava, né? "Tá tudo bem com nós?" É assim, de boa demais com a gente. Nem fala, né? Agora acabou. A Mariquinha, eu gostava dela...

ANA: Você fica triste quando vê agora?

MARIA: Até o terreno tá triste... Ali tá tudo triste..., Mas todo mundo tem que morrer um dia, né, moça? No domingo, né? Segunda-feira já fui lá visitar ela, que agora não... Ela não ia mudar não... Que a gente quase não anda, né? Porque tem que levar a gente. Aí eu falei que... A Natália falou que ia lá na Mariquinha... "Vamos, Natália". Ela me levou. É, tinha um carro, agora vendeu o carro... Tá achando o caro. Aí ela levou eu lá, né? Eu fiquei tão feliz de ver ela... Passou um dia assim... Ela morreu, mas judiou bastante, né? Ela sentadinha na porta... Ela sentada na porta, fez visita... Já pôs uma cadeira assim na porta, do lado da porta, sentadinha ali. Nós chegou e tá sentada ali... Não demorou mais de uma hora, ela foi embora sentadinha... Não aguenta ficar sentada tanto tempo, aguentava, né? E eu não aguento ficar sentada muito tempo... Tem muita dor nas costas. Aí ela começou... A comadre tá cedo... (Antonia: Minha mãe veio com queijo embora, toda vez que ela ia, voltava com queijo) ... Me deu um queijo. É, tinha uma empregada que cuidava da casa... Do lugar dela, né? "Aí eu vou pegar e montar a sacolinha... Olha o que a dona Mariquinha mandou dar para a senhora". Gente muito boa, eu senti muita falta dela... Aí, não é fácil não, a gente nesse mundo assim, né? Ele tá aqui, a gente vai, o outro fica, vai e fica, né?

As lembranças compartilhadas por Natália, Rosiane e Silmara tecem uma tapeçaria emocional que vai muito além da simples descrição de um lugar; elas revelam a Fazenda como um espaço vivido, sentido e continuamente ressignificado.

Cada relato carrega não apenas fatos, mas afetos — marcas profundas deixadas pelo convívio, pelas mudanças e pelos laços construídos ao longo do tempo.

Natália, por exemplo, fala com saudade das mudanças no Casarão, especialmente da construção da nova cozinha. Sua memória é atravessada por um sentimento de perda e ao mesmo tempo de aceitação das transformações inevitáveis. Essa percepção ecoa a ideia de que os espaços não são definidos apenas por seus elementos físicos, mas principalmente pelas relações que se constroem entre seus aspectos visíveis e as experiências que ali se desenrolam — como sugere Italo Calvino ao refletir sobre a essência das cidades.

Assim, as memórias das entrevistadas não apenas registram um passado, mas conferem sentido ao presente da Fazenda, revelando que os lugares, como os vividos por elas, são feitos de vínculos, de olhares que os recriam, de afetos que os mantêm vivos mesmo diante das mudanças.

NATALIA: Ah, eles fizeram algumas melhorias lá aqui. Por exemplo, aqui desse lado não dá para ver, mas aqui eles construíram uma outra parte, que é uma cozinha, né? Que não existia aqui, não tinha ainda, ó. Então, eles fizeram uma cozinha aqui atrás, e é aqui na frente, né? Então, é aqui, ó: a cozinha fica bem aqui.

Esse sentimento nos leva a refletir sobre a interação entre espaço e memória. As intervenções arquitetônicas, como a construção dos cômodos, tornam-se marcas do tempo sobre a materialidade do lugar, mas não apagam as memórias ali instaladas. A cozinha, por exemplo, além de sua função prática, é também cenário de inúmeras histórias familiares, de receitas transmitidas de geração em geração e de momentos de convivência que alimentam a alma.

Sob a ótica de Rosiane, a Fazenda se apresenta, ainda, como um espaço de encontro e celebração comunitária. A emoção em suas lembranças sobre as festividades religiosas expressa com clareza a importância desse lugar.

ROSIANE: Ali, sim, aquela... aquela era a igreja que a gente mais ia, tanto em festas quanto para fazer esse movimento que eu te disse, que nós cantávamos. Tínhamos coral, sempre, né? As crianças sempre participavam. Então, um coral até a minha adolescência, mais ou menos, eu participei de coral da igreja. E aí, eu lembro inclusive de uma... de uma vez que foi muito interessante, que nós cantamos numa missa na Igreja de um bará, na São Pedro, na igreja maior. E aí nós saímos todo mundo em cima de um caminhão, né? E fomos cantar também na... na sequência, assim: sair correndo de uma missa para cantar na outra. E fomos cantar lá naquela igreja. Então, existia essa parceria, existia uma ligação assim, de saber que ali ia ter uma festa e todo mundo ia. E quando se ia nessas festas, você ia participar da missa primeiro e depois participar da festa, ou buscar comida, ou comer lá na festa. Era bastante comum.

As lembranças das festividades e celebrações religiosas evocadas pelas entrevistadas resgatam um tempo em que a Fazenda pulsava como espaço de encontro, de fé e de comunhão entre os moradores. Eram momentos em que o Casarão e seus arredores se enchiam de vida, vozes, cantos e partilhas — expressões autênticas de pertencimento e coletividade.

Nos relatos sobre o caminho percorrido até o Casarão, há algo mais do que geografia; há uma memória sensível do trajeto, marcada por gestos, conversas e expectativas. As ruas e trilhas ganham corpo como narradoras silenciosas de histórias vividas — pois, como nos sugere Italo Calvino, é no caminhar pelos espaços que os vestígios do passado se revelam, como se cada passo reativassem uma página escrita pela própria comunidade.

Ao relembrar esses percursos e celebrações, as entrevistadas não apenas revivem o passado: elas o mantêm pulsando no presente, reanimando os sentidos do lugar e afirmando a Fazenda como território afetivo e simbólico de memórias partilhadas.

Preocupada, Silmara alerta para a perda dessas narrativas com o falecimento dos moradores mais idosos: *"Se não se trabalhar, passa, passa, passa e acaba na memória."* Sua fala evidencia a importância de iniciativas voltadas à recuperação e à valorização das lembranças daqueles que viveram a história do passado.

SILMARA: E você sabe... essa geração que tá lá ainda tá preservando, mas a geração que vem é capaz de vender para uma indústria e se perdeu, se perdeu, porque não... os mais novos, eles não têm mais isso de preservar, né? Aqui no Umbará tinha várias casas antigas e, ao invés de tomar, né... de ir atrás de uma possibilidade... Não... hoje tem, é a minoria... [...] eu moro na primeira casa vindo de lá, do lado direito, e do lado esquerdo tem uma casa também muito antiga, que era dos avós da pessoa que mora na casa. Ela é uma professora aposentada, ela preserva aquela casa de um jeito, sabe... uma casa maravilhosa... Se você puxar nas casas do "Sou do Umbará" ali, que sempre postam as casas antigas, você vai ver... A casa dela é uma casa linda, bem no barranco, assim, bem na curva, bem no que fecha a curva... Então, mas sim... se ninguém mais contar, ninguém mais falar... ela já tem 86 anos, se amanhã ou depois ela falecer, e os sobrinhos não preservarem, vai desaparecer... vai desaparecer.

A perda progressiva das narrativas mais antigas nos leva a refletir sobre a importância da preservação da memória coletiva. As histórias contadas pelos moradores mais velhos representam um tesouro inestimável, conectando-nos às raízes e ao entendimento da identidade do lugar. Ao reconhecer e valorizar essas memórias, garantimos que o passado permaneça vivo no presente e continue a ecoar no futuro.

As entrevistas evidenciam a riqueza da relação entre memória, identidade e preservação do patrimônio histórico da Fazenda. O Casarão, como um "cidadão" que atravessa o tempo, tornou-se um guardião da memória, permitindo que as gerações futuras se reconheçam em suas raízes e respeitem o passado.

Os depoimentos reforçam o simbolismo do Casarão como um *lieu de mémoire*, compreendido aqui na acepção de Pierre Nora. Mais do que uma edificação, o Casarão se configura como um espaço onde a memória individual e a memória coletiva se entrelaçam, conectando passado e presente. As descrições dos entrevistados ecoam os conceitos de Cidades Invisíveis, demonstrando como um espaço físico pode se tornar um repositório de histórias, afetos e valores culturais.

Nas palavras de Luceli, o Casarão ganha uma dimensão encantadora ao ser descrito como uma "casa de ouro", iluminada pelo reflexo do pôr do sol em suas janelas. Essa imagem poética revela mais do que uma paisagem observada — ela expressa uma vivência afetiva, em que o olhar transforma o espaço em memória sensível. As janelas, então, deixam de ser apenas partes da arquitetura: tornam-se passagens entre o tempo presente e um passado guardado com ternura.

Esse momento revela como certos elementos do cotidiano, quando tocados pela lembrança e pelo afeto, adquirem significados profundos. A beleza capturada no brilho do entardecer não é apenas visual, mas emocional — é a luz da memória incidindo sobre o que permanece, mesmo que transformado. O Casarão, nesse instante, não é só construção: é símbolo, é presença viva do que já foi compartilhado, vivido e sentido.

Na memória de Rosiane, o Casarão surge como um "Casarão fantasma" — não no sentido de algo assustador, mas como uma presença silenciosa e imponente, carregada de histórias que ainda ecoam, mesmo quando não são ditas. Essa imagem sugere a força simbólica do espaço, que permanece vivo no imaginário, mesmo diante do abandono ou das transformações do tempo.

Chamá-lo de fantasma é reconhecer que ali ainda habitam lembranças, vozes e gestos que, embora invisíveis, continuam a marcar o lugar. É como se o Casarão guardasse, em suas paredes, tudo o que foi vivido: as festas, as orações, os encontros, os silêncios. A materialidade da construção dá lugar à densidade da memória — um tipo de presença que não se mede pelos olhos, mas pelo sentimento de quem o viveu.

Nesse sentido, o Casarão deixa de ser apenas ruína ou estrutura: torna-se testemunha silenciosa, habitada por um passado que resiste ao esquecimento e que, em certa medida, ainda pulsa nas lembranças de quem o chama de lar, mesmo que só na memória.

A porta do Casarão, carregada de significado, funciona como um portal para um tempo distante. Maria recorda suas visitas à dona Mariquinha, que a recebia sempre sentada à porta, em um gesto de hospitalidade e acolhimento: *"Ela sentada na porta fez visita... já pôs uma cadeira assim, na porta, do lado da porta, sentadinha ali; nós chegou e tá sentada ali."* Essa narrativa reforça a ideia de que o espaço físico não apenas resguarda a memória, mas também dá corpo a práticas sociais e valores compartilhados pela comunidade.

Fotografia 4 - Registro da Fazenda Capocu pelo grupo de pesquisadores do IPARDES.



Fonte: Acervo IPARDES/COMEC, 1977

ANTONIA: Assim, é... a paisagem mudou. Porque surgiram novas casas perto, então, quando a gente olha para o Casarão agora, tem outras... vê outras casas. E também aqui era mais campo mesmo. Depois, eles agora passaram a... a plantar soja mais ou menos perto. Mudou... mudou a... a visão, não veio igual. Eles também, acho que deram uma reformada nela, ela não tá desse jeito mais...

As observações de Antonia traduzem as profundas transformações que a paisagem rural experimentou nas últimas décadas. Sua percepção sobre as mudanças na visão do Casarão e de seu entorno serve como ponto de partida para uma análise mais aprofundada das relações entre espaço, memória e identidade cultural. A introdução de novas construções, assim como a expansão da agricultura, alterou significativamente a paisagem, desencadeando um processo de reconfiguração da memória coletiva sobre esse lugar. Essa dinâmica é comum em regiões de rápida urbanização e modernização, como abordaremos a seguir.

A fotografia do Casarão, isolado em um campo aberto e cercado de vegetação, evoca uma imagem idílica de um passado agrário, corroborando a descrição feita por

Antonia sobre um espaço originalmente mais vazio e vinculado às práticas tradicionais. O avanço do cultivo e das novas construções reflete não apenas transformações econômicas e sociais, mas também uma reorganização da memória coletiva sobre o Casarão, que deixa de ser o centro da paisagem para integrar um mosaico mais diversificado.

Essa mudança é percebida de maneira sensível por Antonia, que expressa um sentimento de perda ou distanciamento em relação à paisagem original, com a qual possuía uma forte conexão emocional. No entanto, outro aspecto fundamental refere-se ao impacto das reformas no Casarão. As intervenções na estrutura original não alteram apenas a memória individual, mas também a memória coletiva sobre aquele espaço, evidenciando as tensões do campo da preservação cultural.

Embora essas modificações possam ter atendido a demandas de funcionalidade ou conservação do edifício, elas também geram a sensação de que a autenticidade ou a essência do lugar foram alteradas. Esse dilema corrobora as discussões teóricas de autores como Joel Candau e Aleida Assmann, que analisam a relação entre memória, identidade e lugar, e demonstram como as transformações físicas de um espaço afetam a maneira como ele é lembrado e significado pelas comunidades.

NATALIA: Demorou ainda para eles conseguirem, né? Aquela cozinha... porque eles fizeram essa puxada lá e fizeram uma cozinha. Agora, só essa parte aqui... aqui em cima que funcionava a escola. Um detalhe a mais, né? Pois é... E aqui já tinha um paiolzinho, mas ainda não tinha essas... essa era a entrada da... da cozinha, né? Aqui, agora, tem uma outra parte aqui, entendeu? Aqui eles fizeram uma outra, e essa porta que dá para a peça de trás. No caso, tem toda essa parte aqui, tem uma construção agora. Só que tem o paiol deles. Com certeza, lá atrás, eles falaram que demoliram um paiol. Porque, pelo que eu entendi, parece que tava dando muita cobra, muito animal peçonhento, assim. Daí, eles queriam desmontar, até por causa das crianças que tavam morando lá.

Percebe-se, finalmente, que o Casarão e seu entorno funcionam como um palimpsesto, onde camadas de memória, usos e significações se sobrepõem ao longo do tempo. Para Antonia, a fusão entre o passado e o presente é evidente — ela reconhece tanto as marcas do que foi quanto às novas transformações. Sua narrativa nos convida a refletir sobre a necessidade de documentar e registrar essas mudanças, não apenas como um momento de perda, mas também como uma oportunidade de renegociação do significado cultural dos lugares e da relação das pessoas com eles.

Fotografia 5 - Registro do interior do Casarão.



Fonte: Fotografado pela autora (2023)

A fotografia do Casarão em 2023 configura-se como um testemunho valioso da história e da memória coletiva da comunidade local, evidenciando o contraste entre passado e presente. Originalmente o centro da paisagem rural, o Casarão encontra-se hoje cercado por novas construções e indústrias, refletindo as profundas transformações socioeconômicas e urbanas que a região vivenciou nas últimas décadas.

Durante uma visita guiada com a moradora Maria, foi possível observar os esforços para manter viva a história do local, destacando-se a preservação de objetos como a mesa redonda com toalha branca e os porta-retratos com fotografias antigas de moradores, elementos que remetem à história familiar e à construção das relações sociais no espaço. Além disso, aspectos arquitetônicos, como as janelas, o assoalho de madeira e as paredes brancas, contribuem para uma atmosfera de antiguidade, reforçando a sensação de que o tempo permaneceu estagnado naquele ambiente. Esses elementos não apenas ressaltam a importância do Casarão como patrimônio histórico, mas também evidenciam a necessidade de sua preservação como um elo

entre o passado e o presente, garantindo a continuidade da memória coletiva da comunidade.

Silmara relata ter assistido a uma reportagem sobre o interior do Casarão e manifesta seu apreço por objetos antigos: *"Gosto muito dessas coisas de antiguidade"*. Antonia, por sua vez, enfatiza a importância da preservação desses elementos como patrimônio histórico: *"Deve ser tombado, mas não derrubado, um patrimônio histórico."* Esses testemunhos dialogam com a reflexão de Italo Calvino, segundo a qual a memória é composta por símbolos e sinais repetidos, que asseguram a continuidade da história e da identidade coletiva.

As festas e eventos em torno do Casarão também desempenham um papel central na edificação da memória comunitária. Antonia relembra as novenas de Natal: *"Nós íamos lá quando tinha novena de Natal"*, enquanto Rosiane menciona as festas e quermesses locais: *"Nós vivíamos, estávamos em festas"*. Esses eventos funcionam como rituais de reafirmação identitária da comunidade, transformando o Casarão em um espaço de encontro e convivência, onde a memória cultural é constantemente renovada.

A relação do Casarão com o ambiente natural também se destaca como um elemento simbólico. Natália descreve a paisagem ao redor, ressaltando a presença de árvores antigas: *"Cheia daquelas barbas que dá assim à árvore muito velha..."* A articulação entre o Casarão e a natureza contribui para a construção da identidade espacial e afetiva, em consonância com a ideia de topofilia, de Yi-Fu Tuan, na qual o vínculo emocional com o lugar reforça a memória coletiva.

NATALIA: [...] Lá, tudo é muito antigo. Se você for lá, você vai ver árvores antiquíssimas, lá, cheias daquelas barbas que dá assim... árvore muito antiga. Então, tem, por exemplo, o pé de uva japonesa gigante lá, bem grande assim... Bem... dá uma nostalgia assim quando você vai lá, assim.

Em seu texto "Patrimônio cultural, entre o público e o privado", Ulpiano ressalta que o patrimônio não possui valor intrínseco, mas sim valor atribuído socialmente: "É preciso, pois, sublinhar que os valores são sempre atribuídos. Daí serem sempre historicamente marcados" (p. 189). Essa perspectiva crítica desloca o foco da análise do objeto em si para os processos sociais, simbólicos e afetivos que o tornam significativo para uma coletividade.

Nesse contexto, o monumento não é apenas uma construção de pedra, madeira ou concreto, mas um símbolo condensador de memórias, tradições e

interações sociais, como revela o depoimento de Natália sobre o Casarão da Fazenda Capocu: *"Isso daí tem que ficar ali para sempre. Ninguém deve tocar."* Essa afirmação não se refere apenas à preservação da estrutura física, mas à proteção de um vínculo emocional e identitário, sustentado pelas experiências individuais e coletivas da comunidade. Tal relação direta entre afeto e patrimônio reflete exatamente o que Meneses propõe: o bem patrimonial só se constitui como tal quando é reconhecido como portador de valor simbólico e cultural por um grupo social que o vive e o reivindica.

Essa leitura é intensificada quando se considera, como no exemplo das cidades imaginadas por Italo Calvino, que os espaços são moldados tanto por sua forma quanto pelas memórias e afetos que neles se projetam. Assim, o Casarão transcende sua materialidade arquitetônica e se torna um repositório vivo de memórias e significados culturais, articulando o passado ao presente e funcionando como um elo entre gerações. É nesse ponto que o pensamento de Meneses se afasta das classificações rígidas entre patrimônio material e imaterial, propondo uma abordagem mais fluida, em que a centralidade recai sobre a experiência social, o pertencimento e o uso simbólico dos bens culturais.

3.2 Silenciamento da memória pelo poder público: a ausência de políticas de preservação

As histórias de Antonia, Maria, Natália, Rosiane e Silmara, colhidas na Fazenda e em seus arredores, revelam um cenário preocupante de esquecimento e desvalorização do patrimônio cultural local. A ausência de políticas públicas voltadas à preservação desse patrimônio resulta na perda progressiva da memória coletiva, afetando diretamente a identidade e o sentimento de pertencimento dos moradores. A extinção de espaços simbólicos, como a antiga escolinha rural, o abandono de casarões históricos e o desaparecimento de elementos da paisagem, configura a perda de um legado cultural que, se não for preservado, enfraquece os laços que conectam a comunidade ao seu passado.

A afirmação de Antonia — *"Assim é, a paisagem mudou. Surgiram novas casas perto, então quando a gente olha para o Casarão agora tem outras... outras casas. Aqui era mais campo mesmo, acho"*. — sintetiza a transformação radical na percepção visual do entorno do Casarão. A introdução de novas habitações e a expansão da agricultura alteraram substancialmente a paisagem, instaurando um

processo de reconfiguração da memória coletiva atrelada a esse espaço. Essa dinâmica, como veremos, é recorrente em contextos de urbanização e modernização aceleradas.

Para além da dimensão material, a destruição do patrimônio cultural repercute diretamente na esfera afetiva dos moradores. Os depoimentos das entrevistadas evidenciam um vínculo profundo com os lugares e as histórias que neles se inscrevem. A lembrança dos momentos vividos na escolinha, das festas e comemorações no Casarão e a sensação de pertencimento a um espaço com história são elementos que integram a identidade individual e coletiva.

A destruição desses lugares e a consequente perda das memórias a eles associadas, por outro lado, geram um sentimento de deslocamento e desarraigamento. Paradoxalmente, esse apagamento fortalece os mesmos vínculos comunitários, à medida que reforça a necessidade de preservar e valorizar a memória compartilhada.

NATALIA: Pra mim, isso daí tem que ficar ali para sempre. Ninguém deve tocar, né? Porque isso aí é um marco da nossa cidade inteira, não é só daqui do bairro, né? Porque a casa tem mais de 100 anos. Ela é 1,5 m² dela é pedra embaixo, né? É uma casa que tem que ser preservada, né?

A ausência de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural compromete a continuidade dessa ligação, resultando no enfraquecimento do senso de pertencimento da comunidade. Como argumenta Candau (2011), a memória coletiva é essencial para a construção da identidade social, funcionando como um elo entre passado e futuro. O esquecimento gerado pela falta de iniciativas de preservação interrompe essa conexão, fragilizando os laços comunitários e dificultando a transmissão da memória.

Aleida Assmann (2011) complementa essa reflexão ao demonstrar que a preservação da memória cultural depende da existência de "espaços de gravação", como monumentos, documentos e locais históricos. Quando negligenciados, esses espaços transformam-se em "lacunas de memória", promovendo perdas irreversíveis para a história e a cultura locais.

No caso da Fazenda e arredores, as narrativas evidenciam que a transformação urbana, impulsionada por interesses econômicos, não apenas apaga referências culturais e históricas, mas também desconsidera a importância das pequenas narrativas que conferem profundidade à identidade da comunidade.

Conforme argumenta Gonçalves (2007), a valorização da história local, muitas vezes relegada ao plano da insignificância, é fundamental para preservar raízes e fortalecer a coesão social.

ROSIANE: Sim, porque não tem como não ver como uma ameaça, né? Porque, na verdade, é assim: tudo é por emoção, né? E a emoção é a partir das nossas vivências, das histórias que nós trazemos. Então, se para você não tem significado, aqui é tranquilo para você derrubar, né? Nós tivemos uma situação aqui no Bara muito triste. Nós tínhamos um Casarão lindo, fantástico, muito antigo, bem na esquina da Igreja Matriz com a saída para o Ganchinho. Era fantástico! A Dona Ermelinda, que inclusive empalhava animais, né? Cara, era uma coisa... Tinha não só a história do próprio Casarão, mas a própria história do que ela fazia, que era muito interessante. Mas, depois que a Dona Ermelinda morreu, como não foi declarado patrimônio, como nunca foi feito nada com relação a isso, quem comprou desmanchou. Hoje é uma revenda de carros. Então, isso pode acontecer sim, e é uma pena, porque seria a perda de um patrimônio que tem uma história muito grande. Eu não sei quantos anos tem aquele Casarão, mas ele já era um Casarão antigo na minha infância, e eu tenho 55... Não, não imagina, porque ele já era... Ele tinha... Porque nós tínhamos essa visão de uma casa fantasma. Era essa aí e uma outra que é bem quase na entrada de Mandirituba, quando você tá indo em direção a Mandirituba pela 116, do lado esquerdo. Hoje ele aparece como um hotel, alguma coisa assim, mas aquele lá também, para nós, era um Casarão fantasma, né? Porque ele era diferente, ele tinha... Assim, não existia um cuidado, tinha aquela coisa assim da aparência do antigo mesmo, né? Então, imagina: 200 anos... É uma situação de... de ter que ter a preservação. Se não... Não vai... Vão desmanchar a primeira. Pode ser que hoje, pelo olhar que se tem um pouquinho mais do cultural, do turístico... É... Se pense em fazer uma melhoria..., Mas veja: se você for usar para algo que você tem um movimento maior, você vai mexer, ter que mexer na estrutura e em um monte de coisa. Então, vai mudar, né? Vai mudar. Se não desmanchar totalmente, vão mudar às vezes as características. Então, não seria... Seria bem interessante que ele fosse tombado e que ele fosse um patrimônio mesmo, porque ele tem... Ele tem uma referência. Inclusive, as pessoas diziam: "Vai, passou o Casarão, né? Passou, né? Passou a casa fantasma", no caso, né? Casa fantasma. Você é o Casarão fantasma, você faz assim: "Vai para cá ou vai para lá". Entendi? Então, ele era inclusive uma referência de localização. Não tinha GPS, né?

Portanto, o silenciamento da memória não é apenas consequência da passagem do tempo, mas também resultado da ausência de políticas públicas efetivas de preservação. Medidas como tombamento, criação de espaços de memória, incentivo a recuperação de tradições locais e promoção da educação sobre o patrimônio histórico são essenciais para romper esse ciclo de apagamento. Sem essas iniciativas, o risco de que memórias valiosas se percam no esquecimento torna-se uma realidade iminente, comprometendo não apenas o passado, mas também a construção de um futuro coletivo sólido e coeso. A relação intrínseca entre patrimônio,

memória coletiva e identidade exige uma atuação responsável do poder público, garantindo que a história viva continue a fortalecer as próximas gerações.

No contexto da Fazenda e seus arredores, as narrativas evidenciam que a transformação urbana, impulsionada por interesses econômicos, não apenas apaga referências culturais e históricas, mas também desconsidera a importância das pequenas histórias que enriquecem a identidade da comunidade. Como salienta Gonçalves (2007), o reconhecimento da história local, frequentemente subestimada, é fundamental para a preservação das raízes e o fortalecimento da coesão social.

A ausência de projetos voltados à proteção do patrimônio cultural prejudica significativamente a identidade coletiva e o sentimento de pertencimento das comunidades locais. No caso específico do Casarão, esse impacto se intensifica devido à sua importância como patrimônio histórico e símbolo da memória coletiva da localidade. Para além de sua materialidade, o Casarão constitui um elemento central no entrelaçamento da memória individual com a memória social, reafirmando sua relevância não apenas como vestígio do passado, mas como parte viva da identidade cultural da comunidade.

LUCELI: Agora, não sei como é que é o nome dele, mas são os únicos da família, né? Mas como seria interessante se isso fosse um patrimônio tombado, sabe? Porque eu não sei, deve ter alguns outros casarões antigos também... E esse Casarão ali é uma coisa espetacular. Deve ter muita história para contar aquilo ali. Nossa, muita história mesmo, né? Inclusive, acho que tem um vídeo da Dona Mariquinha falando do aniversário da fazenda, sabia? Se procurar, ela deve contar muita coisa ali naquele vídeo, falando... porque é tipo dos primeiros moradores, etc., né? Mas seria interessante se a prefeitura local pensasse em um projeto desse, de tombamento, uma coisa legal assim, para permanecer ali, né? Mas aí teria que conversar com os familiares, ver com eles a possibilidade, né?

Rosiane afirma que o pertencimento é uma condição essencial para que os sujeitos possam exercer um papel ativo na defesa do território. Suas memórias configuram o Casarão como um espaço impregnado de histórias pessoais e significados afetivos, reforçando seu papel como um marco identitário. Contudo, a ausência de registros e de uma sistemática de documentação histórica favorece a deterioração do vínculo entre os moradores e suas raízes culturais, desarticulando o sentido de responsabilidade e pertencimento.

Silmara, por sua vez, chama a atenção para a vulnerabilidade intergeracional do patrimônio ao afirmar que as novas gerações não assumem a proteção do

patrimônio com o mesmo comprometimento das anteriores. Essa descontinuidade reflete a ausência de mecanismos formais de defesa, como leis que garantam o tombamento e a proteção de bens históricos como o Casarão, que pode estar ameaçado por demolições motivadas pela especulação imobiliária e interesses comerciais.

O contexto atual evidencia a urgência de intervenções públicas, educativas e legislativas que assegurem a proteção do patrimônio cultural. Políticas restritivas de tombamento e a estruturação de museus locais poderiam transformar espaços como o Casarão da Fazenda em centros culturais relevantes para a região, não apenas preservando a história local, mas também promovendo a construção da identidade das gerações futuras. Paralelamente, iniciativas educacionais desempenham um papel fundamental ao ensinar desde a infância a importância do vínculo afetivo com os espaços de pertencimento.

A destruição do patrimônio cultural não representa apenas a perda arquitetônica, mas também o esvaziamento da narrativa social que conecta passado e presente. Como explica Rosiane, *"a memória afetiva, quando feita através da repetição e da emoção, permanece no imaginário coletivo"*. Dessa forma, a ausência do sentimento de pertencimento pode levar não apenas à omissão, mas também à destruição não só do patrimônio material, mas, sobretudo, daquilo que ele simboliza e carrega em termos de referências culturais.

Tornar o Casarão da Fazenda um exemplo emblemático reforça, portanto, a urgência de políticas de preservação e o poder transformador do reconhecimento da memória como parte da identidade coletiva. Sem ações efetivas para a proteção desses marcos, não se perdem apenas as estruturas físicas, mas também os elos identitários e culturais que sustentam a comunidade.

Além disso, a ausência de tombamento e de outras formas de proteção legal coloca os patrimônios históricos em uma situação de vulnerabilidade contínua, especialmente diante da expansão urbana e da industrialização. Silmara adverte que, sem regulamentação, uma empresa ou outro interesse econômico pode destruir patrimônios como o Casarão, revelando como, frequentemente, o crescimento urbano se sobrepõe ao valor histórico e cultural. Essa ameaça não é uma possibilidade distante: Rosiane menciona a demolição de um Casarão histórico no bairro Umbará para a instalação de uma revenda de carros, evidenciando as consequências da falta de reconhecimento legal desses espaços.

ROSIANE: ...como não foi declarado o patrimônio, como nunca foi feito nada com relação a isso, quem comprou desmanchou e hoje é uma revenda de carros...Então isso pode acontecer sim e é uma pena porque seria a perda de um patrimônio, que tem uma história muito grande,

A crescente industrialização das áreas adjacentes ao Casarão da Fazenda Capocu reflete essa tendência de transformação acelerada. O adensamento urbano descontrolado e a busca incessante pelo aproveitamento econômico ameaçam a integridade dos patrimônios locais, especialmente daqueles que não foram efetivamente protegidos. Como assinala Natália, recuperar o Casarão é essencial para preservar a memória coletiva e fortalecer o vínculo identitário da comunidade com sua história.

Quando o poder público ignora seus espaços historicamente significativos, esse desinteresse gera repercussões profundas na memória coletiva e na transmissão da história local para as futuras gerações. Rosiane observa que a história perde sua existência sem a narração cuidadosa e envolvente; para ela, sem essas histórias, a probabilidade de os mais jovens compreenderem a importância do Casarão e de outros patrimônios como marcas de identidade local torna-se muito pequena.

Essa perda simbólica é seguida pela perda estrutural. Silmara menciona que a destruição das antigas casas do bairro Umbará não representa apenas o desaparecimento de espaços físicos, mas também a extinção de histórias que deveriam ser narradas e preservadas. Locais como o Casarão não são apenas construções, mas convites a narrativas que ecoam do passado e servem de base para a construção do presente. Além disso, Natália reforça que a preservação do Casarão deve ser entendida como parte fundamental do fortalecimento da identidade cultural da cidade. Marcos históricos não são apenas símbolos, mas também fontes de inspiração que conectam as comunidades ao seu passado.

Tornar o Casarão um exemplo emblemático reforça, portanto, a urgência de políticas de preservação e o poder transformador do reconhecimento da memória como parte da identidade coletiva. Sem ações efetivas para proteger esses marcos, não se perdem apenas as estruturas físicas, mas também os elos identitários e culturais que sustentam uma comunidade.

Além disso, a falta de tombamento e de outras formas de proteção legal coloca os patrimônios históricos em uma situação de vulnerabilidade contínua, especialmente diante da expansão urbana e da industrialização. Como alerta Silmara: *"E você sabe... essa geração que tá lá ainda está preservando, mas a geração que vem é capaz de*

vender para uma indústria e se perdeu, [...] os mais novos não têm mais isso de preservar, né?" Essa ameaça não é uma possibilidade distante.

A paisagem ao redor do Casarão também reflete essa transformação acelerada. Antonia observa: *"A paisagem mudou. Porque surgiram novas casas perto, então quando a gente olha para o Casarão agora tem outras... outras casas. Aqui era mais campo mesmo."* Essa mudança não apenas altera a visão do entorno, mas também afeta a conexão emocional da comunidade com o local, reforçando a necessidade de políticas que protejam esses espaços históricos.

3.3 Memória coletiva de salvaguarda: comunidade como guardiã da história

O papel da memória coletiva na construção da identidade das comunidades é fundamental e se manifesta de diversas formas, seja por meio da oralidade, dos objetos materiais ou dos eventos culturais. Esses elementos desempenham um papel essencial na transmissão de histórias e valores que entrelaçam as gerações, fortalecendo os laços sociais e culturais. No caso do Casarão da Fazenda Capocu, tais expressões de memória não apenas reconstituem o passado, mas também reafirmam a importância desse patrimônio como um marco identitário para a região, especialmente diante da inexistência de políticas formais de proteção.

As narrativas orais têm se revelado um dos principais vetores para a preservação simbólica do Casarão. Ao compartilhar histórias vividas e carregar consigo a memória afetiva, os moradores transformam experiências individuais cotidianas em parte do imaginário coletivo. Rosiane destaca que contar essas histórias com emoção e significado é essencial para enraizar as novas gerações, permitindo que compreendam e valorizem esse espaço não apenas como uma construção histórica, mas como um símbolo cultural e de pertencimento.

De acordo com Maria Célia Teixeira M. Santos, "o simples ato de preservar — isoladamente, descontextualizado e sem objetivo de uso — significa um ato de indiferença" (SANTOS, 1994, p. 68). Essa reflexão reforça a ideia de que a preservação do patrimônio vai além da conservação material; é necessário que esses espaços permaneçam vivos na memória e no cotidiano das comunidades para que continuem a exercer seu papel simbólico e identitário.

ANTONIA: Eu não sei... eu ouvi, eu ouvi... eu não sei se... não, nada, nada oficial. Mas a gente ouvia na conversa de que... que aquele Casarão nunca vai

ser derrubado, que ele vai ser preservado. E agora, que todos... todos os membros da família...

Os objetos desempenham um papel semelhante, contribuindo para manter viva a história local. Ferramentas, utensílios e outras relíquias concretizam o cotidiano de gerações passadas, conectando os moradores de hoje a um tempo em que o Casarão era o centro das atividades sociais e econômicas. Ao se transformarem em referências físicas e materiais, esses objetos tornam-se expressões concretas do cotidiano, enriquecendo e ampliando a compreensão sobre os costumes e dinâmicas do período em questão. Silmara reflete sobre a relevância desses bens materiais para a preservação dos laços culturais que sustentam a identidade coletiva da comunidade.

Da mesma forma, eventos comunitários, como festas tradicionais e rituais religiosos, desempenham um papel significativo. São nesses momentos que ocorrem as interações intergeracionais, permitindo a troca e a renovação de histórias e experiências de vida. Silmara destaca que essas celebrações ajudam a fortalecer a afetividade e os vínculos culturais dos moradores com o Casarão, fazendo desse espaço não apenas um ponto de referência geográfica, mas um elemento essencial da identidade regional. Essas relações cotidianas e celebrações desempenham um papel crucial na preservação da memória coletiva, especialmente diante da ausência de tombamento formal ou de políticas patrimoniais mais efetivas.

A fotografia, por sua vez, é fundamental, pois cristaliza momentos no tempo e conecta as gerações contemporâneas às anteriores. As imagens do passado funcionam como portais para outras épocas, recuperando não apenas cenas e personagens, mas também os sentimentos e narrativas que evocam. Dessa maneira, a fotografia amplia a compreensão do valor histórico e cultural de espaços como o Casarão.

A preservação do patrimônio cultural é uma demanda urgente que atravessa diferentes contextos municipais, como exemplificado no município e no bairro do Umbará. No caso de Fazenda Rio Grande, durante a gestão do prefeito Antônio Wandscheer (PPS, atual Cidadania), foi discutida a Lei nº 112/2002, apresentada pelo então vereador Elói Kuhn (PDT). A proposta visava instituir o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, criar o Fundo de Patrimônio Cultural e iniciar um processo de valorização da memória histórica da cidade — desde os primeiros habitantes e colonizadores até os pioneiros que se estabeleceram na região. Apesar de aprovada sem ressalvas, a lei nunca foi efetivamente implementada. Mesmo após uma

reformulação em 2022 (Lei Nº 1.700/2023 de 23 de junho de 2023) que buscava atualizar seus dispositivos conforme as necessidades locais, sua aplicação prática ainda não ocorreu. Como resultado, a comunidade e os educadores continuam enfrentando a escassez de materiais adequados para trabalhar a história regional com as novas gerações.

Essa falta de efetivação de políticas de preservação reflete um problema mais amplo, também identificado no bairro do Umbará, onde a ausência de legislação específica expõe construções históricas — como antigos casarões — a transformações irreversíveis. Como observa Silmara, muitos desses patrimônios foram perdidos devido à priorização de interesses comerciais em detrimento da memória coletiva. Rosiane, por sua vez, aponta que a demolição de imóveis antigos para dar lugar a empreendimentos modernos evidencia um descaso sistemático com a história local. Esses relatos reforçam a necessidade urgente de se articular políticas públicas eficazes com práticas cotidianas de salvaguarda, a fim de evitar o apagamento de narrativas identitárias importantes para a construção da memória coletiva das comunidades.

Preservar espaços como o Casarão não se trata apenas de proteger estruturas físicas, mas também de reconhecer os laços afetivos da comunidade com o local, compreendendo a história como uma narrativa em movimento, transmitida às gerações futuras. Nesse sentido, a conjugação entre memória afetiva e um urbanismo mais sensível às dimensões culturais e históricas torna-se essencial para salvaguardar não apenas os bens materiais, mas também o tecido simbólico que sustenta a identidade cultural das comunidades.

Como destaca Márcia de Almeida Gonçalves, "a história local é um campo privilegiado para a investigação do traçado e da configuração das relações de poder entre grupos, instituições e indivíduos e, por conseguinte, dos processos voláteis da sedimentação das identidades sociais" (GONÇALVES, 2005, p. 185).

LUCELI: Sim, eu converso muito, a gente conversa muito com a Vilce, que é a sobrinha deles, né? Com ela, a gente sempre tem contato, sempre conversa bastante com ela. Inclusive, nós demos a ideia para eles. Falei: "Vilce, esse Casarão aqui, se vocês alugassem ele para um café colonial, para alguém que quisesse usar assim, fazer um restaurante, café colonial, etc., né? Fica uma coisa bem legal aqui". Mas ela disse que ele não tem interesse nisso, eles preferem deixar do jeitinho que tá, quer, sabe? Então, parece que tem... Tem uma família amiga deles, parece que tem gente morando lá no Casarão. Depois que a dona Mariquinha faleceu, eu não estive mais lá, não fui mais lá.

Eu só converso com a Vilce, né? Na casa da Vilce a gente sempre vai, faz visita, vai lá comprar o mel deles, alguma coisinha assim.

A participação efetiva da comunidade, gerida por instâncias formais, poderia garantir que o Casarão e outros espaços similares permanecessem como patrimônios de significado inestimável. Por meio de narrativas, trocas intergeracionais e manifestações culturais, a memória coletiva confere valor a esses lugares, reafirmando seu papel na construção e preservação das identidades culturais. Como destaca Luceli: *"Esse Casarão ali é uma coisa espetacular. Deve ter muita história para contar."* Essa riqueza de histórias e memórias só pode ser mantida viva através do engajamento da comunidade, que conhece e valoriza a importância desses espaços.

A experiência de Maria ao visitar o Casarão e relembrar os momentos compartilhados com seus antigos moradores reforça o papel da memória afetiva na preservação do patrimônio. Ela comenta: *"A gente era boa e gostoso quieto lá, né? Acabou aquela animação que tinha, mas era muito bom ir lá"*. Seu relato ilustra como o Casarão não é apenas uma estrutura física, mas um espaço carregado de histórias pessoais e coletivas que precisam ser preservadas e transmitidas às futuras gerações.

Além disso, a preocupação de Rosiane com a perda de outros casarões históricos no bairro Umbará serve como um alerta para a necessidade de ações concretas. Esse exemplo trágico reforça a urgência de políticas de preservação e a importância da mobilização comunitária para evitar que o mesmo destino recaia sobre o Casarão da Fazenda Capocu.

A visão de Natália sobre o Casarão como um marco histórico também ressalta a necessidade do envolvimento da comunidade em sua preservação. Ela afirma: *"Pra mim, isso daí tem que ficar ali para sempre. Ninguém deve tocar, né? Porque isso aí é um marco da nossa cidade inteira, não é só daqui do bairro, né?"* Sua fala reflete o sentimento compartilhado por muitos moradores, que enxergam no Casarão não apenas um símbolo do passado, mas uma parte essencial da identidade coletiva, que deve ser protegida e valorizada.

Portanto, a preservação do Casarão e de outros espaços históricos depende não apenas de políticas públicas, mas também do engajamento ativo da comunidade. Como sugere Silmara: *"Se existisse uma política, né? Para isso, poderia fazer um museu contando a história da Fazenda ali, né?"* A ideia de transformar o Casarão em um espaço cultural e educativo, onde as histórias e memórias da comunidade possam

ser compartilhadas, exemplifica como a participação comunitária pode garantir a preservação do patrimônio.

Somente através da união entre políticas públicas e a ação coletiva da comunidade será possível proteger os espaços históricos, garantindo que continuem a inspirar e a unir as gerações presentes e futuras. A memória coletiva, alimentada por narrativas, trocas intergeracionais e manifestações culturais, mantém viva a essência desses lugares, transformando-os em pilares da identidade e do pertencimento comunitário. Afinal, como bem expressa Rosiane: "*Sem sentir, não tem significado.*" Sem a emoção e o sentimento de pertencimento, os espaços históricos perdem seu valor simbólico e se tornam meras estruturas esquecidas pelo tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória afetiva é um elemento central na construção da identidade dos moradores de Fazenda Rio Grande, especialmente em relação ao Casarão da Fazenda Capocu. Esse patrimônio transcende sua estrutura física, representando um espaço carregado de histórias pessoais e coletivas, onde se vivem sentimentos de nostalgia, orgulho e pertencimento.

Para muitos moradores, como Maria, o Casarão é um repositório de lembranças e histórias que emergem do cotidiano, tornando-se um símbolo vivo da comunidade. As experiências compartilhadas, como festas, encontros e visitas, estreitaram as relações entre os moradores ao longo das gerações. Antonia, por exemplo, sempre fez questão de mostrar o local a amigos e familiares, relatando tradições e memórias do cotidiano. Esse laço coletivo se expressa na necessidade de preservar o Casarão como patrimônio comum.

Esse papel fundamental do Casarão na identidade dos moradores de Fazenda Rio Grande não apenas preserva o passado, mas também o torna significativo no presente, reforçando o sentimento de pertencimento e a identidade coletiva. As experiências, sentimentos e emoções associados ao local transformam o Casarão em um espaço simbólico, onde histórias pessoais e comunitárias se entrelaçam, criando uma narrativa compartilhada que define quem são os moradores e qual é o seu lugar no mundo.

As vivências no Casarão, como festas, encontros e celebrações, são marcadas por emoções que se repetem ao longo do tempo, consolidando-se na memória coletiva. Essas experiências não são apenas recordações individuais, mas um patrimônio emocional que une a comunidade. Essa repetição de vivências e sentimentos cria um vínculo profundo com o local, transformando-o em um ponto de referência afetiva e cultural.

O Casarão da Fazenda Capocu se estabeleceu como um “lugar de memória” para a comunidade, um conceito que vai além da mera preservação física. Ele é um espaço onde o passado é constantemente evocado e reatualizado, permitindo que as gerações mais novas se conectem com as experiências das mais antigas. As histórias contadas pelos moradores mais velhos, por exemplo, ativam memórias de um tempo em que o lugar era o centro das atividades sociais e econômicas da região. Essas

narrativas não apenas preservam o passado, mas também o tornam relevante para o presente, criando uma ponte entre as gerações.

O edifício também funciona como um espaço de ressignificação, onde tradições são mantidas e adaptadas às necessidades contemporâneas. Eventos comunitários, como as novenas de Natal mencionadas por Antonia, são exemplos de como o passado é reatualizado. Essas celebrações não apenas preservam rituais antigos, mas também os reinventam, fortalecendo os laços comunitários e reforçando o sentimento de pertencimento.

A Fazenda promove conexões entre a comunidade ao servir como um ponto de encontro onde histórias individuais se entrelaçam com as coletivas. Essa interação entre o pessoal e o comunitário cria uma identidade coletiva que é maior do que a soma das partes. O orgulho de pertencer a uma comunidade com uma história rica e compartilhada é um dos pilares dessa identidade.

Além disso, o Casarão funciona como um símbolo de resistência e continuidade. Em um contexto de urbanização e mudanças sociais, ele representa a permanência de valores e tradições essenciais para a coesão da comunidade. A luta pela preservação não é apenas uma batalha por um edifício, mas pela manutenção de uma identidade profundamente enraizada na memória dos moradores.

No entanto, a urbanização acelerada, o crescimento demográfico e a expansão imobiliária representam desafios significativos para a preservação da memória e da identidade local em Fazenda Rio Grande, especialmente em relação ao lugar. Esses processos, embora muitas vezes associados ao desenvolvimento econômico e social, tendem a fragmentar o espaço urbano, descaracterizar áreas históricas e apagar referências culturais fundamentais para a identidade coletiva.

A pressão imobiliária, por exemplo, frequentemente prioriza o lucro em detrimento da preservação do patrimônio cultural. O deslocamento de áreas históricas para a construção de novos empreendimentos não apenas altera a paisagem, mas também desconecta a comunidade de suas raízes. A perda de espaços simbólicos, como o Casarão, pode levar ao enfraquecimento da memória coletiva, uma vez que esses locais funcionam como âncoras emocionais e culturais para os moradores. Como observado no texto, a fragmentação do espaço e a perda de referências culturais separam a Fazenda Capocu de seu contexto original, comprometendo a integridade física e simbólica do patrimônio.

O crescimento populacional e a urbanização desordenada podem levar à deterioração do patrimônio histórico devido à falta de planejamento e à insuficiência de políticas públicas eficazes. A ausência de uma gestão integrada, que considere a preservação cultural como parte do desenvolvimento urbano, resulta na negligência de espaços, que acabam sendo vistos como obstáculos ao progresso, em vez de elementos essenciais para a identidade e coesão social.

Diante desses desafios, a pesquisa histórica emerge como uma ferramenta fundamental para a salvaguarda da memória das comunidades locais. Através da coleta de narrativas orais, da documentação de fontes históricas e da análise de registros cartográficos, a pesquisa permite reconstruir a trajetória de espaços, revivendo histórias que correm o risco de ser esquecidas.

A narrativa oral, em particular, desempenha um papel crucial nesse processo. As histórias contadas pelos moradores mais velhos não apenas preservam memórias individuais, mas também revelam aspectos do cotidiano e eventos históricos que muitas vezes não estão documentados em fontes oficiais. Essas narrativas enriquecem a compreensão do patrimônio, trazendo à tona detalhes e sutilezas que dão vida à história local.

Além disso, a pesquisa histórica fornece subsídios para a formulação de políticas públicas de preservação. Ao mapear a evolução do espaço e identificar seus valores culturais e simbólicos, os pesquisadores podem contribuir para a criação de estratégias de conservação que integrem o patrimônio ao desenvolvimento urbano. A documentação histórica e cartográfica, por exemplo, pode embasar a delimitação de zonas de proteção e a implementação de incentivos fiscais para a preservação de imóveis históricos.

A pesquisa também é essencial para a educação patrimonial, que desempenha um papel central na conscientização da comunidade sobre a importância do patrimônio cultural. Ao incluir a história da Fazenda Capocu no currículo escolar e promover atividades como visitas guiadas, oficinas e exposições, a pesquisa histórica ajuda a aproximar as novas gerações de suas raízes, fortalecendo o vínculo com o patrimônio.

A tecnologia, aliada à pesquisa, amplia ainda mais o alcance dessas iniciativas. Ferramentas como digitalização 3D, realidade virtual e plataformas digitais permitem documentar e divulgar o patrimônio de maneira inovadora, criando experiências

imersivas que engajam a comunidade e sensibilizam o público para a importância da preservação.

À luz do pensamento de Meneses, o patrimônio cultural não pode ser compreendido apenas a partir de suas características materiais, mas deve ser analisado como um campo de produção de sentidos construído nas redes de interação social. Nesse sentido, a Fazenda Capocu — especialmente representada pelo Casarão — deve ser compreendida como um patrimônio simbólico e relacional, no qual os valores culturais são atribuídos pela comunidade a partir das experiências compartilhadas e das práticas sociais cotidianas.

O conceito de patrimônio proposto por Ulpiano destaca que os bens culturais não possuem valor intrínseco, mas são investidos de significados pelos grupos sociais que com eles interagem. Assim, o Casarão transcende sua materialidade e se torna um vetor de sociabilidade, memória e identidade, operando como espaço simbólico onde se constroem e se atualizam os vínculos coletivos da comunidade de Fazenda Rio Grande.

A categorização da Fazenda Capocu, portanto, se alinha ao que Ulpiano classifica como um bem cultural inserido na esfera pública das formas de sociabilidade — ainda que a propriedade possa ser privada — pois sua significação social é construída coletivamente, em processos dinâmicos de rememoração, pertencimento e resistência frente às pressões da urbanização e da homogeneização cultural. Trata-se de um patrimônio vivo, cujos sentidos são continuamente reconstruídos pela comunidade, e cuja importância reside justamente na sua capacidade de articular memória, espaço e identidade de forma sensível e histórica.

Em síntese, a urbanização e a expansão imobiliária representam ameaças concretas à memória e à identidade local, mas a pesquisa histórica surge como uma ferramenta poderosa para enfrentar esses desafios. Ao resgatar e documentar as memórias associadas à Fazenda Capocu, a pesquisa não apenas preserva o passado, mas também o torna relevante para o presente e o futuro. Ela fornece os subsídios necessários para a formulação de políticas de preservação e gestão integrada, além de fortalecer o vínculo da comunidade com seu patrimônio.

A integração entre pesquisa, educação patrimonial e participação comunitária é essencial para garantir que o Casarão continue a ser um símbolo vivo da memória e da identidade de Fazenda Rio Grande. Somente através de uma abordagem multidisciplinar e colaborativa será possível conciliar o desenvolvimento urbano com

a preservação do patrimônio cultural, assegurando que as futuras gerações possam se reconhecer nessa história e defender seu legado.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Resumo dos registros de terras possuídas no município de São José dos Pinhais, feitos durante o ano de 1855**. Documento nº BR PRAPPR PB001 RTP109.07. Disponível para download em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Pesquisa-por-Itens-Documentais-Docume>. Acesso em: 11 ago. 2024.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**. Trad. Fábio Sombra. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. 1832. In: **BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CURITIBA**. Cargos: juiz ordinário e vereador, vol. XXXIII, ano 1789; guarda-mor e almotacé, vol. XXXIV, 1791; presidente da câmara, vol. XXXV, 1796; tenente quartel, vol. XXXVII, 1806.

BARBOSA, Adelar; ZONTA, Emilene Cristina. **Fazenda Rio Grande: 300 anos**. 1. Ed. Curitiba: [S. N.], 2000. 2-22 P. V. 1.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. **Particularidades familiares: a trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX. 2009**. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, E.; NASCIMENTO, L. F. História digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, v. 33, n. 69, p. 196–219, 2020.

BURKE, Peter. A história como memória social. In: BURKE, Peter. **O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica**. Lisboa: Difel, 1992.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: Biblioteca O Globo, 2003.

CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 21-31, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2007.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO. **Carta de Cracóvia 2000: princípios para a conservação e o restauro do património construído**. Cracóvia, 2000.

DUARTE, Cristiane Rose; UGLIONE, Paula. A memória coletiva e as transformações do espaço urbano nas cidades latino-americanas. In: SEMINÁRIO DE ARQUITECTURA LATINOAMERICANA, 11., 2005, Cidade do México. **Anais [...]**. Cidade do México: [s.n.], 2005.

EQUIPE DO PROGRAMA RIO NEGRO DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Baniwa. Povos Indígenas no Brasil – PIB Socioambiental**, publicado originalmente em set. 2002; última modificação em 23 jan. 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Baniwa#Fontes_de_informa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1994.

FONSECA, Selva Guimarães. O estudo da história local e a construção de identidades. In: FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papyrus, 2003. p. 151-168. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> . Acesso em: 14 abr. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Edital completo. **Periódico Oficial**, Rio de Janeiro, n. 240, 1916. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/388653/per388653_1916_00240.pdf . Acesso em: 14 abr. 2023.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: Albin Michel, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

ICOMOS. **Carta Internacional sobre Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza)**. 1964. Acesso em: 6 de novembro de 2024.

ICOMOS. **Carta de Cracóvia: Princípios para Conservação do Patrimônio Construído**. 2000. Acesso em: 6 de novembro de 2024.

ICOMOS. **Carta do Zimbábue: Princípios para Conservação de Estruturas Patrimoniais**. 2003. Acesso em: 6 de novembro de 2024.

ICOMOS. **Declaração de Nova Deli sobre Patrimônio e Democracia**. 2017. Acesso em: 6 de novembro de 2024.

ICOMOS. **Princípios para análise, conservação e restauro de elementos estruturais do patrimônio arquitetônico**. Victoria Falls, 2003. Disponível

em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/46%20Princípios%20conservação%20estruturas%20-%20ICOMOS%202003.pdf>. Acesso em: 6 de novembro de 2024.

ICOMOS-IFLA. **Princípios sobre as paisagens rurais como património**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2020/2017%20carta%20ICOMOS-IFLA%20sobre%20paisagens%20rurais.pdf>. Acesso em: 6 de novembro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Histórico. Cidades IBGE**, [s.d.]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/fazenda-rio-grande/historico>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

JORGENSEN, B. S.; STEDMAN, R. C. Sense of place as an attitude: Lakeshore owners' attitudes toward their properties. **Journal of Environmental Psychology**, v. 21, p. 233-248, 2001.

JORNAL CORREIO PAULISTANO. Pensamento e arte. **Correio Paulistano**, São Paulo, edição 050, 1953, p. 4.

LAGE, M. Os softwares tipo CAQDAS e a sua contribuição para a pesquisa qualitativa em educação. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 12, n. 2, p. 42–58, 2011.

LEÃO, Ermelino de. **Dicionário histórico e geográfico do Paraná**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1994. v. 1.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LEWICKA, Maria. Place attachment: How far have we come in the last 40 years? **Journal of Environmental Psychology**, v. 31, p. 207-230, 2011.

LOSE, A. D. et al. Transkribus: uma ferramenta de paleografia digital mediando pesquisas em fontes inquisitoriais. **Labor Histórico**, 2024.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; MORAES, Vanda de (org.). **A construção de políticas patrimoniais em cidades novas**. Londrina: EdUniFil, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A população do Brasil em perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

MARTINS, Maria Helena Pires. **Preservando o patrimônio e construindo a identidade**. São Paulo: Moderna, 2001. (Coleção Aprendendo a Com-viver).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9–24, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11–36, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2005, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Brasília: IPHAN, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA, 1990. **Anais [...]**. Brasília: MinC, 1990.

MENEZES, Marluci; TAVARES, Martha L. (2008) – The safeguard and rehabilitation of the city image for the conservation of the urban landscape - A multidisciplinary perspective. **Proceedings of Eurau'08** - European Symposium on Research in Architecture and Urban Design Madrid: Superior Technical School of Architecture of the Technical University of Madrid.

MENEZES, Marluci; TAVARES, Martha L. (2008) – Social and Sustainable development of the architectural heritage. **Proceedings 1º Historical Mortars Conference**. Lisboa: LNEC.

MOURA, Rosa; BALISKI, Patrícia; SILVA, Madianita Nunes da; GORSDF, Leandro. Censo 2022: crescimento periférico, expansão da metrópole e diversidade na Região Metropolitana de Curitiba. **Observatório das Metrôpoles**, 28 set. 2023. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/censo-2022-crescimento-periferico-expansao-da-metropole-e-diversidade-na-regiao-metropolitana-de-curitiba/> . Acesso em: 27 mar. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORA, Pierre. Les lieux de mémoire, ou Comment ils m'ont échappé. In: NORA, Pierre. **Présent, nation, mémoire**. Paris: Gallimard, 2011. p. 400-404.

O REPÓRTER. Ano II, Edição 48, 19 a 25 abr. 2011.

O REPÓRTER. Ano IV, Edição 129, 25 a 31 jan. 2013.

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961. (Documentos Brasileiros, 110).

ORTIZ, Renato. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. 2. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **A arte da escuta**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PREVODILAC. **Prevodilac Latinski-Portugalski**. Prevodilac (ePrevodilac.com), [s.d.]. Disponível em: <https://po.eprevodilac.com/prevodilac-latinski-portugalski> Acesso em: 13 out. 2024.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. 1858, tomo 21. Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/11619 Acesso em: 13 de out. 2024

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 3, n. 3, p. 76-88, 1994.

SENRA, Nelson de Castro. **A coordenação estatística nacional: o equilíbrio entre o desejável e o possível**. 1993.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: EDUEL, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. **Relatório final das etapas 1 e 2 do Projeto para constatação e resgate do patrimônio arqueológico na área do Eixo Metropolitano de Transporte da cidade de Curitiba (Linha Verde)**. Curitiba: UFPR, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Império. Povos Indígenas do RN – UFRN**, [s.d.]. Disponível em: <<https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/imperio.html>>. Acesso em: 28 mai. 2024. Link consultado na elaboração da dissertação, indisponível em maio/2025.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: UEP., 2010.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

APÊNDICE A - FONTES

ORAIS

ANTONIA. Entrevista presencial cedida em sua residência, em Fazenda Rio Grande, Paraná. 3 de maio de 2024. Disponível em: [Antonia - 3 de maio de 2024](#)

Homenagem a Alcídio Ferreira Claudino. Programa Nossa Cidade. Publicado em 18 de dezembro de 2019. Disponível em: [Alcidio - 2008](#)

LUCELI. Entrevista online realizada em Fazenda Rio Grande, Paraná. 13 de agosto de 2024. Disponível em: [Luceli - 13 de agosto de 2024](#)

MARIA. Entrevista presencial cedida em sua residência, em Fazenda Rio Grande, Paraná. 3 de maio de 2024. Disponível em: [Maria - 3 de maio de 2024](#)

NATÁLIA. Entrevista presencial cedida em sua residência, em Fazenda Rio Grande, Paraná. 3 de maio de 2024. Disponível em: [Natalia - 3 de maio de 2024](#).

ROSIANE. Entrevista online realizada em Fazenda Rio Grande, Paraná. 12 de agosto de 2024. Disponível em: [Rosiane - 12 de agosto de 2024](#)

SILMARA. Entrevista online realizada em Fazenda Rio Grande, Paraná. 14 de agosto de 2024. Disponível em: [Silmara - 14 de agosto](#)

Disponíveis em: [A Fazenda das Três Cidades - Relatos Oraís](#)

FOTOGRAFICAS

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Plano de Preservação do Acervo Cultural da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)*. Curitiba: IPARDES, 1977.

SOFTWARES

OLD MAPS ONLINE. *OldMapsOnline*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.oldmapsonline.org>. Acesso em: 9 ago. 2023.

PINPOINT. *Pinpoint: versão 2.0*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://journaliststudio.google.com/> Acesso em: 16 jun. 2024.

QGIS DEVELOPMENT TEAM. QGIS: versão 3.22. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://qgis.org>. Acesso em: 22 out. 2023.

READ COOP. *Transkribus*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.transkribus.org>. Acesso em: 4 maio 2022.

TRANSCRIPTOR. *Transkriptor*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://transkriptor.com>. Acesso em: 11 out. 2022.

ANEXO A – CENSO 1872 DA PAROCHIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAES

SEXOS		Condições		Estados civis		Raças		População em relação á nacionalidade brasileira													Das Raças			
								Brasileiros adoptivos																
								Estrang. naturalizados																
								Amazonas																
								Pará																
								Maranhão																
								Piauhv																
								Ceará																
								Rio Gr. do Norte																
								Parahyba																
								Pernambuco																
								Alagoas																
								Sergipe																
								Bahia																
								Espírito Santo																
								Rio de Janeiro																
								S. Paulo																
								Paraná																
								Santa Catharina																
								Rio Gr. do Sul																
								Minas Geraes																
								Goyaz																
								Matto Grosso																
								Branços																
								Pardos																
								Pretos																
								Caboclos																

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Da fazenda à cidade: relações entre memória, afetividade e patrimônio na fazenda Capocu

Pesquisadora: Analine Maquea Cardeal

Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Prezado(a) Senhor(a),

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar de um estudo de pesquisa. Antes de tomar uma decisão sobre sua participação, é importante que compreenda o propósito do estudo, o que ele envolverá e quaisquer riscos ou benefícios potenciais. Pedimos que dedique um tempo para ler atentamente este formulário e fazer quaisquer perguntas que possa ter:

Objetivo do Estudo: O presente projeto visa analisar como a antiga sede da Fazenda Capocu, em Fazenda Rio Grande - Paraná, representa um ponto de memória e afetividade do campo no desenvolvimento da cidade. Por meio da compreensão dos relatos de moradores locais, analisar as relações de memória e afeto com a patrimonialização do local.

Procedimentos: Se você concordar em participar deste estudo, será realizado uma breve entrevista sobre a sua relação com a Fazenda, assim como algumas perguntas que podem envolver emoções e memórias com o local.

Duração: O estudo levará aproximadamente 1 ano para ser concluído.

Riscos e Desconfortos: É possível que mencionar nomes de terceiros ou a narração de eventos passados causem desconfortos, inseguranças ou preocupações. Por conta disso, os participantes não são obrigados a responder todas as perguntas e podem narrar somente aquilo que desejem e/ou considerem relevante. Caso haja a decisão de não participar, esta será acatada e passaremos ao próximo narrador/entrevistado da lista. Em caso de algum evento estressante durante a entrevista, esta será imediatamente suspensa e sua continuidade será avaliada com o entrevistado. Caso haja a decisão de continuar, esta será acatada e passaremos ao próximo narrador/entrevistado da lista.

Benefícios: Como o tema em questão é uma preocupação atual, fica evidente que não há indícios de pesquisas desenvolvidas ou em andamento sobre o assunto. No entanto, há pequenos debates levantados pela comunidade sobre a importância de criar um plano de ações que envolva a questão de identificação cultural, criando um programa de valorização histórica que abrange a região. É nesse ponto que a pesquisa se torna necessária, para dar início ao movimento de análise acadêmica da memória da cidade. Visto a relevância deste local para a história regional, será de

extremo valor entender os processos históricos pela fonte oral que ainda permanece presente na região, a fim de perpetuar a memória viva da comunidade

Confidencialidade: Todas as informações coletadas durante este estudo serão para estudos científicos, com o objetivo de compor obras diversas de preservação histórica e divulgação científica que venham a ser planejadas, criadas e/ou produzidas, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo histórico. A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica, Internet, Banco de Dados Informatizado Multimídia, suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo histórico, sem qualquer ou terceiros por essa expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sociocultural e/ou socioambiental voltada à preservação da memória histórica, em todo território nacional e no exterior.

Participação Voluntária: A participação neste estudo é voluntária. Você pode optar por não participar ou retirar-se do estudo a qualquer momento sem penalidade.

Perguntas: Se você tiver alguma dúvida sobre este estudo, entre em contato com a pesquisadora pelo telefone 41-99168-2935, ou email anahmaquea@gmail.com.

Li e entendi as informações fornecidas acima. Tive a oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas satisfatoriamente. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo de pesquisa.

Nome (impresso):

Assinatura:

Data:

ANEXO C - FORMULÁRIO DE DADOS E RELAÇÕES COM A FAZENDA

1. Nome completo:
2. Data de Nascimento:
3. Local de Nascimento:
4. Filiação:
5. Relação com a Fazenda Capocu:

RELAÇÕES COM A FAZENDA

1. Você pode me contar como veio morar em ou como conheceu a Fazenda Rio Grande?
2. Nessa época já havia pessoas morando aqui? Você lembra quem eram?
3. A Fazenda Capocu já era conhecida com esse nome?
4. Você sabe de onde veio esse nome?
5. Na fazenda, havia plantações, empregados, mais gente trabalhando nela?
6. Sobre a Fazenda, você ia muito lá? Quais memórias você tem sobre ela?
7. Qual a importância que você acha que a Fazenda teve na história da cidade?
8. (Usando as fotografias) Essa imagem foi tirada em 1977 e essa foto aqui foi recente, como você se sente observando essas mudanças da paisagem?